

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VINICIUS MATOS DOS SANTOS BORGES

**A EMERGÊNCIA DA NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL: Classe Pobre
RENOVADA ou NOVA Classe Média? Uma análise sobre as transformações na
estrutura de renda e ocupação do Brasil no período de 2007 a 2016.**

São Luís – MA

2019

VINICIUS MATOS DOS SANTOS BORGES

**A EMERGÊNCIA DA NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL: Classe Pobre
RENOVADA ou NOVA Classe média? Uma análise sobre as transformações na
estrutura de renda e ocupação do Brasil no período de 2007 a 2016.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, campus
São Luís, como requisito para obtenção do título de
Graduação em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

São Luís – MA

2019

Matos dos Santos Borges, Vinicius.

A EMERGÊNCIA DA NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL: Classe Pobre RENOVADA ou NOVA Classe média? : Uma análise sobre as transformações na estrutura de renda e ocupação do Brasil no período de 2007 a 2016 / Vinicius Matos dos Santos Borges. - 2019.

94 p.

Orientador(a): Ricardo Zimbrão Affonso de Paula.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2019.

1. Ascensão Social. 2. Classe Média Tradicional. 3. Nova Classe Média. 4. Ocupações. 5. Renda. I. Zimbrão Affonso de Paula, Ricardo. II. Título.

VINICIUS MATOS DOS SANTOS BORGES

**A EMERGÊNCIA DA NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL: Classe Pobre
RENOVADA ou NOVA Classe média? Uma análise sobre as transformações na
estrutura de renda e ocupação do Brasil no período de 2007 a 2016.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Maranhão,
como requisito para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Aprovado em: ___/___/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

1º Avaliador Universidade Federal do Maranhão

2º Avaliador Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar venho a agradecer a Deus pelo dom da vida, pela saúde, por ter me protegido e abençoado em todos os dias da minha caminhada pessoal e estudantil.

Em segundo lugar quero agradecer a minha mãe Celina por todos os ensinamentos, pelo zelo, pelo amor e carinho, pelos elogios, mas também pelas cobranças; tudo que sou e tenho é graças a essa grandiosíssima mulher que sempre batalhou para me proporcionar uma vida digna. Agradeço também a minha mãe de criação, Clarete, que depois da minha mãe biológica foi minha escudeira, sempre me dando força nos momentos difíceis. Agradeço também ao meu tio Hidel, que representou muito bem a figura de um pai na minha vida, sendo o exemplo de perseverança, dignidade e caráter que sempre me inspiraram. Ao meu tio Janilson, outra figura especial na minha vida, sendo meu conselheiro, amigo e irmão.

Agradeço também aos meus amigos e familiares pela ajuda ao longo da minha vida - vocês foram a minha fortaleza nos momentos difíceis e sempre serão o alicerce para o meu sucesso, seja ele pessoal ou profissional. Em especial, agradeço a minha amiga Jéssica, que esteve do meu lado nos últimos anos da graduação, sempre me apoiando e me dando conselhos.

Agradeço ao meu orientador, professor Ricardo Zimbrão pela ajuda para o desenvolvimento deste trabalho científico. Também pelos conhecimentos transmitidos durante as aulas na graduação, que foram de enorme relevância para minha formação intelectual.

E por fim, agradeço a Universidade Federal do Maranhão por ter me proporcionado usufruir do seu aparato nos últimos cinco anos, que serviram para a formação do meu conhecimento, grato pela oportunidade que foi dada.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar o fenômeno de ascensão da classe C no Brasil no período de 2007 a 2016, comparando com o conceito de classe média tradicional a fim de contrastar se esse fenômeno constituiu uma nova classe média. Assim, primeiramente, será apresentado um conceito mais geral sobre classe média, mostrando suas ocupações e suas características ao longo dos diferentes modos de produção do capitalismo. Em seguida será abordado os aspectos sobre a classe média brasileira - o seu surgimento, expresso pela classe média tradicional, e em seguida o debate sobre o surgimento da nova classe média nos anos 2000- analisando, principalmente, o aspecto das ocupações e renda. E por último, será levantada uma análise dos indicadores sobre renda e ocupações no período de 2007 a 2016, tomando como base os dados da declaração do imposto de renda de pessoas físicas, a fim de diagnosticar a classe de renda que mais cresceu nesse período, bem como as ocupações.

Palavras Chave: Classe Média Tradicional; Ascensão Social; Nova Classe Média; Renda; Ocupações;

ABSTRACT

This work aims to analyze the phenomenon of ascension of class C in Brazil from 2007 to 2016, comparing with the concept of traditional middle class in order to contrast if this phenomenon constituted a new middle class. Thus, first, a more general concept about the middle class will be presented, showing their occupations and their characteristics throughout the different modes of production of capitalism. Next, the aspects about the Brazilian middle class - its emergence, expressed by the traditional middle class - and then the debate about the emergence of the new middle class in the years 2000 - will be analyzed, mainly analyzing the occupations and income aspect. Finally, an analysis of the indicators on income and occupations in the period from 2007 to 2016 will be drawn up, based on data from the personal income tax return, in order to diagnose the highest income class in that period, as well as occupations.

Keywords: Traditional Middle Class; Social Ascension; New Middle Class; Income; Occupations;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social
BRIC	Brasil; Rússia; Índia e China
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIRPF	Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LC	Lei Complementar
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização não governamental
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PEA	População Economicamente Ativa

PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC	Paridade do Poder de Compra
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RFB	Receita Federal do Brasil
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1: Comparativo o total de declarantes por Faixas de Renda entre 2007 e 2016	44
TABELA 2: Variações das faixas de renda mensais, desagregadas, em 2007,2012 e 2016 ..	47
TABELA 3: Maiores variações das profissões entre os declarantes do Imposto de Renda ...	48
TABELA 4: Série Histórica da população ocupada com 10 ou mais anos de idade nos setores de serviços, administração pública e por conta própria	50
TABELA 4.1: Série Histórica da população ocupada com 10 ou mais anos de idade nos setores de serviços, administração pública e por conta própria, de acordo com a PNAD contínua	53

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Distribuição percentual dos declarantes por classes de rendimento, em salários mínimos mensais, em relação ao total de declarantes – 2007	41
GRÁFICO 2 Distribuição percentual dos declarantes por classes de rendimentos, em salários mínimos mensais, em relação ao total de declarantes- 2016	41
GRÁFICO 3 Série Histórica do total de declarantes por faixas de salários mínimos mensais em termos absolutos	43
GRÁFICO 4: Série Histórica entre da quantidade de Microempreendedores individuais e o percentual de pessoas trabalhando por conta própria	55
GRÁFICO 5: Série Histórica entre o número de declarantes na categoria no IPRF e o número de declarantes na faixa de um a dois salários mínimos	56
GRÁFICO 6: Série Histórica da taxa de variação real anual (%) do PIB agregado e por setores.....	58
GRÁFICO 7: Taxa de Variação (%) do Índice de Emprego Formal agregado e por setores econômicos	61
GRÁFICO 8: Taxa média de variação anual (%) dos empregos com e sem carteira trabalho de trabalho assinada	62
GRÁFICO 9: Séria histórica do percentual dos gastos sociais em relação ao gasto corrente, exceto despesas com juros e amortizações da dívida pública	64
GRÁFICO 10: Série Histórica do Salário Mínimo e o seu Aumento Real anual (%)	65
GRÁFICO 11: Série Histórica do Rendimento Real Efetivo das pessoas ocupadas, entre 2007 e 2015	67
GRÁFICO 12: Relação entre o índice internacional de commodities e crédito liberado para pessoas físicas e jurídicas pelos bancos comerciais	69
GRÁFICO 13: Média anual do Índice de volume de vendas no Varejo total e por subsetores.....	71
GRÁFICO 14: Série Histórica do Endividamento das famílias total e excetuado as despesas com crédito habitacional, em relação a renda acumulada nos últimos 12 meses (%)	72

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO LITERÁRIA DO CONCEITO DE CLASSE MÉDIA	4
2.1. A antiga classe média	6
2.2. A classe média tradicional	7
2.3. A classe média <i>service class</i>	11
2.4. A emergência de uma nova classe média	14
3. DEBATE SOBRE A(S) CLASSE(S) MÉDIA(S) NO BRASIL	21
3.1. A emergência da classe média tradicional brasileira	21
3.2. A emergência da nova média nos anos 2000	27
3.3. O brasil foi um país de classe média?	31
4. A EMERGÊNCIA DA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: Classe pobre RENOVADA ou NOVA classe média?	38
4.1. A metodologia empregada na coleta e análise dos dados	39
4.2. Comparações das faixas de rendas no brasil de 2007 e de 2016: quem foi essa classe emergente?	41
4.3. A emergência da classe e sob o olhar do trabalho e dos salários. Os dados sobre renda e ocupação a partir dos grandes números da dirpf.	45
4.3.1. A renda mensal da classe e: evolução da renda anual a partir dos valores do salário mínimo anual	46
4.3.2. As ocupações que mais cresceram no período	48
4.4. Fatores macroeconômicos explicativos para a ascensão da classe e:	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
6. REFERÊNCIAS	78

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre classe média é de grande relevância para a academia, seja na perspectiva sociológica, econômica ou filosófica. Pela perspectiva sociológica há autores que a conceituaram como uma classe de status, outros analisaram como uma consciência de classe. Pela perspectiva econômica há autores que definiram a classe média pela renda, outros pelas profissões que ela ocupou dentro do modo de produção. O consenso que pôde ser observado, entre ambas as perspectivas, é que a classe média serviu como um contraponto dentro das relações antagônicas do capitalismo, entre capitalistas e proletariado.

A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx, as classes sociais foram delimitadas dentro de uma hierarquização da produção material, definidas dentro do jogo de interesses entre uma classe que detém os meios de produção e outra que aliena sua força de trabalho. Entretanto por observar a construção da sociedade como produto do contínuo conflito de interesses entre essas classes antagônicas; e por ainda ter desenvolvido sua teoria dentro da primeira revolução industrial - que ainda era muito primitiva - Marx não enxergou a possibilidade de haver um meio termo entre ambas as classes. Embora que em sua obra aparecesse o termo pequena-burguesia (artesãos, agricultores, trabalhadores autônomos) como representante da classe média, um meio termo entre os capitalistas e trabalhadores; porém essa denominação seria apenas um estágio para futuros capitalistas. Concretamente não houve substância suficiente para conceber uma nova classe média dentro da linha marxista.

O debate sobre classe média começou a ganhar o escopo da academia por volta dos anos de 1950 com a Segunda Revolução Industrial. As mudanças nos conceitos de produção – a substituição da produção manufatureira pela maquinofatura; da empresa familiar para burocrática- levaram ao aumento da produtividade, o que conseqüentemente levou a necessidade de se aplicar o conhecimento técnico e racional nos métodos de produção, sob os quadros profissionais de gestão e administração. Assim esse novo modo de produção levou ao surgimento de uma nova camada tecnoburocrática, denominada de classe média, que detendo o monopólio do conhecimento técnico, aumentou seu poder econômico e prestígio social dentre a enorme maioria da classe trabalhadora.

Além de instaurar um novo modelo de relação produtiva, a administração, como um meio termo ao embate entre burguesia e proletariado, a classe média emergiu dotada de *status* social – como uma classe dotada de conhecimento científico, cultural e intelectual. Assim essa classe passou a ser parâmetro dentro para a enorme maioria dos países para definir

fases estruturais entre pré-capitalistas e capitalistas, ou seja, a concepção é que quanto mais próximo a renda de um país for do estamento da classe média mais desenvolvido ele seria.

Salama (2014) sintetizou bem a importância de se estudar a classe média num de seus trabalhos sobre desenvolvimento econômico:

Quanto mais importantes são as classes médias, mais eficazes parecem ser as políticas econômicas empreendidas, sendo maior a legitimidade dos governos! Então o problema se desloca para os pobres, que são menos analisados, em comparação com as classes médias, que são mais estudadas. (SALAMA 2014, pág.7)

Um desses trabalhos que analisou a ascensão da classe média foi o trabalho desenvolvido pelo economista Marcelo Cortês Neri em 2011, no qual autor identificou no Brasil o fenômeno do surgimento de uma nova classe média denominada de nova classe C. Segundo o autor essa classe seria formada por membros que emergiram das classes mais pobres, graças às políticas de valorização do salário mínimo, a elevação dos gastos sociais e crescimento do mercado de trabalho formal.

Entretanto o que foi perceptível foi que a enorme maioria dos autores contrariou a visão apresentada por Marcelo Neri a respeito o seu trabalho em relação a nova classe média brasileira, questionando-o sob a veracidade da sua afirmação no que tange, principalmente, a renda e as ocupações dessa classe.

Dentro dessa complexidade entre a classe média como foi concebida nos anos 50, e a nova classe média, descrita por Marcelo Neri, o presente trabalho se motivou a analisar o que foi o fenômeno da ascensão da Nova Classe C no Brasil. Analisando-a pelo recorte da renda e das ocupações, bem como analisando os fatores econômicos que propiciaram o desenvolvimento desse fenômeno.

Em relação ao recorte temporal foi delimitado tendo como base o ciclo econômico brasileiro recente. Até 2012 foi notória a presença de um ciclo de crescimento econômico mais expressivo e a partir de 2013 foi possível uma onda recessiva, assim o objetivo por trás dessa série é observar como essa classe média se comportou em ambos os momentos.

O objetivo principal deste trabalho é ofertar uma análise sobre o que foi o movimento de ascensão da Classe C no Brasil, evidenciando através das análises de autores que discutiram o tema e dos dados quantitativos que marcam esse fenômeno; a partir disso fazer um julgamento, baseado no conceito inicial de classe média, se tivemos ou não uma Nova Classe média no Brasil.

Como objetivos específicos podem se inferir três: o primeiro é ofertar uma análise sobre o conceito de classe média tradicional, a partir da visão de distintos autores - como ela foi concebida e quais profissões eram comuns dentro desse segmento; o segundo objetivo é analisar o fenômeno da ascensão da Classe C, evidenciando o momento econômico no qual o Brasil se encontrava, os fatores que levaram a ascensão dessa classe bem como as diferenças e similaridades desta com a classe média tradicional; e o terceiro objetivo é analisar os indicadores macroeconômicos que explicam a ascensão dessa classe.

Assim a divisão deste trabalho se deu da seguinte forma: o primeiro capítulo trata da revisão literária sobre classe média, analisando-a a partir dos ciclos econômicos; desde sua emergência no auge do fordismo a nova classe média dentro do fenômeno econômico da transnacionalização dentro do neoliberalismo. Este capítulo analisou o processo numa perspectiva geográfica ampliada, mas sempre tendo como referência o Brasil.

No segundo capítulo o trabalho focalizou precisamente no fenômeno da ascensão da classe C no Brasil. Entretanto a discussão teve que ser retomada desde a ascensão da classe média tradicional brasileira, para que fosse possível entender quem foi a classe C dos anos 2000, dentro da perspectiva de análise do processo excludente da industrialização brasileira. A partir dessa retomada foram incrementadas diferentes visões de autores que respondessem a pergunta: Fomos um país de classe média?

A partir das visões dos autores discutidos nos dois primeiros capítulos foi possível obter um consenso sobre a pergunta do parágrafo acima; assim a terceira parte trouxe dados quantitativos que evidenciassem quais foram os personagens dessa classe C, delimitado ao campo econômico da renda e das ocupações, além disso, foram analisados os fatores macroeconômicos que explicassem esse fenômeno.

Os materiais utilizados no primeiro e no segundo capítulo terão como base artigos, livros e dissertações que discutiram a respeito do tema. No terceiro capítulo foi utilizado como fonte de dados basilar as declarações do imposto de renda para caracterizar os salários dessas famílias, e como fontes secundárias foram analisadas PNAD, PME, PMC, SGS/ Bacen, IBGE, entre outros.

2. REVISÃO LITERÁRIA DO CONCEITO DE CLASSE MÉDIA

O estilo de vida americano chamado na literatura de *American way of life*, e muito presente nos filmes, nos transmite a imagem das famílias de classe média norte americana como um sonho de vida a ser seguido, seja pelo status de vida ou pelos bens que essa classe possui. As imagens transmitidas nos filmes, geralmente, são de famílias onde o pai é um colarinho branco, empregado de alguma grande empresa ou funcionário do estado; a família mora num bairro nobre de Nova Iorque, como *Upper West Side*; na garagem da casa tem um Ford Gran Torino; os filhos frequentam o *high school* público e gratuito; durante as férias as famílias costumam viajar para praias californianas. Todas essas características transmitem um estilo de vida que muitos que vivem na América desejam.

Embora a classe média norte americana seja vista como estilo de vida a ser seguida, tal concepção não pode ser vista como universal, tendo em vista que a classe média pode representar diferentes padrões de vida nas diferentes regiões do planeta. A relevância depende de uma enorme quantidade de fatores, que vão desde o padrão de distribuição de renda até a qualidade de vida de cada país.

Ao realizar uma pesquisa mais apurada sobre os textos e artigos dentro da literatura econômica e sociológica a respeito do termo classe média foi possível encontrar diferentes formas de mensuração do seu tamanho, bem como estilos de vida; de forma que não foi possível encontrar um consenso, universal, a respeito da mesma. A construção do debate sobre esse tema ao longo dos anos constituiu um emaranhado de conceitos e acepções que se modificaram de acordo com os diferentes modos de produção do capitalismo.

Dentro da literatura marxista foi possível encontrar definições de classes mais pautadas nas posições ocupadas dentro do processo de produção – no caso da classe média seria aquela que não é proprietária dos meios de produção, mas também não se submete sua força de trabalho como o proletariado - no contexto da sociologia funcionalista foi possível identificar correntes de pensamento que analisaram as classes a partir de análises de objetivos de vida, sustentados por teorias da psicologia social; e na economia de tradição clássica foi possível encontrar definições pautadas na renda como elemento diferenciador de classes.

Embora não houvesse um consenso universal foi possível identificar a partir da leitura nas literaturas de autores com viés sociológico e econômico que houve uma linha

cronológica composta por três momentos em que a classe média é representada por personagens diferentes. Na linha de pensamento, mais clássica, compreendida entre o final do século XIX e metade do século XX, foi possível encontrar a classe média representada por profissionais que ascenderam economicamente atrelados ao desenvolvimento da indústria fordista. Dentro dessa corrente o principal autor expoente é Mill (1969), que definiu essa classe como tecnoburocrática composta por quadros profissionais técnicos, ligados diretamente ao processo de gestão e supervisão dos processos produtivos. No segundo momento dessa cronologia, compreendido entre a segunda metade do século XX até o início dos anos 2000, foi possível identificar autores que destacaram a classe média como uma *service class*, classe essa que surgiu como redesenho a burocrática, haja vista que o modelo toyotista de produção, reduziu as ocupações dentro dos centros de produção, com isso a classe média passou a ocupar posições mais instáveis ligadas a comercialização, contabilidade e assessoria das fábricas (GRÜN, 1998). Na terceira linha cronológica foi possível identificar ainda uma “nova classe média”, na primeira década do século XXI. Segundo os autores que analisaram esse tema seu surgimento é produto da ascensão das camadas mais pobres ao estamento mediano, em grande parte, nos países emergentes. (China, Brasil, Rússia, África do Sul).

A partir dessa última corrente, que analisa o fenômeno da ascensão dos pobres, observou-se o início de um intenso debate dentro do campo econômico e sociológico, e, que instigou a execução deste trabalho tomando como base o Brasil. De fato houve uma nova classe média? Qual a diferença entre classe média como foi concebida no fordismo para esta?

. Assim este capítulo buscou fazer a retomada literária sobre o conceito de classe média baseado na ordem cronológica dos modos de produção capitalista. Tendo como pilares de argumentação teórica os trabalhos de Wright Mill e Márcio Pochmann, o objetivo é contrastar com outros autores que discutem a respeito do tema. O primeiro passo será caracterizar a classe média tecnoburocrática, que surge junto ao desenvolvimento das indústrias fordistas. No segundo tópico, a ênfase será na análise do conceito de classe média dentro do contexto neoliberal e do modo de produção toyotista, que enxugaram os postos de trabalho da classe média. Por último, a análise será a discussão a respeito do conceito de “uma nova classe média” que surge no século XXI.

2.1. A ANTIGA CLASSE MÉDIA

Embora muitos autores situem o surgimento da Classe Média como produto da industrialização fordista, como um segmento formado por colarinhos brancos, que tinha como principal característica estar situada dentro da estrutura capitalista entre trabalhadores e patrões; Mill (1969) iniciou sua análise afirmando que a classe média nos EUA surge representada por empresários que iniciaram suas atividades ligadas à agricultura - ou seja, a gênese da classe média é no campo e sua ascensão que ocorreu nas fábricas.

Nesse aspecto há uma distinção relevante entre o surgimento da classe média na Europa e nos Estados Unidos do século XIX. Enquanto no contexto europeu a burguesia era a principal expoente da classe média surgindo representada por uma pequena camada de industriais urbanos que apareceram junto ao processo desenvolvimento dos centros fabris. Nos Estados Unidos essa classe média foi representada por agricultores independentes. Nas palavras de Wright Mill: “Na Europa, elas começam como uma camada urbana pouco numerosa; na América, como uma grande camada social de agricultores independentes. Em toda história dos Estados Unidos, o agricultor é o lastro numérico da classe média independente.” (MILL 1969, pág.26).

Pochmann (2015) também discutiu os aspectos a respeito da pequena burguesia europeia inserindo-a como intermediária entre ricos e pobres. Sua essência estaria alicerçada entre o trabalho dos operários urbanos e a riqueza apropriada pelos nobres. Assim a classe média europeia esteve atrelada ao desenvolvimento dos serviços urbanos interligando a classe operária aos nobres.

Resumidamente, ela seria formada por segmentos sociais constituídos por trabalhadores intelectuais com interesses materiais e perspectivas ideológicas comuns, incapazes de serem situados na classe operária, quanto na burguesa. A classe média dos serviços, expressa por ocupações mais intelectualizadas, foi uma contribuição dos anarquistas do século XIX (POCHMANN 2015, pág. 21).

A discussão sobre o tema classe média no século XIX são muito carentes, tendo em vista que a mesma era tão pobre quanto a enorme maioria de pobres . A distinção que foi identificada acima é importante para desmitificar a idéia de que a classe média é produto da indústria fordista, o que não é verdade; tendo em vista que já havia esboços dessa camada antes de tal fenômeno, sendo o mesmo apenas um acelerador do processo de crescimento desse estamento.

2.2. A CLASSE MÉDIA TRADICIONAL

A mudança na estrutura da classe média nos EUA - de uma classe formada por agricultores independentes para os colarinhos brancos - começou na década de 20 quando os preços dos produtos agrícolas decaíram em virtude da superprodução e da revolução tecnológica, o que reduziu as oportunidades de trabalho no campo, o que estimulou a migração da enorme massa de agricultores livres para a cidade.

Entretanto vale ressaltar que o desenvolvimento da agricultura nos Estados Unidos além de ter permitido o surgimento da classe média, ela foi a base para a instauração da indústria fordista ainda na primeira metade do século XX. Através do modelo de substituição de importações, as exportações do setor agrícola geraram excedentes que financiaram a instauração da indústria que era protegida pelas tarifas alfandegárias.

O fordismo foi o grande salto da classe média como camada social, em número de membros e renda na segunda metade do século XX. O modo de produção fordista além de substituir o capitalismo livre concorrencial pelo monopolista introduziu um novo modelo de produção com a subdivisão das tarefas dentro da produção. Assim a necessidade em especializar os operários em tarefas específicas, levou a necessidade da criação dos cargos de gerência, para integrar e supervisionar os processos produtivos.

Mill (1969) destacou na década de 50 a ascensão desta classe média que surgiu ao entorno do desenvolvimento da industrialização nos Estados Unidos. Segundo o autor esta classe era formada por empregados assalariados que apresentavam um leque profissões variadas, mas que tinham em comum pertencer a algum segmento econômico, principalmente: a burocracia estatal, as indústrias e algumas profissões liberais. Dentre as principais ocupações de classe média, o autor destacou: Gestores e Supervisores das empresas privadas; Médicos; Advogados; Vendedores Autônomos; Burocratas Estatais e Auxiliares de Escritório¹.

A grande marca dessa classe média, denominada de colarinhos brancos, foi possuir o prestígio das classes mais altas - expressas através das roupas que vestiam e ao tempo que podiam se dedicar ao lazer -, entretanto ser tão explorada pelo capital como os operários. Como salientou Mill (1969):

Eles são especialistas na arte de lidar com as pessoas de maneira transitória e impessoal; são mestres nas relações comerciais, profissionais e técnicas. O que eles

¹ Os números sobre a classe média americana podem ser encontrados em: (MILL 1969, pág.84)

não fazem é ganhar a vida criando coisas; ao contrário, vivem às custas da maquinaria social que coordena e organiza o trabalho daqueles que criam objetos (MILL 1969, pág. 86).

O que explicou sua ascensão, em termos de oportunidades de emprego e renda, foi o auge da industrialização fordista que marcou as décadas entre 1930 e 1950, nos EUA, o que gerou aumento das oportunidades de empregos para esta classe, que investindo na educação como critério de promoção econômica e social passou a obter as melhores ocupações frente a enorme massa de operários.

A medida que a indústria fordista se expandia surgiu a necessidade dela interligar-se com outros setores econômicos, como: vendedores autônomos, marketing e mercado financeiro; isto acabou por gerar novos postos de trabalho para a classe média, como observa mais uma vez Mill: “Por volta de 1940, 70% dos empregados em operações financeiras e imobiliárias eram membros da nova classe média dos colarinhos brancos” (MILL 1969, pág. 89).

O fordismo também implementou o processo de departamentalização na tomada de decisões dentro das empresas, o que implicou na tomada decisões da empresa por uma cadeia de setores. Outra marca fundamental da indústria fordista é menor participação da figura do proprietário da empresa, como aquele que tem controle total dos meios produtivos; a empresa passou a ser comandada por acionistas. Dentro desse íterim a classe média obteve uma variedade de nichos de empregabilidade, que demandavam uma enorme variedade de qualificações profissionais.

O desenvolvimento e centralização dos meios de administração implicam de imediato na ampliação e aperfeiçoamento das estruturas gerenciais. Se com a mera adoção da participação acionária, dá-se a separação entre a propriedade e o seu controle, na moderna corporação gigante desdobram-se as funções diretivas, agora assumidas por uma complexa hierarquia de funcionários e departamentos especializados (QUADROS, 1991, pág.7).

Pochmann (2015) destacou que a burocracia estatal foi outro setor de empregabilidade relevante para a classe média. De um lado a expansão do processo de monopolização de determinados setores industriais implicou na necessidade de regulamentações pelo estado, além da cobrança de impostos ; por outro lado o avanço da industrialização, nos Estados Unidos, levou a implementação de um Estado de bem estar social, o que gerou para a classe média ocupações técnicas nas áreas da: saúde, educação e assistência social. Assim surgem novas ocupações para a classe média, como: Contadores públicos; Engenheiros; Arquitetos, Defesa nacional; professores; Médicos e Enfermeiros.

No caso brasileiro as discussões sobre o surgimento da classe média apareceram atreladas ao desenvolvimento da indústria durante o Governo Kubistchek. A industrialização pelo processo de substituição de importações levou ao crescimento da demanda por profissionais técnicos nas indústrias de bens de consumo - têxteis, vestuário, alimentos e bebidas. Entretanto o grande avanço desse segmento ocorreu na industrialização pesada durante o milagre econômico da ditadura militar.

Pereira (1983) foi um dos autores que reconheceu a classe média brasileira, como um segmento tecnoburocrático. Segundo o autor, o milagre econômico durante a ditadura militar levou ao aumento de estatais, que demandaram quadros maiores de empregados técnicos, que operassem em atividades específicas nas indústrias, seguindo a lógica fordista de produção.

Quadros (1991) observou a gênese da classe média tradicional brasileira como um fenômeno tipicamente urbano, que cresceu concentrado nos grandes centros industriais com ocupações ligadas direta e indiretamente as indústrias. Segundo o autor, entre as décadas de 50 a 70 a classe média saiu de 25% para 33% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana, o que significa, em termos absolutos, o aumento de 4 milhões de pessoas foram incorporadas a classe média urbana. Dentre as áreas que obtiveram maior crescimento dos postos de trabalho, o autor destaca: a área de Gestão que aumentou 2,5 milhões; Distribuição 797 mil; Atividades Sociais 682.564 e Defesa Nacional e Segurança 178.304 ².

O aspecto mais relevante sobre a ascensão da classe média é entendê-la numa perspectiva mais ampla, compreendendo o processo não apenas como integrador entre produção e venda, mas sim compreender a ascensão da classe média como um contraponto nas discussões entre ricos e pobres; na medida em que as sociedades do século XVIII foram marcadas pela polarização entre essas classes.

Tal visão pôde ser encontrada na análise de Piketty (2014) quando o autor analisou a desigualdade de renda no início século XX. Segundo o autor a classe média, a qual ele denominou de patrimonialista, surgiu como balizador entre ricos e pobres na divisão da renda, uma vez que durante o século XIX a estrutura social era composta por extremos - uma

² (QUADROS 1991, pág.42).

classe que se apropriava de metade da riqueza e a classe média era tão pobre quanto a classe pobre.

No fundo, a classe média só conseguiu arrancar algumas migalhas: não mais de um terço do patrimônio na Europa, e apenas um quarto dele nos Estados Unidos. Esse grupo reúne uma população quatro vezes maior do que o décimo superior e, no entanto, o volume de riqueza que detém é algo entre duas a três vezes menor. Seria tentador concluir que nada mudou realmente: o capital sempre desvela desigualdades extremas (PIKETTY 2014, pág. 256).

Outro ponto relevante da ascensão dessa classe média é que ela ocorreu de maneira distinta, no caso dos Estados Unidos e no Brasil. Segundo Mill (1969) a ascensão da classe média nos Estados Unidos, sob a figura do demiurgo administrativo, que eram profissionais empreendedores, como advogados, médicos, pequenos comerciantes levou a criação de demandas por outros profissionais técnicos, como: auxiliares de escritório, contadores, enfermeiros e outras profissões de nível técnico. Assim a ascensão da classe média, nos EUA, levou a criação de outras profissões técnicas, ou seja, não teve um caráter excludente – o crescimento de profissionais de classe média levou a maior demanda por outros profissionais de classes mais baixas.

No caso brasileiro, a ascensão da classe média ocorreu simultânea a elevação da desigualdade e diminuição de renda das camadas mais pobres. Segundo Salama (2014) à medida que os salários dos operários foram desindexados da inflação, os setores produtores de bens de consumo duráveis obtiveram aumento dos lucros; e isso levou as empresas obterem maior valorização do capital, que, por conseguinte, levou a criação de oportunidade de empregos restritos à classe média devido a sua qualificação profissional. Assim ao passo que se configurou uma classe média tradicional, tecnoburocrática, deixou-se de fora a enorme maioria da população. Nas palavras do autor:

Dois fatores explicam, então, o aumento numérico das classes médias: a modificação da estrutura de emprego, o aumento das rendas devido ao crescimento, aos quais se devem somar os efeitos induzidos do crescimento das rendas nos serviços (saúde, etc.), especialmente em termos de empregos. A demanda de bens de consumo duráveis aumenta, então, na medida em que esse setor dinâmico assume importância. O crescimento se autoalimenta em um nível elevado, as rendas dos operários aumentam em seguida, mas a um ritmo inferior a das classes médias (SALAMA, 2014, pág. 14).

Assim o processo de expansão industrial fordista pelo globo não foi homogêneo, em boa parte das regiões esse processo gerou gargalos estruturais, tais como: salários altos, matérias primas caras e centralização do acesso a produção, o que inviabilizou sua

continuidade. Embora ele tenha sido importante para o surgimento da classe média, o que representou como vimos um importante avanço na subdivisão da riqueza.

Antunes (2000) destacou que esse modelo de produção ao deixar de fora uma enorme parcela do acesso aos postos de trabalho terminou gerando uma crise de demanda efetiva, ou seja, não havia consumidores suficientes para atender a crescente oferta de produtos por parte das empresas.

Outro fator que implicou significativamente no modelo fordista foi a crise internacional do petróleo, que tornou maior o custo da matéria prima que é basilar nesse modelo industrial. Enquanto nos países centrais (Inglaterra, Estados Unidos e França) o fordismo entrou num parafuso descendente, de baixa rentabilidade e elevados custos, o que proporcionou a queda da taxa de lucro das empresas; nos países periféricos como o caso do Brasil a crise repercutiu no cessar das remessas de dólares que financiaram a instauração da indústria fordista, durante a década de 70.

Em meados de 1979, um segundo choque dos preços do petróleo interrompeu, dessa vez de forma duradoura, fluxo de capital dos países industrializados para aqueles em desenvolvimento. Por decisão da OPEP, o preço do barril no mercado internacional saltou da média de US\$ 13,60 em 1978 para US\$ 30,03 em 1979 e US\$ 35,69 no ano seguinte (GIAMBIAGI 2011, *et ali*, pág. 75).

A saída para contornar essa crise foi à migração dos centros produtivos das regiões centrais para regiões periféricas, onde encontrassem mais consumidores, leis trabalhistas mais flexíveis e menores salários, além de matérias primas em abundância. E essa transformação no modo de produção impactou na estrutura da classe média.

2.3. A CLASSE MÉDIA *SERVICE CLASS*

As transformações do modo de produção capitalista impactaram diretamente nas ocupações da classe média. Nas nações industrializadas centrais, a estrutura fordista de produção cedeu lugar ao modelo toyotista, que tem como marca principal o maior emprego do maquinário, menos mão de obra e menos burocrática. Assim a classe média que na primeira metade do século XX tinha seus empregos ligados diretamente ao setor industrial, na última metade (1975-1999) passou a ocupar o setor de serviços.

O esvaziamento da produção industrial combinado com a expansão do setor de serviços na economia faz regredir a estrutura de classes até então existente. Adiciona-se a isso o fato de que o predomínio das políticas neoliberais reorientou o papel do Estado e favoreceu o avanço da globalização desregulada e cada vez mais orientada pelo poder da grande corporação transnacional (POCHMANN 2012, pág.28).

Entretanto se nos países centrais a mudança para o modelo de produção toyotista impactou na redução dos quadros de profissionais ligados a indústria, no caso dos países periféricos do capitalismo, tal mudança significou a criação das oportunidades de trabalho no setor de serviços, seja ligado as grandes intermediações financeiras ou comércio.

Salama (2014) destacou que o processo de transnacionalização ao implicar na migração das grandes empresas multinacionais dos grandes centros produtivo para economias até então subdesenvolvidas (China, México, Taiwan, Cingapura, entre outros), em busca de leis trabalhistas e ambientais mais flexíveis, elevou o crescimento econômico desses países, que por sua vez induziu ao crescimento das classes médias.

Alargando o espectro de análise de Salama, Solimano (2013) salientou que o processo de reorientação capitalista para o neoliberalismo ocasionou numa diferenciação dentro da classe média. Segundo o autor metade da classe média dos anos 90 foi formada por trabalhadores autônomos (advogados, especialistas financeiros e economistas), enquanto a estrutura da classe passada era formada, essencialmente, por trabalhadores ligados ao setor público e as grandes empresas.

Ainda dentro desse espectro de análise, Corrêa (2009) destacou que o neoliberalismo impactou os membros da classe média de maneira distinta. Enquanto nos países centrais o desmonte do Estado de bem estar social implicou na diminuição dos empregos ligados ao Estado, como: professores, enfermeiros, médicos, assistente de saúde; nos países periféricos o processo de reestruturação produtiva implicou na adoção de medidas de terceirização, diminuição dos cargos de gerência e administração por cargos autônomos, como: contadores, vendedores ambulantes, etc.

Grün (1998) destacou que embora na antiga burocracia houvesse maior estabilidade de emprego, porém o foco no trabalho repetitivo pouco estimulava o emprego do conhecimento pessoal. Assim o neoliberalismo tornou possível que os ex-burocratas da classe média estimulassem seus conhecimentos através do empreendedorismo, onde os mesmos passaram da condição de assalariados para proprietários de sua própria força de trabalho. Assim na concepção do autor o processo de enxugamento dos empregos nos centros produtivos, embora tenha retirado da classe média sua estabilidade, sob o ponto de vista do emprego, por outro estimulou o desenvolvimento da capacidade pessoal através do empreendedorismo.

Ainda segundo Grün (1998) o mercado de franquias foi um importante impulsionador da classe média brasileira nos anos 90. De tal forma que os principais expoentes desse mercado eram ex-burocratas que trabalhavam nas empresas estatais e ao serem demitidos das indústrias encontraram no nicho de franquias sua forma de ganhar a vida.

(...) segundo estatísticas da Associação Brasileira de Franquia, o setor registrava no final de 1994 a expressiva quantia de 53 mil franqueados, conta apenas 8 mil no final de 1990.

Portanto, não é por acaso que o perfil dos adquirentes de franquias que começa a se esboçar de nosso trabalho de campo registra uma forte presença de ex-gerentes ou familiares próximos de gerentes profissionais em atividade, que acumularam o capital necessário para dar início à empreitada a partir da atividade do primeiro (GRÜN 1998, pág. 155 e 156).

Bhalla (2013) destacou uma diferença fundamental entre essa classe média *service class* e a burocrata, no que diz respeito as suas qualificações profissionais. Enquanto esta era composta por técnicos, em grande maioria, com nível médio; aquela teve qualificações de nível superior, o que a colocou em um estamento melhor em relação a primeira.

Hasan e Neru (2012) também levantaram a discussão a respeito do tema levando em consideração o contexto da Índia. Segundo os autores, nesse país a classe média não constitui um segmento em torno da média dos rendimentos da maioria - em termos quantitativos representam um quinto da população de 1,2 bilhões de habitantes. As principais profissões dessa classe estão ligadas a burocracia e ao mundo corporativo, em grande parte, são: juízes, editores de jornais, ativistas de ONGs e acadêmicos.

A análise literária mais relevante dentro do movimento de transnacionalização das indústrias foi a de Pochmann (2015), na qual o autor analisou o fenômeno como produto da combinação de alta tecnologia com mão de obra barata, o que permitiu a integração dos países periféricos na esteira das cadeias globais de produção; e a ascensão dessas cadeias nos países implicou diretamente nos empregos que passaram a estar vinculados não mais a indústria manufatureira, mas sim aos setores agrícolas e de serviços. Ao generalizar o emprego na pirâmide social houve o incentivo a massificação do consumo de bens e serviços, por meio do processo de expansão dos gastos governamentais e crédito para consumo. Para todo esse processo Pochmann denominaram de Formação de Sociedades *Low Cost*.³

³ POCHMANN 2015, pág. 51.

Pochmann (2015) também salientou que o processo de massificação do consumo ao incluir as classes de menor rendimento ao acesso de bens e consumo, que até então estavam reservados as classes mais altas, ocasionou na criação de uma falsa ideologia de ascensão social ao capitalismo, dentro da chamada aldeia global neoliberal. Assim pertencer a classe média passou a estar atrelado, fundamentalmente, ao consumo, e não as ocupações como concebeu Mill (1969).

Por força disso, regiões como América do Norte e Europa, que no passado eram responsáveis pela concentração de dois terços da classe média global, passam a se tornar incredivelmente residuais na redivisão da classe média mundial. Estima-se que apenas um contingente de cerca de um quinto do total de pessoas com rendimento familiar *per capita* entre US\$ 10 e US\$ 100 diários esteja localizada nas antigas regiões desenvolvidas (POCHMANN 2015, pág.38).

Se por um lado o neoliberalismo implicou no rebaixamento das profissões da classe média tradicional para o setor de serviços, como vimos através das análises de Solimano (2014); Corrêa (2009); por outro lado o processo de transnacionalização da produção levou a um movimento de criação de uma ideologia de mobilidade social. Isso ocorreu principalmente devido a desconcentração dos bens e serviços a enorme maioria da população, que até então era reservada a uma diminuta parcela, ou seja, o conceito de mobilidade social passou a estar atrelado ao consumo.

Esse movimento de mobilidade social através do consumo levou ao surgimento de debates acadêmicos dentro do campo econômico e da sociologia, de que estaríamos diante de uma nova classe média. Tal classe não estaria mais pautada na posição social, como analisou Mill (1969), mas sim de acordo com a renda e a posse de novos bens e serviços.

2.4. A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CLASSE MÉDIA

O movimento de ascensão das camadas mais pobres foi mais bem observado e analisado nos países emergentes, os BRIC's (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A ascensão dessas camadas mais pobres chamou a atenção tanto de políticos que observaram nela a chance de se promoverem, criando a falsa imagem de países que trilhavam para o desenvolvimento; quanto de empresas que observaram esse movimento como um novo motor para movimentar a dinâmica do capitalismo no século XXI.

Dentre os fatores que possibilitaram a ascensão das camadas mais pobres no Brasil, Giambiagi (2011) destacou os principais: a conjuntura macroeconômica internacional

de forte valorização das commodities que propiciaram a uma grande quantidade de liquidez no mercado favorecendo ao consumo; e a geração de empregos formais nos setores industriais e de serviços.⁴

Complementando o pensamento de Giambiagi, Pochmann (2015) salientou que as políticas públicas de: elevação real do salário mínimo, o Bolsa família, o crédito ao consumo urbano e à agricultura familiar, as compras públicas foram os grandes propulsores para a ascensão dessa nova classe média.⁵

Dentro dessa perspectiva as literaturas econômicas e sociológicas passaram a se confrontar em torno de um consenso sobre o fenômeno de ascensão da nova classe média do século XXI. Dentro da própria literatura econômica os conceitos passaram a ser desarmônicos - alguns autores defendem a vulnerabilidade social como critério de promoção social, ou seja, aqueles indivíduos que saem da pobreza e que estejam menos propensos a voltar passam a ser de classe média; outras correntes de autores apoiam definições pautadas numa lógica eminentemente consumista, onde basta apenas o indivíduo possuir bens para pertencer a classe média.

Abdalla (2012) salientou que o novo conceito a respeito da classe média, nos anos 2000, rompe com as acepções marxistas sobre classe social. Segundo o autor a nova classe média é analisada por meio da relação entre mobilidade social, renda e consumo. De tal forma que o termo “nova” consiste apenas uma referência de tempo para designar a classe pobre que ascendeu através do aumento no poder de consumo a um estamento mais alto.

O fenômeno da ascensão da nova classe média levou ao interesse de alguns governos, como no caso do Brasil, em utilizar a metodologia de mensuração pela renda como forma de mascarar a pobreza e utilizar a imagem dessa classe média como símbolo de um país em desenvolvimento. Como salientou Pierre Salama:

Conforme os autores, os critérios de inclusão utilizados repousam sobre intervalos de renda mais ou menos amplos. Isso resulta em uma importância numérica absoluta e relativa das classes médias, no total da população maior ou menor. Quanto mais importantes são as classes médias, mais eficazes parecem ser as políticas econômicas empreendidas, sendo maior a legitimidade dos governos! Então, o problema se desloca para os pobres, que são menos analisados, em comparação com as classes médias, que são mais estudadas (SALAMA 2014, pág. 7).

⁴ (GIAMBIAGI 2011, págs. 222-223).

⁵ (POCHMANN 2015, pág.64).

Um desses autores que se baseiam na renda como forma de estimar o tamanho da classe média é Neri (2008) que mensurou a classe média por meio de faixas de renda e principalmente pelo acesso ao consumo. Como salienta o autor:

A faixa central C está compreendida entre os R\$ 1064 e os 4561 a preços de hoje na grande São Paulo. A nossa classe C está compreendida entre os imediatamente acima dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos na virada do século. (...) O que é ser de Classe C? computador, celular, carro, casa financiada, crédito em geral e produtivo em particular, conta própria e empregadores, contribuição previdenciária complementar, se sairmos daquelas iniciadas com C temos ainda diploma universitário, escola privada, planos de saúde, seguro de vida (NERI 2008, págs. 28 à 41).

Contrastando o pensamento de Salama (2014) com Neri (2008) pode-se identificar o interesse político em analisar a ascensão da classe C. A definição de classe média utilizada por Neri é delimitada numa faixa de renda entre R\$ 1064 e R\$ 4561, uma faixa relativamente larga, o que implica dentro dela diferentes níveis de renda, consequentemente diferentes níveis de consumo e padrões de vida; o que significa que não se sabe ao certo qual nível de renda realmente cresceu. Por outro lado, os fatores destacados pelo autor que contribuíram para a ascensão dessa classe remetem diretamente a gestão da política macroeconômica interna, menosprezando a conjuntura macroeconômica internacional, ou seja, trata-se da nova classe média como um produto eminentemente interno, fruto das políticas de um governo, o que, de certa forma, dá ao político a caracterização de um herói nacional.

Outro autor que se notabilizou em analisar o fenômeno da ascensão da classe C pela renda foi Homi Kharas, economista na área de desenvolvimento econômico e social do Banco Mundial. Baseado num estudo que levou em conta os dados domiciliares de 145 países, o economista estimou o tamanho da classe média, em termos de renda, a nível global. Segundo as conclusões do autor, para pertencer a classe média é necessário possuir uma média de consumo entre 10 e 100 dólares, com base na paridade do poder de compra (PPC). Além disto, uma família para pertencer a classe média deve possuir condição financeira suficiente para gozar dos seguintes direitos: “moradia adequada; faculdade para os filhos, aposentadoria digna e renda para usufruir de lazer e plano de saúde.” (KHARAS, 2010 *apud* OLIVEIRA 2016, pág. 70).

Na mesma linha de Kharas, López Calva; *et ali* (2013) definiu a classe média não baseada apenas na renda e sua relação com a posse de bens, mas sim na sua implicação na questão da vulnerabilidade social. Segundo os estudos do autor para pertencer a classe média a família tem que possuir uma renda domiciliar média entre 10US\$ e 50 US\$ por dia; pois,

baseada em estudos estatísticos, abaixo de 10 US\$ por dia as famílias possuem mais de 10% de probabilidade de entrar na pobreza em cinco anos.

Interessante contrastar que ao contrário de Neri (2008), que coloca no mesmo bolo os recém-chegados da pobreza e a classe média tradicional, López-Calva; *et ali*, (2013) afirmou que a saída da pobreza não implica necessariamente a entrada na classe média. Nos casos dos países da América Latina, as famílias que ascenderam economicamente evoluíram de maneira gradual - primeiro saíram da pobreza para uma classe vulnerável, e, depois passaram ao status de classe média, o autor ainda afirmou que essa evolução dependia da escolaridade do chefe da família: “Outra característica, no caso da América Latina, é que as famílias que tiveram maior probabilidade de ascensão foram aquelas onde o chefe da família possuía maior grau de escolaridade” (LOPEZ-CALVA *et al*, 2013, pág.6).

Souza (2012) também se contrapôs ao pensamento de Neri (2008) a respeito do conceito de classe média. Segundo o autor, a definição de classe média pautada apenas na renda trata-se de uma concepção que é produto direto da dominação do mercado financeiro, no qual obscurece o real estilo de vida das famílias. Nas palavras do autor: “Aqui não se trata de “renda”, já que efetivamente pode-se ter uma renda relativamente alta e uma condução de vida típica das classes populares” (SOUZA, 2012, pág. 47). Na concepção do autor as classes médias devem ser definidas pela transmissão do conhecimento e de valores entre as gerações.

Assim, segundo Souza (2012) dentro da classe média há 4 subclasses: As classes médias e alta, a classe de “batalhadores brasileiros” e a “ralé brasileira”. A classe de batalhadores é representada por membros remanescentes do fordismo, ou seja, ex operários, supervisores e administradores; enquanto a “ralé” é composta por membros excluídos socialmente e que ascenderam economicamente através dos programas de distribuição de renda.

É importante perceber a diferença com relação às classes médias, em que a “ética do trabalho” é aprendida a partir da “ética do estudo” como seu prolongamento natural. Os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem o privilégio de terem vivido toda uma etapa importante da vida dividida entre brincadeira e estudo. A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média (SOUZA 2012, págs. 49-52).

Ainda na discussão a respeito da classe média, Souza (2012) descreveu os aspectos que melhor caracterizam o subgrupo, denominado pelo mesmo de “ralé”:

A família típica da “ralé” é monoparental, com mudança frequente do membro masculino, enfrenta problemas de alcoolismo, de abuso sexual sistemático e é caracterizada por uma cisão que corta essa classe ao meio entre pobres honestos e pobres delinquentes. É a classe vítima por excelência do abandono social e político com que a sociedade brasileira tratou secularmente seus membros mais frágeis (SOUZA, 2012, pág. 50).

O grande diferencial entre as duas classes acima e as classes média e alta reside no capital cultural. Segundo Souza (2012) tal capital diz respeito ao tempo em que as famílias podem se dedicar a estudar. Segundo o autor as famílias da classe “batalhadora” precisam começar a trabalhar cedo e com isso tem menos tempo a se dedicarem aos estudos e a adquirir conhecimento. Dessa forma o baixo capital econômico é produto do capital cultural.

As classes dominantes- classes média e alta- se definem, antes de tudo, pelo acesso aos dois capitais impessoais (econômico e cultural) que asseguram, por sua vez, todo tipo de acesso privilegiado a literalmente todos os bens (materiais ou ideais) ou recursos escassos em uma sociedade de tipo capitalista moderna (SOUZA, 2012, pág. 47).

Salata (2015) analisando os dados da pesquisa “*survey* sobre a classe média”, de 2008 confeccionou um relatório estatístico, no qual o autor elencava alguns aspectos os quais os entrevistados acreditariam ser essenciais para definir um membro como pertencente a classe média. A conclusão que o autor chegou com base nas evidências foi que não havia no Brasil uma nova classe média, tendo em vista que os elementos levantados pelos entrevistados como essenciais para pertencer a classe média estariam mais próximos da classe alta do que aos pobres.

[...] para fazer parte da classe média, seria importante possuir os seguintes atributos: nível superior de escolaridade; ter uma ocupação de prestígio; possuir rendimentos altos; ter casa própria; ter acesso a lazer e diversão; ser dono do próprio negócio; possuir um padrão de vida estável; e ter acesso a escolas / universidades públicas (SALATA 2015, pág.130).

Dentro da perspectiva de Souza (2012) em observar a ascensão da nova classe média como produto do mercado financeiro, Wheary (2009) também observou a expansão da “nova classe média” como *UP* para o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, na medida em que a lógica de expansão do mercado financeiro - de concessão de crédito as camadas mais pobres - impeliu ao consumo de massa. Segundo o autor esse movimento foi essencial para a lógica capitalista do século XXI, na medida em que expandiu a demanda dentro do mercado consumidor .

Dentro dessa perspectiva da classe média como elemento fundamental a expansão do capitalismo, a classe média asiática pode ser considerada produto da expansão e do forte crescimento econômico chinês apresentado na última década. Segundo Chun (2013) em

grande parte o crescimento da China impulsionou ao consumo dos demais países asiáticos, dado que o aumento do poder aquisitivo da classe média chinesa gerou o aumento da demanda por itens de bens de consumo e alimentos nos países asiáticos.

A ascensão da classe média na Ásia oferece grandes oportunidades a serem exploradas pelos países e pelo setor privado, por meio do fornecimento de bens e serviços que atendam ao conjunto crescente e cada vez mais diversificado de preferências de consumo. [...] primeiro há fortes indícios de que o crescimento do consumo seja impulsionado pelo progresso da China, enquanto os outros países permaneceriam atrás (CHUN, 2012 pág. 34-35).

Na mesma linha de pensamento de Chun (2013), Rougier (2015) ressaltou que a expansão da classe média asiática está atrelada ao maior investimento em capital humano e consumo. Segundo o autor, os maiores pesos em termos populacionais da classe média associado ao crescimento do consumo promoveram um mercado atrativo para as empresas nacionais, tanto por ampliar o mercado consumidor, quanto pelas economias de escala proveniente da mão de obra de baixo custo (ROUGIER 2015, *apud* OLIVEIRA 2016, pág. 66).

Salama (2014) se contrapôs ao pensamento de Rougier (2015). Na visão do autor não foi o aumento do consumo da classe média que explicou o crescimento econômico asiático, mas sim os gastos governamentais; que incentivou através dos gastos em infraestrutura, leis trabalhistas flexíveis, abertura econômica comercial as das empresas em investir no continente.

Por conseguinte, não é o consumo das classes médias que explica o forte crescimento. A contribuição ao crescimento do consumo, em geral, é fraca nos países asiáticos. O crescimento tem por origem o esforço excepcionalmente elevado das despesas de investimento, especialmente em infraestrutura, e no crescimento das exportações (SALAMA, 2014, pág. 15).

O que pode ser diagnosticado é que a ascensão dessa classe média foi consubstanciada pela fusão entre três fatores principais: Transnacionalização que levou a migração dos centros produtivos para os países periféricos, criando oportunidades de emprego; o fenômeno da dominância do capital financeiro expressado pela política de abastecimento de crédito para consumo nas classes mais baixas de renda; e por último a presença da social democracia nos gastos sociais.

Assim podemos inferir que o ideal que o *American way of life* não pode ser tomado como universal, uma vez que a classe média americana é bem diferenciada das demais ao redor do mundo. Através das discussões foi possível perceber que houveram dois momentos de classe média e um terceiro que ainda carece de discussões. Os dois primeiros

momentos estiveram ligados ao auge do fordismo e toyotismo respectivamente; a classe média com ocupações ligadas ao setor público e as indústrias, e, no segundo momento com ocupações mais ligadas ao setor de serviços.

O terceiro momento da classe média ainda carece de discussões mais ampliadas, de forma que ainda não houve um consenso se tivemos uma nova classe média; o que se observou preliminarmente através da literatura é que houve a inclusão das camadas pobres ao consumo, dentro da esteira neoliberal.

Dentro dessa discussão o próximo capítulo buscou focar o tema “nova classe média” levando em consideração o caso brasileiro. Entretanto a análise retomou alguns aspectos da implementação da indústria fordista no Brasil, antes de entrar na discussão propriamente do tema. A análise também buscou contrastar as opiniões de diversos autores especialistas a respeito do tema, sobre suas definições e concepções sobre esta classe, bem como buscou explorar os números e indicadores, no contexto econômico recente, a respeito da mesma que a diferenciasse da classe média tradicional.

3. DEBATE SOBRE A(S) CLASSE(S) MÉDIA(S) NO BRASIL

Antes de iniciar a discussão diretamente a respeito do surgimento da nova classe média dos anos 2000, este trabalho buscou inserir a discussão a respeito do processo de ascensão da classe média tradicional brasileira. Essa retomada foi de grande relevância, pois foi necessário fazer distinções entre a classe média tradicional e a nova classe média dos anos 2000; no que se refere aos quadros profissionais, o prestígio social e os contextos macroeconômicos de cada uma. Além disso, foi necessário entender a maneira excludente, pela qual o processo de desenvolvimento da industrialização brasileira na década de 70 deixou de fora uma parcela significativa da população do acesso às suas benesses, principalmente, no que diz respeito aos empregos e acesso aos produtos industriais da época.

Assim este capítulo foi estruturado em dois tópicos. O primeiro procurou discutir a ascensão da classe média tradicional brasileira discutindo a respeito dos quadros ocupacionais, a renda e o prestígio que tinha na época; o segundo tópico discutiu os fatores macroeconômicos que proporcionaram a ascensão da classe C; e o terceiro tópico trouxe discussões com as visões de vários autores a respeito do que foi esse fenômeno.

3.1. A EMERGÊNCIA DA CLASSE MÉDIA TRADICIONAL BRASILEIRA

As discussões sobre ascensão da classe média no Brasil apareceram dentro da literatura econômica ligada ao Plano de Metas durante o governo Kubitschek, em meados do século XX. O auge da classe média ocorreu posteriormente durante o processo de industrialização do Brasil durante a ditadura militar. Assim a classe média brasileira teve contornos parecidos, no que diz respeito aos empregos, como forma de ascensão econômica que a norte americana de colarinhos brancos - ou seja ambas tiveram nas indústrias e no setor público seus polos de emprego.

O Plano de Metas utilizou a política cambial como instrumento para condução econômica. O governo brasileiro iniciou um processo de internacionalização do investimento estrangeiro a partir da entrada de capital estrangeiro que adentrava ao país na forma de máquinas e equipamentos. Atrelado a isso o governo incentivou uma política cambial que subsidiava tanto a importação de bens de consumo, quanto os insumos básicos, por outro lado as tarifas aduaneiras protecionistas barravam a indústria brasileira da concorrência externa.

Giambiagi (2011) destacou que os principais setores que receberam investimentos foram: “(...), sobretudo, aos setores automobilísticos, de construção naval, mecânica pesada e equipamentos elétricos. A supervisão desses investimentos foi entregue a uma estrutura paralela a burocracia estatal, composta pelos “grupos executivos”.” (GIAMBIAGI 2011, pág.36).

Assim o incentivo dado pelo Plano de Metas tanto ao desenvolvimento do setor privado quanto da burocracia estatal aumentou a demanda por profissionais que operasse nessas áreas. Assim essa maior demanda possibilitou a ascensão da classe média que possuía as melhores qualificações profissionais na época; nos mesmos padrões do *White Collar positions* dos EUA, com ocupações técnicas ligadas aos grandes centros industriais, burocracia estatal e atividades de gestão.

Os números apontados por Quadros (1991) atestaram o início desse fenômeno da ascensão dessa classe média, entre as décadas de 50 e 60. Segundo os números do autor, dentre as profissões que mais cresceram o número de ocupações, destacou-se: Auxiliares de Escritório (314.147); Professores primários e Inspectores de Ensino (124.084); Lojistas (95.735); Engenheiros (17.971) e Auxiliares de Engenharia (13.047).⁶

Ao longo das décadas de 70 e 80, as ocupações ligadas o fenômeno da ascensão dessa classe média é mais acentuado, sendo o fenômeno mais perceptível nas zonas urbanas industriais das grandes metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte) onde a industrialização se concentrou. O principal fenômeno que levou a ascensão da classe média tradicional brasileira é destacado, dentro da literatura econômica, pelo milagre econômico, entre o final da década de 60 e meados da década de 70.

A forte liquidez no mercado internacional proporcionada pelos Estados Unidos possibilitou ao Brasil em 1968 expandir os investimentos estrangeiros diretos na expansão da produção de bens e serviços, dando continuidade ao processo de expansão da industrialização que já havia se iniciado durante o Governo Kubistchek⁷. Entretanto a diferença seria na ênfase que seria dada maior na industrialização pesada e na infraestrutura.

Giambiagi (2011) destacou que em 1968 foi criado o Plano Estratégico de Desenvolvimento que elencou quatro prioridades essenciais para o desenvolvimento

⁶ QUADROS 1991, pág. 42

⁷ Segundo Giambiagi (2011), entre 1968 e 1973 a taxa de investimento em % do PIB brasileiro saiu de 15% para 20%.

econômico: O controle da inflação; O fortalecimento da empresa privada para retomar os investimentos; consolidação da infraestrutura e a ampliação do mercado interno para garantir a demanda por bens de consumo, em grande parte os bens de consumo duráveis.

Assim o grande legado do chamado "milagre econômico" que foi possível perceber através da literatura econômica foram: o controle do processo inflacionário que garantiu a população, ou parte dela, o aumento no poder de compra; a valorização das empresas estatais; e, a reforma financeira e a política monetária que favoreceram a expansão do crédito para consumo, através da expansão dos meios de pagamento.

Voltando a análise de Quadros (1991) sobre os números das ocupações de classe média tradicional, entre 1970 e 1980 as profissões que mais cresceram o número de profissionais foram: Auxiliares de Escritório (1.187.999); Administradores e Gestores (872.327); Mestres e Contramestres (180.812); Auxiliares da área da Saúde (179.311); Economias, Contadores e Técnicos de Contabilidade (167.862); Defesa Nacional (178.294) e Ocupações Burocráticas (127.965) ⁸.

Entretanto a mesma industrialização que proporcionou o surgimento de uma classe média tradicional, burocrata, aos padrões norte americanos do "*White collar positions*", apresentou um caráter periférico e concentrador nas mãos de uma parcela diminuta da população. Por meio da análise da literatura econômica foi observado que há um consenso entre os autores, que se propuseram a discutir o tema, que apenas as camadas com acesso a educação superior puderam gozar de cargos mais privilegiados dentro da estrutura organizacional das grandes empresas, no caso as classes alta e média da pirâmide social.

Dentro dessa perspectiva, Quadros (1991) destacou que o processo de implementação da indústria de bens de consumo duráveis no Brasil foi possível graças à união entre três pilares da sociedade: Estado; burguesia, representada pela classe média, e as empresas multinacionais; No caso dos países centrais, a exemplo dos EUA, esse processo ocorreu de maneira mais dissipada entre a população, em virtude da presença do Estado de bem estar social, que garantiu o acesso a esse processo.

Na mesma perspectiva de Waldir Quadros, Pochmann (2015) também destacou que o processo de implementação da indústria fordista nos países centrais foi mais dissipado para a população em relação ao países periféricos, no que diz respeito aos empregos e acesso

⁸ QUADROS 1991, pág.42

aos bens produzidos; a razão para esta diferenciação está na presença do estado de bem estar social, que foi mais presente no primeiro caso do que no segundo.⁹

O processo de periferização do fordismo levou ao subconsumo dos trabalhadores em relação ao padrão de acesso aos bens duráveis como automóvel e moradia própria. Contribuiu para isso a ausência tanto do Estado de bem-estar social quanto de acordos políticos comprometidos com a redução da desigualdade na distribuição dos frutos da expansão econômica. (POCHMANN 2015, pág. 44 e 45).

Pochmann (2015) enfatizou que dentre as benesses obtidas pela classe média tradicional, durante o processo de industrialização, foi possível elencar: acesso ao ensino superior; empregos em grandes empresas ou na burocracia estatal; salário mínimo acima da produtividade e corrigido pela inflação; automóvel, casa própria; Por outro lado a enorme maioria da classe trabalhadora que migrou do campo para a cidade, entre as décadas de 70 e 80, na esperança de trabalhar nas indústrias não conseguiu devido a baixa qualificação profissional, o resultado foi se contentar com profissões de: motorista, doméstica, caseiro – inclusive sendo mão de obra até para a própria classe média tradicional¹⁰.

A razão para essa conformação social em observar o crescimento da desigualdade econômica, onde se observava o crescimento da classe média e o rebaixamento dos pobres, decorreu do imaginário coletivo que se tinha no período, sintetizado nas palavras do ministro Delfim Netto de que era necessário: “fazer o bolo crescer para dividir”, ou seja, a consciência de classe que se tinha a época era necessário crescimento econômico, por si só, para depois iniciar um processo de divisão da renda.

Ou seja, cuida-se a qualquer custo de promover a geração de oportunidades e permite-se que os mais capacitados ou favorecidos se beneficiem... e os prejudicados que se cuidem. Por isso, os conservadores são igualmente os mais eufóricos apologistas das virtudes do “livre” desenvolvimento capitalista e da geração de oportunidades que promove. (QUADROS 1991, pág. 26)

Moisés Kopper sintetizou o quanto a classe trabalhadora representava a imagem do Brasil nos anos 70:

Alinhando o desenvolvimentismo ao capital mundial, a pirâmide social brasileira figurava como a representação mais contundente e bem acabada do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. Ela permitia demonstrar como a pobreza estava

⁹ Ler mais a respeito em: POCHMANN 2015, pág. 44 e 45

¹⁰ Segundo dados do IBGE: Durante a década de 60, o Brasil teve a maior taxa de êxodo rural de sua história 30,02%, na década de 70 essa taxa cai para 26,42%. Isso significa que uma enorme quantidade de pessoas que migravam das zonas rurais para as cidades serviam de mão de obra a baixo custo para a classe média, tendo em vista que o acesso a ensino superior e aos empregos mais bem qualificados eram privilégios para as classes média e alta.

situada em sua ampla base, convertendo-se progressivamente em riqueza à medida que se atingia o seu topo – porém com um número cada vez menor de partícipes do bolo. (KOPPER 2018, pág.341)

Como foi mencionado no final do capítulo anterior, o fordismo necessitava de sustentabilidade na sua demanda; Não havia sustentabilidade em implementar um modelo de industrialização que foi feito para o consumo de massas restringindo-o a uma parcela diminuta da população- uma crise de demanda para os produtos seria inevitável. Assim o modo como se deu o processo de implementação da industrialização brasileira, na década de 70, se tornou caro sob dois aspectos: pelo seu modo de financiamento, tendo em vista que foi financiado através de investimentos externos pagos via juros altíssimos; e por ter sido implementado já com prazo de validade, haja vista que foi restringido a uma parcela diminuta da população, o que limitava o processo de acumulação da indústria.

Além disso, a implementação de um modelo de industrialização restringido a uma parcela da população, a ausência de uma reforma tributária progressiva retroagiu as desigualdades existentes no país; de forma que o processo de industrialização veio a agravar a concentração da riqueza nacional.

As décadas de 80 e 90 marcam ainda mais o agravamento do processo de concentração da renda no Brasil. As crises internacionais, sobretudo a crise do petróleo refletiram internamente em políticas denominadas de “arrocho salarial”, que afetaram não apenas a classe trabalhadora, mas também a classe média tradicional.

Na década de 80 a ordem econômica era gerar superávits primários sucessivos para saldar os empréstimos junto ao FMI que financiaram o processo de industrialização; o que levou a queda no nível da atividade econômica até então vigente, diminuindo o nível de emprego e poder aquisitivo da classe média e dos pobres. Além disso, as altas taxas de inflação, que marcaram o final da década de 80 corroeram os rendimentos da enorme maioria da classe trabalhadora, que não tinham seus salários corrigidos pela inflação. Esse cenário acabou impactando diretamente na estrutura da classe média. Nas palavras de Bresser Pereira:

Na verdade, nas crises perdem aqueles que têm menos poder político. E quem, aparentemente, tem menor poder político hoje é a classe média assalariada ou tecnoburocrática, que trabalha nas grandes organizações públicas e privadas. Depois da burguesia, foi a classe que mais cresceu e mais se beneficiou nos últimos cinquenta anos de expansão econômica brasileira, mas agora, quando a crise aprofunda, é a menos defendida politicamente. (PEREIRA 1983, pág.2)

Se do ponto de vista econômico a década de 80 possa ter sido considerada como uma década perdida, o mesmo não pode se falar sob o ponto de vista social, principalmente, para a classe trabalhadora. A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988 o Brasil positivou, pelo menos no papel, objetivos fundamentais como compromissos com a sociedade, tais como: garantia do desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Embora fosse declarada num momento pouco favorável para que de fato fosse efetivada, a carta magna representava a volta do estado democrático e direito, com possibilidade de ascensão das camadas mais pobres¹¹.

Entretanto o que se observou no desenrolar dos anos 90 foi totalmente de encontro aos objetivos positivado na Constituição Federal de 1988, as políticas de ordem neoliberal de subordinação à economia financeira mundial implicaram no desmonte do mercado de trabalho, com: elevação do desemprego, corrosão do poder de compra pela inflação crônica que marcou a década de 90; Além disto, pode-se observar a precarização do mercado de trabalho, com a instauração de contratos parciais de trabalho; perda de direitos e de poder aquisitivo por parte dos trabalhadores; além do aumento da informalidade.

Esse quadro macroeconômico negativo pôde ser sintetizado a partir da análise de Pochmann (2015):

Entre 1981 e 2002, por exemplo, cerca de 11 milhões de brasileiros foram rebaixados ou constringidos por uma grave piora na situação social. Especialmente na estrutura ocupacional de postos tradicionais de classe média, os procedimentos de reestruturação industrial, de internacionalização de empresas, de privatização do setor produtivo estatal e da terceirização da mão de obra no setor privado e público levaram ao encolhimento da classe média brasileira. (POCHMANN 2015, pág. 37)

Entretanto a década de 90 teve um ponto positivo, sob o ponto de vista econômico. Assim como a Constituição Federal institucionalizada em 1988 foi um marco importante sob o ponto de vista social, o Plano Real lançado em 1994 foi um importante passo para a retomada do poder aquisitivo da enorme maioria da população, haja vista, a ancoragem da inflação, através da relação câmbio através e fluxos de capitais internacionais

¹¹ A partir do artigo 3º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil elencou como objetivos fundamentais:

I – construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicação da pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

via conta capital do balanço de pagamentos, o que deu, principalmente, a classe trabalhadora aumento real no poder de compra.

Segundo Salm (2006) ao colocar uma âncora sobre o processo inflacionário crônico que atingiu a economia brasileira no final dos anos 80, a população poderia obter maior poder de compra, devido ao “barateamento” dos produtos da cesta básica. Os salários passariam a ter maior poder de compra relativo. Segundo o autor, o Plano Real foi o primeiro passo para que os programas governamentais, como: acesso ao crédito; plano de distribuição de renda e aumento gradativo dos salários pudessem produzir efeitos, tendo em vista que os salários poderiam ter poder de compra real.

Dentro desse panorama foi possível notar que o processo de implementação da indústria fordista gerou duas classes diferentes, dentro da pirâmide social brasileira: Primeiro ele confirmou a ascensão de uma classe média de colarinhos brancos com ocupações ligadas principalmente a Gestão; Burocracia e Ocupações técnicas - semelhantes a classe média americana. Em segundo lugar esse processo deixou de fora uma enorme parcela da população do acesso aos bens produzidos e as ocupações, a chamada classe trabalhadora; e esta última passou a ser beneficiada pela onda de crescimento econômico do início dos anos 2000, o que ensejou ao processo de crescimento econômico criando a concepção de que estaríamos diante de uma nova classe média.

3.2. A EMERGÊNCIA DA NOVA MÉDIA NOS ANOS 2000

O Estado de bem estar social, que foi ausente durante a década de 70, começou a ser desenhado no início dos anos 2000. Após a vitória da esquerda sob o projeto neoliberal nas eleições presidenciais de 2002, o Brasil poderia, finalmente, construir um estado de bem estar social que atendesse a enorme maioria da população, com a ascensão de um partido que representava a classe dos trabalhadores.

Entretanto os dois anos iniciais do primeiro mandato do presidente Lula (2002-2006) foram marcados pela continuidade das políticas que já estavam em vigor durante o governo de Fernando Henrique Cardoso – sendo marcado principalmente pelas recorrentes negociações e execuções do receituário proposto pelo Fundo Monetário Internacional, em gerar superávits para pagar a dívida externa; o que engessou o crescimento econômico e os gastos sociais. Os dois anos subsequentes (2004-2006) marcam a inflexão nesse processo, com adoção da postura por parte do estado em incentivar os gastos públicos, principalmente as transferências de renda, com estímulo ao consumo das famílias contrapondo-se ao

compromisso das metas de superávits primários do início de governo. Como destaca Giambiagi (2011):

Tal mudança marcou um contraste com o clima vigente até então e iria se caracterizar pela forte expansão do crédito e por uma política fiscal mais agressiva em termos de expansão do gasto público. O resultado disso foi uma aceleração do consumo, em particular o das famílias, que no segundo governo Lula cresceu a uma taxa muito superior à registrada na média dos primeiros quatro anos do Governo. (GIAMBIAGI 2011, pág.222-223)

Giambiagi (2011) também salientou que o principal fator condicionante no processo de inflexão da postura do governo em adotar políticas para atender a base da população foi a melhora na posição econômica internacional do Brasil. A forte valorização do preço internacional de *comodities*¹², proporcionaram uma enorme reserva monetária ao país que conseguiu uma redução de sua dívida externa, dando maior margem para o governo executar gastos na área social.

Repare-se que o crescimento anual do gasto primário total do Governo dos seis anos 2005-2010 foi da ordem de 6,5% em termos reais, contra uma média de pouco mais de 2% nos dois primeiros anos do Governo Lula. Esse padrão de gestão, fortemente baseado nas transferências diretas a indivíduos- através de aposentadorias, aumentos reais do salário mínimo, benefícios assistenciais do LOAS, seguro desemprego e Bolsa Família – implicou um estímulo poderoso ao consumo, especialmente em um contexto marcado pela inflação baixa. (GIAMBIAGI 2011, pág.223)

Com adoção da postura do estado em incentivar políticas que atendessem diretamente a base da pirâmide social, o Estado populista se configurava ao passo que a imagem do presidente Lula se cristalizava como um herói nacional, dentro de um Brasil que triunfava no projeto nacional desenvolvimentista. Dentre os principais indicadores que mostravam como as condições eram favoráveis ao país, pode-se levantar: a redução do índice de GINI (0,571 em 2001 para 0,52 em 2009); elevação do salário mínimo; aumento do emprego com carteira assinada e o mais importante, o surgimento de uma nova classe média, chamada de classe C¹³.

Neri (2010) destacou essa ascensão estatisticamente em sua análise sobre as transformações dentro da estrutura de rendas, com base nos dados sobre de renda domiciliar confeccionados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Entre 2003 e 2008 é possível identificar três movimentos relevantes: Primeiro a redução de 45,5 % na classe E (famílias com rendimento mensal de até 705,00 reais), o que significou que 20,5 milhões de pessoas que deixaram de viver abaixo da linha da pobreza; segundo a redução de

¹²(GIAMBIAGI 2011, pág 220) salienta que: “(...)entre 2002 e 2008 a média dos preços dos produtos básicos e semimanufaturados exportados pelo Brasil cresceram 164 % e 134%, respectivamente”.

¹³ Giambiagi (2011, pág. 230)

peças vivendo na classe D (acima de 705,00 R\$ e abaixo de 1126,00 R\$) em 3% ou 2,5 milhões de pessoas; e por último e mais importante o crescimento da classe C:

A mesma que atingia 37,56% da população brasileira em 2003, passa a 50,45% em 2009, ou 94,9 milhões de brasileiros que tem renda acima de 1126 até 4854 reais mensais, a classe dominante no sentido populacional. Este crescimento acumulado de 34,34% no período de seis anos, traduzido de população, equivale a dizer que 29 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser de classe C nos últimos 5 anos (3,2 milhões só no último ano). (NERI 2010, pág. 31)

Pochmann (2015) utilizando-se dos indicadores sobre renda da PNAD, também identificou essa notável ascensão da base da pirâmide social, destacando a região Sudeste e Nordeste como principais expoentes desse fenômeno¹⁴:

Se considerando o total da população com desempenho superior a renda média do conjunto dos brasileiros, nota-se ainda que 13,5 milhões (69,2%) ascenderam ao estrato de renda intermediária, enquanto 6 milhões (39,8%) passaram para o segmento de renda superior. Na passagem do primeiro para o segundo estrato de renda, registra-se que as regiões Sudeste (36,3%) e Nordeste (34,1%) responderam por quase 71% do movimento nacional na mudança na estrutura social da base da pirâmide brasileira. (POCHMANN 2015, pág. 64)

A medida que as camadas mais pobres ascenderam economicamente ao estamento intermediário, os níveis de desigualdades puderam encontrar um ponto de inflexão descendente. Hoffmann (2006) observou que entre 2001 e 2005 enquanto a renda média dos 20 % mais pobres cresceu 26,6%, a renda dos 10% mais ricos reduziu 1,3%, ou seja, os pobres ficaram menos pobres e os ricos tornaram-se menos ricos.

Entretanto se fizermos uma leve inferência a respeito do pensamento de Hoffmann podemos afirmar que o fato dos ricos tornarem-se menos ricos e os pobres tornarem-se menos pobres, não significa necessariamente que ambos abandonaram suas condições. A riqueza pode ter sido menos acelerada e a pobreza pode ter sido apenas mascarada.

A nova classe média também se valorizou, em termos de remuneração. Enquanto a antiga classe trabalhadora da década de 70 serviu de mão de obra barata para a classe média tradicional, em empregos como: empregadas domésticas, babás, motoristas, faxineiros, etc... nos anos 2000 esse estamento conseguiu enfim ter sua remuneração valorizada, graças as políticas de valorização do salário mínimo e os programas de qualificação técnica. Segundo os dados de Cavalcante (2015):

¹⁴ A análise de Pochmann sobre as transformações nas classes de renda consiste na subdivisão de acordo com níveis de renda: A base da pirâmide refere-se a famílias com rendimento de até 188 reais per capita por mês; a classe intermediária 188-465 reais per capita; e, a classe alta famílias com rendimento per capita mensal acima de 465 reais.

Nesse período (2008-2013), a inflação (IPC-Fipe) foi de 31%. A variação dos preços de todos os serviços indicados ficou acima dos 50%: babá (102%), caseiro em São Paulo (89%), caseiro no interior/litoral (80%), faxineira/lavadeira/passadeira (66%), motorista particular (61%), auxiliar de enfermagem (54%), empregada doméstica (51%), diferentes tipos de pintura (cerca de 110%), colocação de revestimento em parede (80%) e colocação de piso (59%). (CAVALCANTE 2015, pág.13)

Seguindo os dados acima, podemos inferir que as políticas de valorização do salário mínimo da alarmada nova classe média implicaram numa elevação de custos para a classe média tradicional. Essas ocupações que na década de 70 serviam a classe média tradicional que se encontrava no auge, muitas vezes com baixos salários; no início do século XXI passaram a ser mais bem valorizadas, com: salário mínimo, carteira assinada, direito a férias, 13º salários, etc.

Voltando a pesquisa sobre a ascensão da nova classe média feita por Marcelo Neri, a mesma gerou um embate de opiniões dentro das literaturas econômica e sociológica a respeito do enfrentamento dessa nova realidade na pirâmide social brasileira. Através das leituras dentro da literatura econômica pode-se compreender que os autores que analisaram o fenômeno buscavam evidências que comprovassem a sustentabilidade dessa mobilidade social, como algo efêmero ou imanente; e também entender a lógica de inserção dessa classe dentro de um novo processo de acumulação do capital que se mostrava ao século XXI. O que pode se observar através das leituras bibliográficas é que a pergunta que buscou ser respondida era: Estamos, de fato, diante de uma nova classe média?

3.3. O BRASIL FOI UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA?

Para responder essa pergunta este trabalho buscou retomar três espectros de análise sobre o tema; O primeiro deles é fundamentado em dados estatísticos, que definem a nova classe média a partir das perspectivas de renda e consumo. Uma segunda corrente analítica discute a nova classe média a partir da sua posição dentro das relações de produção. E surge ainda uma terceira corrente que surge como alternativa crítica as duas primeiras questionando as insuficiências a respeito das duas primeiras metodologias.

Assim esta análise buscou enfrentar o questionamento analisando o fenômeno da nova classe média através dos três espectros de análise mencionados acima, trazendo opiniões de autores que se propuseram a analisar o fenômeno, dentro de cada um dos três campos analíticos. A partir disto tentou-se responder o questionamento: Fomos um país de Classe Média?

Dentro da primeira de análise, ou seja no campo estatístico, Salata (2015) confeccionou uma análise sobre os dados da pesquisa “*survey* sobre a classe média brasileira”, realizado em 2008, na qual foram elencados os principais elementos os quais os entrevistados julgaram como essenciais para que um indivíduo pudesse pertencer a classe média, os principais escolhidos foram: nível superior de escolaridade, ocupações com prestígio médio-alto; maiores probabilidades de possuir plano de saúde; poupança, viajar para o exterior, ter filhos estudando em escola privada. A conclusão que o autor chegou, pode ser sintetizado no grifo abaixo:

Dessa maneira, os dados apresentados nesta seção evidenciam que a ideia de classe média no Brasil não parece corresponder às características dos setores intermediários – intervalo de renda “C” – da população brasileira. Ao contrário, ela se encontra muito mais próxima do perfil “AB”, de indivíduos e famílias mais abastados. Nesse sentido, parece pouco provável que aqueles milhões de pessoas que nos últimos anos alcançaram níveis intermediários de rendimento possam vir a ser reconhecidos como membros da classe média brasileira. (SALATA, pág. 132)

Assim o autor não só discorda da concepção de Neri (2011) sobre o surgimento de uma nova classe média, como também afirma que a classe C é uma utopia aos padrões de vida do Brasil. Segundo o autor a concepção que se tinha sobre classe média, na mente dos brasileiros, não foi condizente com a realidade; sendo os parâmetros de vida elencados mais próximos a realidade da classe média norte americana do que a dos brasileiros.

Dentro da mesma linha de pensamento de Salata, Pochmann (2015) destacou que a ascensão das classes mais pobres no Brasil confunde-se com o surgimento de uma nova

classe média. O autor identificou o fenômeno da mobilidade das classes mais baixas dentro da pirâmide social brasileira como fruto de um *mix* entre: O fenômeno da transnacionalização dos centros produtivos, que gerou empregos ligados ao setor de serviços; o domínio do capital financeiro, expressado através do aumento de crédito para consumo principalmente as classes mais baixas; e a presença de um Estado de Bem Estar Social que deu renda a essas classes mais baixas catalisando o consumo.

Ao encontro da análise de Pochmann, Calgareo; *et. ali* (2014) adotou em sua análise uma visão radicalizada sobre a ascensão da classe C. Para embasar sua análise o autor utilizou indicadores sobre mercado de trabalho, renda e consumo; a conclusão que o mesmo chegou é que esse fenômeno é meramente uma utopia provocada pelo aumento do consumo, e que, a nova classe média é composta por pobres endividados.

(...) no que se refere a à propalada “nova classe média”, o que se pode concluir é uma real manipulação dos dados, onde aparece uma classe média fictícia, que, na realidade, não passa de uma classe pobre e endividada, consumidores de nada, que se escravizam para comprar ilusões em busca de uma Dulcinéia (personagem de Dom Quixote) pornográfica e corrompida pelo mercado gerenciador de uma globalização metafísica. (CALGAREO *et ali*, 2014)

Assim observou-se que essa primeira ala de pensamento refutou totalmente a hipótese sobre o surgimento de uma nova classe média. O consenso entre os autores é que o fenômeno da ascensão da nova classe média é meramente um produto da fusão entre: aquecimento do mercado de trabalho, crédito, consumo e social democracia. A real classe média, dotada de privilégios, para esta corrente de pensamento, nunca existiu.

A segunda corrente de estudos sobre o fenômeno de ascensão da nova classe média tem como fundo teórico analítico a posição dos ocupantes dentro da estrutura de produção. Os autores que observam a nova classe média, por este espectro, têm como principal objetivo refutar a tese do surgimento da nova classe média, comparando-a com as ocupações da classe média tradicional. Dentro dessa corrente também há outra ala de autores que observam a ascensão dessa classe C pela perspectiva de interferências dos trabalhos nas perspectivas de vida dos seus membros, principalmente, no que diz respeito ao tempo que eles se dedicam aos estudos, tempo de lazer .

Quadros; *et. ali* (2012) analisou os indicadores sobre empregos fornecido pelo IBGE, entre 2000 e 2010, e os dados apresentados pelo autor identificou que dentro da estratificação social as camadas que obtiveram maior mobilidade foram: miseráveis redução de (-15,4% ocupantes); Massa trabalhadora (+3,1% ocupantes) e a baixa classe média

(+11,1% ocupantes)¹⁵. As que obtiveram menor mobilidade dentro do quadro de pessoas ocupadas: alta classe média (+0,4%) e média classe média (1,2%). Assim segundo o autor quem mais cresceu foi a classe pobre e não a classe média tradicional. O que reflete um padrão de crescimento econômico limitado e com geração de empregos de menor qualificação profissional

O crescimento dos estratos do meio da distribuição de renda também não nos define como uma sociedade de classe média, já que isto expressaria grave rebaixamento de expectativas. Não desconhecemos as melhorias nas remunerações das empregadas domésticas e dos inúmeros trabalhadores populares, mas isto não nos coloca como membros típicos da classe média.
(QUADROS; *et ali*, 2012, págs.9)

Dentro da perspectiva sociológica há autores que abordam o fenômeno de ascensão da nova classe média tendo como fundo teórico a concepção de Bourdieu, buscando implicações das ocupações da nova classe média sobre a vida dos membros dessa camada, em relação ao acesso ao capital cultural e humano. O que esses autores buscam é refutar a hipótese sobre o surgimento de uma nova classe média, contrastando as qualificações entre a camada dos trabalhadores que ascenderam economicamente com a classe média tradicional.

Um desses autores mencionados acima é Souza (2012), que constatou que a pirâmide social brasileira é composta por quatro classes: A alta; classe média; a classe de batalhadores e ralé. Segundo o autor a classe que obteve maior crescimento no começo dos anos 2000 foi a dos batalhadores brasileiros; a diferença entre esta e as classes alta e média decorre do acesso ao capital humano e cultural. Na concepção do autor, o acesso ao capital humano e natural (tempo de estudo, lazer, etc), que marcam as classes Média e Alta, é obscurecido pelo acesso capital econômico que aparece para a sociedade como talento natural e meritocrático destas; já a classe dos Batalhadores Brasileiros, confundida como nova classe média, tem como principal marca a “ética do trabalho”.

Assim a nova classe média pelo fato de não ter as mesmas oportunidades de estudo, tempo de lazer, conhecimento filosófico que teve a classe média tradicional tem menor capital econômico. E pelo fato desta classe não ter obtido o mesmo acesso ao capital econômico do qual tem acesso as classe médias e alta, faz com que ela se submeta a duplas jornadas de trabalho, trabalho exausto, poupe mais, menos tempo ainda para se dedicar aos estudos. Assim o autor sintetiza a diferença da classe de batalhadores da classe média e alta na seguinte passagem:

¹⁵ Os indicadores estão contidos em: (QUADROS; GIMENEZ; ANTUNES, 2012, págs. 3, 4 e 5)

Os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem o privilégio de terem vivido toda uma etapa importante da vida dividida entre brincadeira e estudo. A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média. (SOUZA 2012, pág. 51)

Essa corrente teórica se aproxima muito do pensamento de Mill (1969) que foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho. O que ambos autores tem em comum é analisar as ocupações da classe média, conceituando-a como aquela que sempre pertence a algum segmento econômico; mas não apenas os quadros profissionais e sim como as ocupações refletem na vida da classe média. No caso da classe média tradicional suas ocupações permitem que ela tenha tempo livre para se dedicar ao lazer, aos estudos, etc; já no caso da nova classe média isto não é possível devido ao maior tempo que é dedicado ao trabalho; baseados nisto os autores dessa corrente refutam a hipótese sobre uma nova classe média.

Na terceira linha de análise a respeito do conceito de nova classe média, Fleury (2013) destacou o esvaziamento por trás das conceituações que tomam como base os aspectos de transferências de renda, consumo e mercado de trabalho. Em relação aos dois primeiros como indicadores de mobilidade social, a autora afirma que o privilégio aos quais os pobres se submetem é pagar o que ganham através dos impostos contidos no que consomem. Por outro lado a análise da nova classe média, tendo como ponto de vista o mercado de trabalho, é obscurecida por problemas, como: longas jornadas de trabalho; trabalhos precarizados; salários abaixo do mínimo esperado, o que leva a endividamento das famílias.

Assim Fleury (2013) conclui que a “nova classe média” faz parte de um projeto político-ideológico que tem como objetivo principal construir no imaginário social a imagem de um país que passa por uma relevante transformação social, com direitos universais a todos e redução das desigualdades entre ricos e pobres. Assim a classe média, na concepção da autora, é apenas a maquiagem a qual os políticos encontraram para mascarar temporariamente os problemas do país, como desigualdade de renda, educação, saúde, etc.

Grzybowski (2013) sintetizou o pensamento de Sônia Fleury na seguinte passagem:

O esforço de ver classes sociais por nível de consumo é politicamente direcionado. Trata-se de ocultar a lógica subjacente que opera numa sociedade, onde para ser rico tem que ser pobre, patrão supõe empregado, dominante implica dominado. Na verdade, ter como projeto criar e ampliar classes médias é mascarar a hegemonia reinante que visa poder manter tudo como é. Isto não significa nada mudar. Pelo

contrário, trata-se de mudar algo para não transformar o essencial. (GRZYBOWSKI 2013, pág. 103)

O que ambos autores citados acima têm em comum é o fato criticarem o financiamento do gasto social que possibilitou, em partes, a ascensão da nova classe média. O caráter cíclico do financiamento do gasto social que aumenta quando a economia está aquecida e diminui no desaquecimento é altamente regressivo e dependente de impostos indiretos; de forma que os trabalhadores pagam boa parte do que recebem através das políticas sociais, por meio do seu consumo Assim o grande objetivo das políticas sociais é a inclusão no mercado de consumo da abastada classe pobre, ou seja, o consenso é que foram criados consumidores e não cidadãos, dotados de capital humano e intelectual.

Assim foi possível constatar que, de fato, o fenômeno de ascensão das camadas mais pobres no começo do século XXI não constituiu em uma nova classe média, mas em uma classe de pobres consumidores. Quando no começo do capítulo foi retomado a discussão sobre a implementação da indústria fordista no Brasil, a princípio pode ter parecido confuso. Entretanto quando se elucubrou a discussão através das três ópticas de análise do tema podemos inferir que na verdade a nova classe média é composta, essencialmente, pelos membros que foram excluídos num primeiro momento do processo de implementação da indústria fordista.

Tal concepção é mais evidente quando observamos as análises de Souza (2012) e Pochmann (2015); em relação ao primeiro, o autor aponta que a nova classe média conviveu com os resquícios do fordismo, no que diz respeito a exploração do trabalho¹⁶; enquanto o segundo afirma, que a nova classe média é a incorporação tardia da classe trabalhadora ao acesso de bens de consumo duráveis, ou seja, as pessoas que não obtiveram acesso as benesses do fordismo no Brasil na década de 70, puderam, no início dos anos 2000, ter acesso a bens de consumo duráveis, através do processo de transnacionalização dos centros produtivos para o Brasil, somado a políticas públicas de melhorias no mercado de trabalho; valorização do salário mínimo e principalmente facilitação do acesso ao crédito para consumo.¹⁷

O que foi possível observar é que há uma significativa diferença entre a classe média tradicional e a nova classe média. Em relação a primeira ela ascendeu dentro de um cenário macroeconômico onde se tinha o desenvolvimento da industrialização, com o

¹⁶ (SOUZA 2012, pág. 47)

¹⁷ (POCHMANN 2015, págs 73,74 e 98).

fordismo como modo de produção, o que significa empregos mais ligados ao setor industrial e a burocracia; assim essa classe média ela tinha um protagonismo e prestígio maior dentro da sociedade, de forma que ela fazia parte do tripé da sociedade brasileira formada por: ela (classe média), o Estado (representado pelos militares) e as empresas nacionais. Com relação a nova classe média ela foi mais coadjuvante dentro do jogo de interesses entre: Estado, Bancos e Multinacionais, não tendo o mesmo prestígio que a classe média tradicional. – Pode-se inferir que enquanto a classe média tradicional era um dos pilares da sociedade, a nova classe média esteve dentro do círculo que foi formado entre Bancos, Estado e Empresas.

Entretanto o que pôde ter sido constatado foi que ambas as classes médias tem em comum servirem de consumidores para a demanda das indústrias. No caso da classe média tradicional ela serviu de combustível, tanto em empregos quanto na demanda, pelos bens de consumos duráveis que o processo de industrialização proporcionou ao país na década de 70. Enquanto a nova classe media serviu apenas de demanda aos produtos que eram fornecidos pela indústria, já que os empregos estiveram mais ligados aos serviços - tendo em vista que o número de empregos dentro das indústrias foi menor do que durante a indústria fordista já que o toyotismo usa mais maquinário do que trabalho.

Já a respeito da classe média tradicional ela sofreu um empuxo proporcionado pelas forças políticas centrípetas, que empurraram-na para as classes mais abastadas da pirâmide social brasileira, passando a condição de classe vulnerável, tanto pelo processo de decadência no emprego nas indústrias, quanto pela renda.

De uma classe burocrática, com cargos estáveis, durante a instauração da industrialização nos anos 70, para uma classe servçal, instável, com o processo de implementação do neoliberalismo e enxugamento da máquina pública nos anos 90; e por último as políticas de valorização do mercado de trabalho para ocupações mais abastadas, que indiretamente retiraram-na poder aquisitivo.

Também foi possível notar que, em partes, o apoio ao conservadorismo militar por parte da classe média tradicional deriva do prestígio econômico que lhe foi proporcionado durante a década de 70. Podemos perceber que esta classe fundada economicamente num momento de auge do crescimento econômico, com emprego garantido em grandes empresas nacionais, bom status de vida, acesso a habitação, automóvel, empregada doméstica, motorista, caseiros; ao adentrar a nova realidade da política social, dentro de um estado de *Welfare State* pró-classe pobre viu suas posições exclusas do contexto econômico e político.

Outro fator que chamou a atenção através da leitura dentro da literatura sobre o tema é que há em comum, nos momentos de ascensão de ambas as classes médias (tradicional e a nova classe média) o fato de ambas serem assentadas numa conjuntura macroeconômica de ausência de tributação progressiva, ou seja, em ambas as conjunturas (anos 70 e primeira década do século XXI) a tributação e o financiamento das políticas sociais são dependentes muito mais de impostos indiretos (consumo), do que diretos (renda, patrimônio, etc). Isso implica em dois efeitos: Primeiro o Estado de Bem Estar Social tende a produzir efeitos positivos apenas nos momentos de crescimento econômico, uma vez que o consumo é maior consequentemente a arrecadação por parte do Estado também é maior. Segundo as políticas de transferências de renda tendem a redistribuir a renda de baixo pra cima dentro da pirâmide social, uma vez que a propensão marginal a consumir é maior nas classes médias e baixa. Assim a desigualdade de renda tende a retroagir, uma vez que os trabalhadores e a classe média tendem a ser mais onerados nesse modelo de financiamento do gasto social. Nesse aspecto a classe média tradicional, é empurrada para baixo, sob os efeitos da força centrípeta de distribuição de renda¹⁸.

Isso pode ser evidenciado nesses quase 20 anos desde a vitória esquerdista nas eleições presidenciais de 2002. A pirâmide social econômica do Brasil encontra-se espalhada. De um lado temos os muito ricos, em quantidades pequenas e estáveis, mas se apropriando de uma enorme parcela da renda nacional; de outro lado os pobres que voltaram as condições degradantes, pós-crise de 2015; e a classe média tradicional que foi rebaixada a uma classe instável.

O próximo capítulo buscou evidenciar com base nos dados da Receita Federal do Brasil (RFB), através dos dados da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF), bem como através de outros indicadores, mostrando quem foi essa nova classe média, durante o período de 2012 a 2017, bem como o que ela tem em comum com a antiga classe média tradicional brasileira.

¹⁸ Segundo estudo da CEPAL (2015) os impactos das políticas de transferências de renda sobre a desigualdade da Renda disponível-levando em consideração os descontos dos impostos sobre a renda- não altera, o que demonstra o reduzido papel dos impostos diretos sobre a redistribuição de renda. Em relação ao Brasil, o índice de GINI pouco reduz (0,518 para 0,502).

4. A EMERGÊNCIA DA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: Classe pobre RENOVADA ou NOVA classe média?

Os dois primeiros capítulos deste trabalho focalizaram na análise dos aspectos literários que melhor caracterizassem o que foi a ascensão da aclamada nova classe média. O consenso obtido pelas argumentações dos diversos autores foi que a emergência da classe C não significou no surgimento de uma nova classe média, mas sim de pobres consumidores que cresceram economicamente, através das melhorias no mercado de trabalho, endividamento e acesso ao crédito.

Em meio a essa premissa, este último capítulo buscou dados quantitativos que atestassem sob três aspectos: Primeiro qual foi a faixa de renda que mais cresceu, em termos de pessoas, dentro do período; Segundo analisar o quadro de profissões, e observar qual foi a que mais cresceu; e terceiro buscar fatores macroeconômicos que possibilitaram que esse fenômeno ocorresse.

Em virtude da grande quantidade de dados que poderiam ser utilizados para embasar a argumentação, este capítulo buscou dados mais delimitados aos quadros analíticos utilizados por Quadros (1991) e Pochmann (2012); No que diz respeito ao primeiro este capítulo procurou trazer dados sobre as profissões que mais cresceram dentro do período analisado contrastando com as informações que foram apresentadas pelo autor no segundo capítulo, onde o mesmo conceitua a classe média como uma classe tecnoburocrática, ocupante do setor privado e da burocracia estatal; Em relação ao segundo buscaram-se informações que atestassem o fenômeno da ascensão da nova classe média pela perspectiva do crescimento dos empregos no setor de serviços, massificação do consumo e o acesso ao crédito. Assim a proposta deste capítulo é ser uma terceira via entre as análises dos dois autores.

Com relação ao termo Emergência ele deve ser compreendido como um fenômeno de transitoriedade, no qual houve uma série de transformações nos indicadores econômicos, sociais, culturais e etc., de forma que está num meio termo, entre o desenvolvido e subdesenvolvido, o atraso e o progresso. Quando recortamos pela segunda categoria, a nova classe média deve-se observar o fenômeno como a transitoriedade entre pobres e a classe média tradicional. Assim o fenômeno da emergência da classe C foi observado como uma transitoriedade entre os pobres e a classe média tradicional, entretanto as informações aqui apresentadas não devem ser entendidas como estagnadas, a dinâmica do fenômeno pode ter se modificado nos períodos posteriores a 2016, sendo necessárias futuras avaliações.

A fonte estatística deste capítulo teve como base os grandes números da DIRPF entre 2007 e 2016, tomadas a nível nacional. A escolha por esse indicador para caracterizar o fenômeno de ascensão da classe média decorre devido a dois fatores: Em primeiro lugar devido a qualidade do dado fornecido pela Receita Federal, que utiliza softwares que rastreiam os dados do contribuinte através do Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou seja, minimiza a probabilidade de termos falsos rendimentos no momento da declaração; O segundo motivo decorre da possibilidade da análise ser mais abrangente, não se limitando a uma parcela diminuta da renda, como ocorre com os dados sobre renda da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), onde o limite de classe de renda são 20 salários mínimos, no caso da DIRPF o valor máximo é 360 salários, o que permite uma análise mais ampliada.

Em relação ao recorte temporal de 2007 a 2016, a escolha decorreu pela prévia análise dos dados que apresentaram duas trajetórias de relevante análise para o capítulo, e que serão mais analisadas no decorrer do mesmo. Em relação aos dados anteriores a 2007 não foi possível encontrar no site da Receita Federal dados anteriores a esse ano.

4.1. A METODOLOGIA EMPREGADA NA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Sobre o conceito de metodologia é entendido como todas as técnicas e ferramentas disponíveis para a caracterização de determinada hipótese científica, seja por meio de dados quantitativos ou qualitativos. Neste trabalho foram empregadas apenas variáveis de cunho quantitativo.

Sobre a fonte específica dos dados foi tomado como ponto de partida para a caracterização do fenômeno de ascensão da chamada nova classe média os dados contidos na Tabela 6 dos grandes números da DIRPF - que mostra um resumo sobre as Declarações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas por faixa de base de cálculo, distribuídas em faixas de salários mínimos mensais que variam entre $\frac{1}{2}$ a mais de 160 salários mínimos. A segunda fonte, que diz respeito às profissões, também está contida nos grandes números da DIRPF, entretanto na tabela 14 onde mostra um resumo das declarações por ocupação principal do declarante.

A escolha pelos dados da tabela 6 em relação às demais que estão contidas nos grandes números da DIRPF foi pelo motivo da metodologia empregada na estratificação dessa tabela. Segundo a Receita Federal, essa tabela leva em conta o critério do rendimento

tributável líquido, ou seja, a renda mensal do contribuinte menos as deduções legais do, ou seja, significa renda disponível para o contribuinte.

A partir da seleção desses dados, para efeito de análise, as faixas de rendas foram agrupadas em classes de duas; Assim foram criadas 6 classes: “F” composta pelas faixas de salários mensais que vão até $\frac{1}{2}$ salário e desta até um salário mínimo; “E” pela faixa que vai de um a dois e de dois a três salários mínimos; “D” pelas pessoas com salários mínimos mensais entre três a cinco e cinco a dez salários mínimos; “C” compreende os salários mensais entre 10 a 20 e 20 a 40 salários mínimos; “B” de 40 a 80 e 80 a 160 salários mínimos e a “A” compreende declarantes com rendimentos acima de 160 salários mínimos.

Com relação ao agrupamento mencionado no parágrafo anterior, tal critério decorre das proximidades das renda em relação as classes, ou seja, apenas um critério de razoabilidade - exemplo: É razoável imaginarmos que um contribuinte X que receba até $\frac{1}{2}$ salário mínimo tenha poder de compra e padrões de vida mais próximos de outro Y que tem rendimentos de até um salário mínimo, ao invés de outro declarante Z que esteja situado na faixa de rendimentos entre tenha três e cinco salários mínimos, ou seja, é mais razoável agruparmos os dois primeiros para efeito de análise, do que o primeiro com o terceiro.

A princípio não foram criadas denominações de classes sociais, tendo em vista que foi analisado apenas os indicadores de renda e ocupações com objetivo de analisar a faixa de renda que mais cresceu no período; sem levarmos em consideração os dados sobre gastos e despesas por classes de renda. Essa informação é importante salientar, pois jogar o declarante como rico, pobre ou de classe média olhando apenas pela renda seria extremamente temerário para o objetivo deste trabalho - uma vez que podemos ter o caso do contribuinte que embora esteja situado na faixa de três salários mínimos tenha uma renda disponível maior que outro que tenha cinco salários mínimos mais apresente mais gastos que o primeiro, ou seja, a renda disponível do primeiro é maior que a do segundo.

Assim este capítulo foi estruturado em quatro tópicos: Foi apresentado primeiro o indicador da estrutura de rendas do Brasil em 2007 e 2016, com vistas a contrastar qual foi a classe de renda que mais cresceu em termos absolutos dentro do período. O segundo tópico esteve dedicado a analisar quais as ocupações mais cresceram dentro do período. No terceiro tópico foi analisado os fatores macroeconômicos que possibilitaram a ascensão dessa classe, bem como aqueles que foram afetados indiretamente pelo crescimento dela.

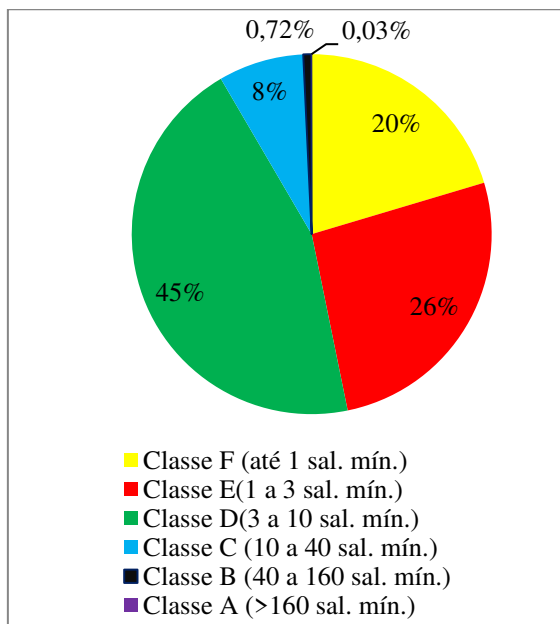
4.2. COMPARAÇÕES DAS FAIXAS DE RENDAS NO BRASIL DE 2007 E DE 2016: QUEM FOI ESSA CLASSE EMERGENTE?

As análises neste primeiro tópico focalizaram em mostrar em dados percentuais e absolutos a classe econômica que mais cresceu no período selecionado. Não analisando apenas a classe em si, mas sendo bem específico na(s) faixa(s) de renda que mais cresceram.

Embora toque em alguns momentos, mas este tópico não teve o objetivo de analisar a distribuição de renda no país, mas sim como ocorre a estruturação da renda, ou seja, não é objetivo afirmar quantos por cento cada segmento de renda se apropriam da renda nacional, mas sim observar quantas pessoas se situam nas determinadas faixas de renda.

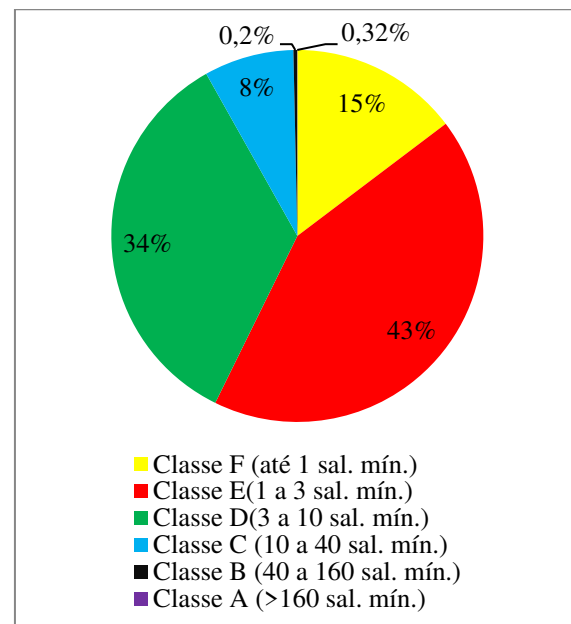
Assim o primeiro indicador que mereceu observação é um comparativo entre as estruturas de renda do Brasil em 2007 e 2016, a partir da subdivisão em classes de rendimentos conforme a metodologia que foi esboçada no começo do capítulo.

GRÁFICO 1: Distribuição percentual dos declarantes por classes de rendimento, em salários mínimos mensais, em relação ao total de declarantes – 2007



Fonte: Receita Federal (grandes números DIRPF),
Elaboração Própria

GRÁFICO 2: Distribuição percentual dos declarantes por classes de rendimentos, em salários mínimos mensais, em relação ao total de declarantes- 2016



Fonte: Receita Federal (grandes números DIRPF),
Elaboração Própria

O objetivo da apresentação deste indicador é mostrar a fotografia do país nos dois momentos, para identificar qual classe obteve maior crescimento em termos de percentuais, a nomenclatura da classe escolhida pode diferir do que já havia sido mencionado nos capítulos anteriores, mas tal diferença é normal devido as metodologias diferenciadas nas análises dos dados.

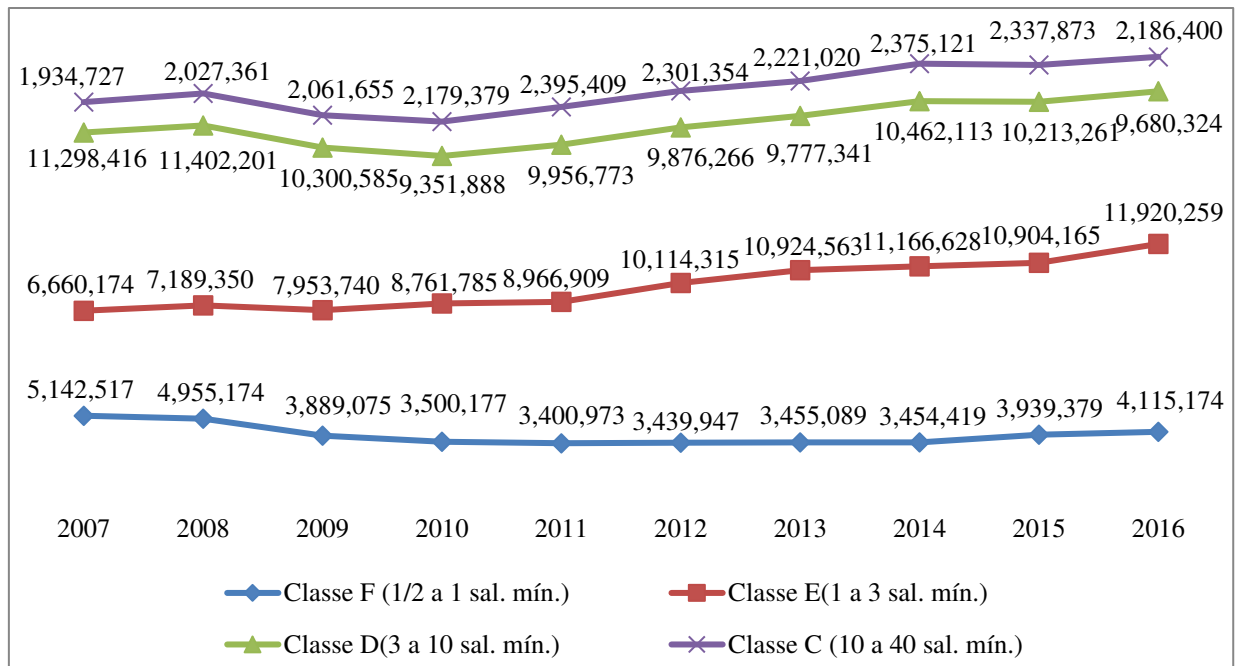
Os dois gráficos representam, em termos percentuais, quanto cada classe representa em termos de declarantes em relação ao número total de contribuintes, em seus respectivos anos. Por exemplo, em 2007 temos que 54% de declarantes estão na classe D, dado que no respectivo ano o total de declarantes foi 25.224.768, em termos absolutos, temos que a classe D possui 13.430.265 declarantes. Vale ainda ressaltar, como já foi exposto no começo deste capítulo, que cada classe possui duas faixas de rendimentos - no caso a classe D contém as faixas de rendimentos entre três a cinco e cinco a dez salários mínimos.

Analisando as diferenças nos dois gráficos verificamos que o principal destaque entre os dois momentos está nas classes mais abastadas (F e E) representadas, respectivamente, pelas cores amarela e vermelha. Enquanto a primeira teve uma redução no número de declarantes em 5%, a segunda teve um crescimento de 17%. Também foi possível notar um significativo recuo do número de declarantes na classe C, representada pela cor verde, dentro do período a diminuição foi de 11%.

Entretanto somente a fotografia dos dois momentos é insuficiente para analisar o fenômeno em si, sendo necessário analisar as trajetórias dessas faixas de renda, porém não mais por dados relativos, mas absolutos.

O gráfico a seguir destrincha a trajetória dessas classes, ainda seguindo a metodologia do começo do capítulo, a partir dos dados em série histórica. Ao invés de ser analisada a fotografia nos dois momentos foi necessário que fosse observada os dados em termos absolutos sobre as trajetórias das mesmas, para que fosse acompanhada as nuances de cada ano das séries históricas.

GRÁFICO 3: Série Histórica do total de declarantes por faixas de salários mínimos mensais em termos absolutos



Fonte: Receita Federal, Elaboração Própria

Em virtude de a análise estar centrada nas classes médias e baixas, as duas faixas de rendas maiores foram excluídas desta análise, sendo retomadas mais a frente.

A primeira observação que pôde ser visualizada é a redução significativa de membros da classe F (curva azul); em termos absolutos, 1.027.343 pessoas deixaram de ter rendimentos situados dentro dessa faixa de renda, o que significa, em termos percentuais, uma redução de 19,9 % em relação a 2007.

No topo, as classes (C e D), apresentaram crescimentos díspares – ao passo que a primeira cresceu 251.673 declarantes ou 13,3 % a mais que 2007; a segunda diminuiu 1.618.072 declarantes ou 14% a menos que o primeiro ano da série. Essas diferenças podem ser explicadas tanto pelo rebaixamento da remuneração desses declarantes para classes mais abastadas, quanto o inverso, ou seja, a subida dos rendimentos para classes maiores.

Entretanto a mudança mais significativa que pode ser observado através do gráfico é a elevação da quantidade de membros na classe E. Em termos absolutos o crescimento foi de 5.260.685 membros, ou seja, 102,29% a mais de membros em comparação a 2007. Assim a análise precisa ser aprofundada dentro desse segmento de renda, tendo em vista que foi ela quem obteve maior crescimento em relação as demais.

Como foi mencionado no começo do capítulo para analisar qual a classe de renda mais se destacou dentro do período as faixas de renda foram agrupadas em duas por classe. Agora que já foi caracterizado que a classe E foi a que mais cresceu no período é necessário destrinchar suas faixas de renda contidas dentro dela e verificar as variações dentro do período.

A tabela a seguir, que também tomou como base os dados da tabela 6 contidos na DIRPF, esmiúça as classes de renda, de acordo com as faixas de renda dentro da série histórica. Em virtude da extensão da série histórica foram selecionados apenas três dos dez anos da mesma; e, calculadas as variações relativas e absolutas entre os dois momentos.

TABELA 1: Variações das faixas de renda mensais, desagregadas, em 2007,2012 e 2016.

Faixas de Rendas (salários mínimos mensais)	Total de Declarantes			2007-2012		2012-2016	
	2007	2012	2016	VAR. ABS.	VAR. %	VAR. ABS.	VAR. %
Até 1/2	3.737.628	2.304.850	2.591.151	-1.432.778	-38,3%	286.301	12,42%
1/2 a 1	1.404.889	1.135.097	1.524.023	- 269.792	-19,2%	388.926	34,26%
1 a 2	2.184.281	2.303.448	4.001.422	119.167	5,5%	1.697.974	73,71%
2 a 3	4.475.893	7.810.867	7.918.837	3.334.974	74,5%	107.970	1,38%
3 a 5	8.149.420	5.921.821	5.865.156	-2.227.599	-27,3%	- 56.665	-0,96%
5 a 10	3.148.996	3.954.445	3.815.168	805.449	25,6%	- 139.277	-3,52%
10 a 20	1.348.219	1.643.370	1.639.704	295.151	21,9%	- 3.666	-0,22%
20 a 40	586.508	657.984	546.696	71.476	12,2%	- 111.288	-16,91%
40 a 80	157.831	114.380	75.340	- 43.451	-27,5%	- 39.040	-34,13%
80 a 160	23.490	20.559	14.223	- 2.931	-12,5%	- 6.336	-30,82%
160 <	7.613	7.035	5.491	- 578	-7,6%	- 1.544	- 21,95%
TOTAL	25.224.768	25.873.856	27.997.211				

Fonte: Receita Federal, Elaboração Própria

Como ficou convencionada no começo do capítulo, a classe E foi agrupada tendo como faixas de renda mensal entre um a três salários mínimos. Através da tabela foi possível perceber que essa classe apresentou dentro do período duas trajetórias diferentes, no que diz respeito as suas faixas. Através do destaque em negrito foi possível perceber que entre 2007 e 2012 a faixa entre dois a três salários mínimos cresceu a uma taxa maior que a faixa de um a dois, e, no período seguinte (2012 – 2016) ocorre o inverso. Enquanto no primeiro momento (2007-2012) a faixa de dois a três salários mínimos mensais cresceu 74,5% ou 3.334.974 declarantes, a faixa de um a dois salários cresceu 5,5% ou 119.167 membros; no segundo

momento (2012-2016) a faixa de um a dois salários mínimos mensais cresceu 73,71% ou 1.697.974 declarantes, ao passo que a faixa de dois a três cresceu apenas 1,38% ou 107.970 membros a mais que em relação a 2012.

Através da tabela também é possível perceber que houve uma inversão do conceito de classe média (no sentido da classe de maioria das pessoas) olhando para as faixas de renda. Em 2007 podemos perceber que a faixa de renda onde se situava o maior número dos declarantes era a faixa que compreendida entre três a cinco salários mínimos, com um total de 8.149.420 o que representava 32,3 % do total; em 2016 a faixa de renda entre dois a três salários mínimos passou a representar o maior percentual, com 28,2 % do total de declarantes, um total de 7.918.837 membros.

Não foi possível explicar, categoricamente, olhando apenas para a estrutura de rendas, se o crescimento do número de declarantes entre dois a três salários mínimos foi em decorrência do aumento de renda dos membros que estavam nas faixas de renda mais baixas ou de queda dos rendimentos de quem estava acima de três salários mínimos, tendo em vista que o número total de declarantes também mudou - o que significa que novos membros puderam ter entrado com rendas na faixa entre dois a três salários mínimos.

Tendo em vista que não foi possível afirmar, com clareza, através dos dados, se o crescimento da faixa de rendas entre dois a três salários mínimos deriva da mudança de rendimentos de quem já estava dentro da declaração ou da entrada de novos declarantes, o próximo tópico foi dedicado a analisar quem é essa classe emergente, em termos de ocupações e renda dentro da série. Com relação aos fatores que explicassem a ascensão esse trabalho focalizou em buscar evidências macroeconômicas.

4.3. A EMERGÊNCIA DA CLASSE E SOB O OLHAR DO TRABALHO E DOS SALÁRIOS. OS DADOS SOBRE RENDA E OCUPAÇÃO A PARTIR DOS GRANDES NÚMEROS DA DIRPF.

Esse tópico do capítulo se destinou a analisar os aspectos de renda e ocupações a partir dos dados coletados nos grandes números da DIRPF, contrastando com outros indicadores. Sobre o aspecto da renda ficou constatado que o salário mensal dessa faixa de renda emergente é bem mais delimitado do que foi apresentado nos capítulos anteriores, e, com relação as ocupações embora não tenha sido possível afirmar, com exatidão, que elas

estiveram ligadas a faixa de renda entre dois a três salários mínimos; houveram indícios que apontam essa hipótese.

Assim como foi verificado na tabela 4 que a classe E apresentou dois momentos de crescimento – no primeiro entre 2007 e 2012 quem cresceu foi a faixa de dois a três salários mínimos e entre 2012 e 2016 foi a de um a dois salários. Também foi possível constatar nesse tópico, a partir dos dados da DIRPF, que houve dois momentos de crescimento das ocupações dentro da nova classe média. No primeiro ciclo foram as ocupações de cunho profissional técnico ligada ao setor de serviços que mais cresceram; no segundo momento quem mais cresceu foram os Microempreendedores Individuais (MEIs) autônomos, o que corrobora o crescimento da faixa de renda entre um a dois salários mínimos mensais, possivelmente esteve ligada ao desaquecimento do setor de serviços pós 2012.

Esse tópico também encarou a nova realidade da nova classe média comparando-a com as antigas ocupações da classe média tradicional. O propósito foi enfatizar a similaridade e diferença entre esta e a classe média tradicional que foi apontada nos capítulos anteriores.

4.3.1. A renda mensal da classe E: Evolução da renda anual a partir dos valores do salário mínimo anual

Como ficou constatada no tópico anterior a classe que mais cresceu dentro do período foi a convencionada classe E, mais especificamente, dentro da faixa de renda entre dois a três salários mínimos. Entretanto a faixa de 2 a 3 salários mínimos representa um termo abstrato, tendo em vista que o no salário mínimo cresceu, nominalmente, dentro desse período. Assim o primeiro gráfico a ser apresentado é do valor dos salários desses membros dentro da série histórica; como pode ser verificado a seguir:

TABELA 2: Série Histórica dos valores da Renda Mensal das pessoas com renda entre dois e três salários mínimos, de acordo com o salário mínimo anual.

Ano	Salário Mínimo	Renda Mensal	
		Valores de Renda Mensal	
2007	R\$ 380,00	R\$ 760,00	R\$ 1.140,00
2008	R\$ 415,00	R\$ 830,00	R\$ 1.245,00
2009	R\$ 465,00	R\$ 930,00	R\$ 1.395,00
2010	R\$ 510,00	R\$ 1.020,00	R\$ 1.530,00
2011	R\$ 545,00	R\$ 1.090,00	R\$ 1.635,00
2012	R\$ 622,00	R\$ 1.244,00	R\$ 1.866,00
2013	R\$ 678,00	R\$ 1.356,00	R\$ 2.034,00
2014	R\$ 724,00	R\$ 1.448,00	R\$ 2.172,00
2015	R\$ 788,00	R\$ 1.576,00	R\$ 2.364,00
2016	R\$ 880,00	R\$ 1.760,00	R\$ 2.640,00

Fonte: SGS Bacen / IBGE, Elaboração Própria

Os dados, sobre o salário mínimo anual, contidos no gráfico acima tiveram como fonte estatística o Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central do Brasil. A respeito dos valores eles foram calculados com base no salário mínimo de cada ano, sendo multiplicado por dois e por três, respectivamente, que são as duas faixas de renda que mais cresceram no período. A finalidade que se queria com essa análise é delimitar os valores exatos dessa faixa de renda dentro de cada ano.

De acordo com a evolução do salário mínimo foram calculados os valores do rendimento mensal nominal de quem ganha entre dois e três salários mínimos. De acordo com o gráfico, para os valores de 2016, ficou constatado que essa faixa de renda tem salário mensal variando entre 1.760,00 R\$ e 2.640,00 R\$; tendo como ano base 2016 foi observado que dentro dessa histórica essa faixa de renda obteve um crescimento real do salário mínimo de 46,32%, com base no Índice de Preços ao Consumidor Ampliado de 2016.

Também é possível perceber que a faixa de renda é bem mais delimitada que a de Neri (2011) evidenciada no capítulo 2; segundo este a classe C (que neste capítulo é classe E) seria formada por membros que possuem rendimento mensal entre 1.126,00 R\$ e 4.854 R\$. Porém esta faixa é muito ampliada, de forma que o teto dela já se encontra numa faixa de 5 salários mínimos, que como foi observado através da tabela 4 teve um crescimento relativo menor, em termos de declarantes, do que a de dois a três salários mínimos.

4.3.2. As ocupações que mais cresceram no período

Em termos de ocupações também foram perceptíveis mudanças significativas dentro do segmento dessa chamada nova classe média. Através da tabela abaixo podemos notar dois momentos distintos em termos de ocupação principal do declarante dentro da série histórica. Como pode ser verificado na tabela a seguir:

TABELA 3: Maiores variações das profissões entre os declarantes do Imposto de Renda, em ocupação principal do declarante.

Ocupação Principal do Declarante	Quantidade de Declarantes			Variações	
	2007	2012	2016	2007-2012	2012-2016
Operador de máquina agropecuária e florestal	11.916	18.078	27.992	51,71%	54,84%
Professor na educação infantil	126.821	291.650	291.650	129,97%	0,00%
Técnico da ciência da saúde humana	62.353	142.747	142.747	128,93%	0,00%
Professor do ensino profissional	24.887	50.710	50.710	103,76%	0,00%
Enfermeiro nível sup., nutricionista, farmacêutico e afins	224.579	323.823	423.062	44,19%	30,65%
Profissional da educação física (exceto professor)	13.230	19.088	24.798	44,28%	29,91%
Técnico em biologia	1.318	2.037	2.427	54,55%	19,15%
Matemático, estatístico, atuário e afins	11.902	17.820	21.087	49,72%	18,33%
Técnico em transportes (logística)	19.723	27.764	32.701	40,77%	17,78%
Outros técnicos de nível médio	323.939	461.974	533.712	42,61%	15,53%
Trabalhador dos serviços de proteção e segurança (exc. militar)	104.850	112.899	171.984	7,68%	52,33%
Trabalhador de outras instalações agroindustriais	26.309	33.963	42.396	29,09%	24,83%
Biólogos, biomédicos e afins	34.938	47.026	55.572	34,60%	18,17%
Analista de sist., desenv.de soft., adm.de redes	217.710	292.901	339.053	34,54%	15,76%

Fonte: Receita Federal (grandes números DIRPF), Elaboração Própria

Para confeccionar essa tabela foram retomados os dados que estavam nos grandes números da DIRPF, mais especificamente na Tabela 14, na qual é apresentado um resumo a respeito da ocupação principal dos declarantes – sobre esse termo entenda como aquela profissão de onde provém a maior parte dos rendimentos do contribuinte, tendo em vista que ele o mesmo pode ser um trabalhador mas um microempresário. A partir disso foram extraídos os dados referentes aos anos de 2007, 2012 e 2016, e, comparados os valores. Em virtude da tabela original oferecida pela Receita Federal conter 136 profissões foram

calculadas as taxas de variações para cada ocupação e selecionadas as 13 primeiras que obtiveram maior taxa de variação dentro do período de 2007 a 2016.

A partir da na análise dos dados da tabela 7 pôde ser observado que dentre as profissões que mais cresceram o número de declarantes, no período de 2007 a 2016, cinco são de nível técnico, são elas: ciência da saúde humana; Biologia; Logística; de nível médio em geral e ainda os de serviços de proteção e segurança. Esse crescimento decorreu, em grande parte, aos investimentos do governo federal na educação técnica, através da rede SESI e SENAI¹⁹, e, também da profissionalização dessas profissões com definição de pisos e tetos salariais. Comparando

Também foi realizada uma pesquisa a respeito dos valores salariais de cada profissão mencionada na tabela 3, e, com exceção das profissões de: Biomédico (3.386,28 R\$); Analista de Software (4714,18 R\$) e Matemático aplicado (8.494,86 R\$), todas as outras apresentam média salarial na faixa de 1.557,11 R\$ a 2.747,97 R\$²⁰, ou seja, dentro da faixa de renda que compreende 2 a 3 salários mínimos – faixa que mais cresceu o número de declarantes conforme analisado na tabela 1. Isso dá embasamento a hipótese de que essas ocupações estão ligadas ao crescimento da faixa de renda entre dois a três salários mínimos.

Assim essa nova classe média tem em comum com a classe média tradicional, o fato de serem profissões de cunho técnico; Entretanto enquanto esta última esteve mais ligada ao setor industrial em cargos de administração e supervisão, como visto no capítulo II sob o olhar de Quadros (1991), a primeira tem ocupações mais ligadas ao setor de serviços e são autônomas, não se prendem a um único emprego.

Através da tabela também foi possível observar que, com exceção do operador de máquinas agrícolas, todas as outras ocupações estão direta ou indiretamente ligadas ao setor de serviços, o que indica dependência direta do setor de serviços.

Também foi possível perceber que, com exceção do operador de máquinas agrícolas e do trabalhador de serviços de proteção e segurança, todas as demais profissões apresentam maior crescimento no número de declarantes entre 2007 e 2012 – algumas

¹⁹ Ler mais informações a respeito em:

A educação Profissional e Você no mercado de Trabalho/ coordenação Marcelo Cortes Neri. - Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

²⁰ Esses dados foram retirados do

site:http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_estatistico_id/caged_estatistico_basico_tabela.php; em relação ao ano de 2016

criaram somente nesse período, como é o caso dos professores da educação infantil, profissional e Técnicos de ciência da saúde humana. O crescimento do número de ocupações entre 2007 e 2012 foi possibilitado, dentre outros fatores, pela alta no setor de serviços que ocorreu justamente nesse período, como será visto mais adiante.

No entanto somente observar o número de declarantes por profissão na declaração do Imposto de Renda não constituiu embasamento suficiente para concretizar, que de fato, a emergência da faixa de renda que está sendo analisada foi puxada pelo setor de serviços. Desse modo este trabalho buscou informações mais apuradas junto as bases estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) as informações sobre o mercado de trabalho nos setores econômicos em que as profissões acima mencionadas acima se situaram.

As informações da tabela três são corroboradas pela análise do gráfico abaixo, que indica o coeficiente de variação do total de pessoas ocupadas nos setores econômicos onde se situam as profissões destacadas pela tabela.

TABELA 4: Série Histórica da população ocupada com 10 ou mais anos de idade nos setores de serviços, administração pública e por conta própria.

	Serviços Prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.	Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.	Outros serviços	Pessoas ocupadas na Indústria Extrativa e de Transformação e Distribuição de eletricidade, gás e água.	Empregados com carteira assinada no setor privado (exceção trabalhador doméstico, militares, funcionários públicos estatutários e outros empregados do setor público).	Pessoas que trabalham por conta própria
2007	3.107.289	3.250.507	3.537.383	3.563.419	8.851.645	4.036.908
2008	3.261.622	3.419.609	3.705.997	3.695.036	9.522.453	4.060.025
2009	3.329.131	3.504.538	3.734.162	3.628.049	9.745.872	4.086.780
2010	3.485.378	3.640.811	3.980.432	3.761.317	10.461.062	4.146.462
2011	3.709.087	3.673.023	4.087.029	3.810.736	11.185.008	4.124.156
2012	3.812.791	3.825.576	4.194.168	3.804.747	11.602.293	4.180.701
2013	3.846.791	4.004.356	4.286.531	3.773.066	11.959.934	4.256.605
2014	3.896.870	4.022.556	4.397.765	3.671.078	12.077.471	4.439.675
2015	3.852.574	4.019.676	4.354.509	3.469.638	11.748.429	4.533.148

Fonte: IBGE/ PMET, Elaboração Própria

Os dados contidos nessa tabela foram retirados da Pesquisa Mensal do Emprego e do Trabalho (PMET) realizada pelo IBGE, nas seis regiões metropolitanas do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Bahia). A pesquisa foi realizada tendo como foco pessoas de 10 ou mais de idade ocupadas na semana de referência. Em

virtude de a pesquisa ter sido extinta em março de 2016 os dados referente a esse ano foram descartados, sendo considerados apenas os valores até 2015. A partir desses valores foram calculadas as médias anuais para cada segmento econômico, haja vista que os valores estão em meses, o que tornaria o quadro muito extenso e pouco efetivo na análise.

A partir de uma análise mais abrangente do quadro é possível notar que em, termos absolutos, o segmento econômico no qual a população ocupada mais cresceu foi o setor privado (exclusive trabalhador doméstico, militares, funcionários públicos estatutários e outros empregados do setor público); considerando o período todo a população ocupada nesse setor cresceu em termos absolutos 2.896.785 pessoas, um crescimento de 32,79% em relação a 2007. Além deste os outros setores que mais obtiveram crescimento na população ocupada, em termos absolutos, dentro da série histórica, foram: Setor ligado a Educação, saúde, serviço social e administração pública (769.169 pessoas); seguido pelo setor de serviços (817.126); pelas atividades ligadas a intermediação financeira e de atividades imobiliárias (745.285) e a população que trabalha por conta própria (496.241 pessoas).

No entanto se for feita uma análise mais minuciosa, em dois períodos, como foi analisado nas tabelas dois e três, é possível perceber que há dois ciclos de crescimento nos setores mencionados. Um primeiro ciclo que indica crescimento maior da população ocupada em alguns setores que vai de 2007 a 2012, e, outro com crescimento menor dessas profissões entre 2012 e 2016.

Entre 2007 e 2012 é possível notar que, em termos absolutos, os setores econômicos onde a população ocupada mais cresceu foram: Empregados com carteira assinada do setor privado (2.750.654); Atividades ligadas ao setor de intermediação financeira (705.503); Setor de serviços em geral (656.784); Educação, saúde, serviço social e administração pública (575.069) e trabalhadores por conta própria (143.793).

Já quando foi analisado o segundo ciclo, entre 2012 e 2015, o ranking de crescimento da população ocupada se inverteu, de forma que os setores econômicos que apresentaram maior crescimento, em termos absolutos, de sua população ocupada foram: Os trabalhadores por conta própria (352.447); Educação, saúde, serviço social e administração pública (194.099); O setor de serviços em geral (160.341); Empregados com carteira assinada no setor privado (146.149) e o setor ligado a atividades imobiliárias e intermediação financeira (39.783).

Essas informações indicam que a classe média teve um perfil ocupacional, dentro dessa série histórica, diferenciado. Entre 2007 e 2012 as ocupações desse segmento econômico estiveram mais ligadas aos setores de serviços, com ocupações de cunho técnico e mais autônomas; no segundo momento essa classe média foi essencialmente autônoma, com profissões que não tem uma vinculação direta a alguma empresa.

Por outro lado é possível perceber que as ocupações mais ligadas ao setor industrial tiveram uma trajetória de crescimento bem discreto em comparação aos demais. Apenas entre 2007 e 2012 houve variação positiva no total da população ocupada ligada a Indústria com o aumento de 241.328 membros, um crescimento de 0,06%; pós 2012 foi possível notar que houve uma variação negativa de 0,08%. Assim o que marcou a classe média tradicional brasileira, de ser tecnoburocrática, estando ligada ao setor industrial, como visto no capítulo II deste trabalho, não foi possível identificar neste período, em virtude das oscilações do setor industrial brasileiro nesse período.

A partir da análise dos dados contidos na PMET podemos inferir as profissões ligadas ao setor de serviços e a administração pública apresentou maior crescimento nos momentos de maior crescimento econômico (como será visto em tópicos mais adiante) e no segundo momento marcado pela recessão econômico e queda do emprego formal a saída encontrada foi optar pelo trabalho por conta própria. Entretanto os dados apresentados na tabela quatro não mostram os dados para 2016, último ano da série, em virtude da pesquisa ter sido extinta em Março de 2016.

Assim para embasar a fundamentação do parágrafo anterior, este trabalho buscou dados estatísticos através de outras pesquisas sobre as atividades econômicas mencionadas acima. Essas informações podem ser encontradas na tabela abaixo que tem como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre 2012 a 2016:

TABELA 4.1: Série Histórica da população ocupada com 14 ou mais anos de idade nos setores de serviços, administração pública e por conta própria, de acordo com a PNAD contínua.

Pessoas de 14 ou mais anos de idade, ocupadas					
na semana de referência por atividade econômica.					
	2012	2013	2014	2015	2016
Atividade Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.	950.850	974.125	1.032.225	1.030.850	967.425
Atividade Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais .	1.451.425	1.460.775	1.511.000	1.534.600	1.560.525
Atividade Outros serviços.	383.300	402.550	418.400	416.625	422.800
Atividade Indústria Geral	13.081	12.909	13.242	12.897	11.593
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada (exclusive trabalhador doméstico).	3.430.825	3.535.250	3.660.950	3.569.850	3.429.250
Conta própria.	2.044.875	2.089.725	2.130.475	2.224.600	2.252.325

Fonte: Pnad contínua, Elaboração própria

A PNAD contínua foi instituída pelo IBGE como mecanismo de coleta dos dados sociais, de rendimento, dentre outras informações de cunho sociais a partir de 2011, e, a partir de 2016 ela substituiu a PME como instrumento de coleta de dados sobre o mercado de trabalho. No entanto como o foco deste trabalho era a série histórica 2007- 2016 foi necessário utilizar os indicadores da extinta PME para os dados anteriores a 2012.

Entretanto é preciso salientar que a coleta de dados realizada pela PNAD contínua apresenta algumas diferenças metodológicas em relação a PME, mencionada na tabela 4, dentre as quais cabe destacar: enquanto a PME teve periodicidade mensal, a PNAD apresenta periodicidade trimestral; quanto a abrangência a primeira toma como base as seis regiões metropolitanas brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre), ao passo que a segunda toma como amostra 3.500 municípios brasileiros; e, a terceira diferença mais, relevante, decorre da população investigada, enquanto a PNAD contínua tem como base a população com 14 ou mais anos de idade, a primeira toma leva em conta pessoas de 10 ou mais anos de idade. Assim ao passo que a PME é mais restrita em relação a pequena amostra das cidades brasileiras, ela compensou tal restrição quando ampliou a faixa etária da população pesquisada; por outro lado a PNAD contínua amplia o

horizonte de análise a nível nacional, mas estreita o rol da população pesquisada, tendo em vista que leva em conta a população a partir de 14 anos de idade²¹.

Por se tratar de uma pesquisa em âmbito nacional é de se esperar que os dados contidos na PNAD sejam maiores que os da PME, também proposta pelo IBGE. Entretanto o fato dos números serem diferentes não inviabiliza a análise da trajetória do número de pessoas ocupadas por atividade econômica. De forma que podemos considerar a PNAD contínua uma continuidade da PME.

Assim através da análise da tabela 4.1 é possível notar que no período compreendido entre 2012 e 2016, o segmento econômico que apresentou maior crescimento da população ocupada, em termos absolutos, foi a que trabalhou por conta própria, aumentando um total de 207.450 pessoas; seguida pela empregada na administração pública (109.100); outros serviços (39.500); Atividades de cunho administrativo (16.675) e os empregados do setor privado que decresceu em 1.575 pessoas.

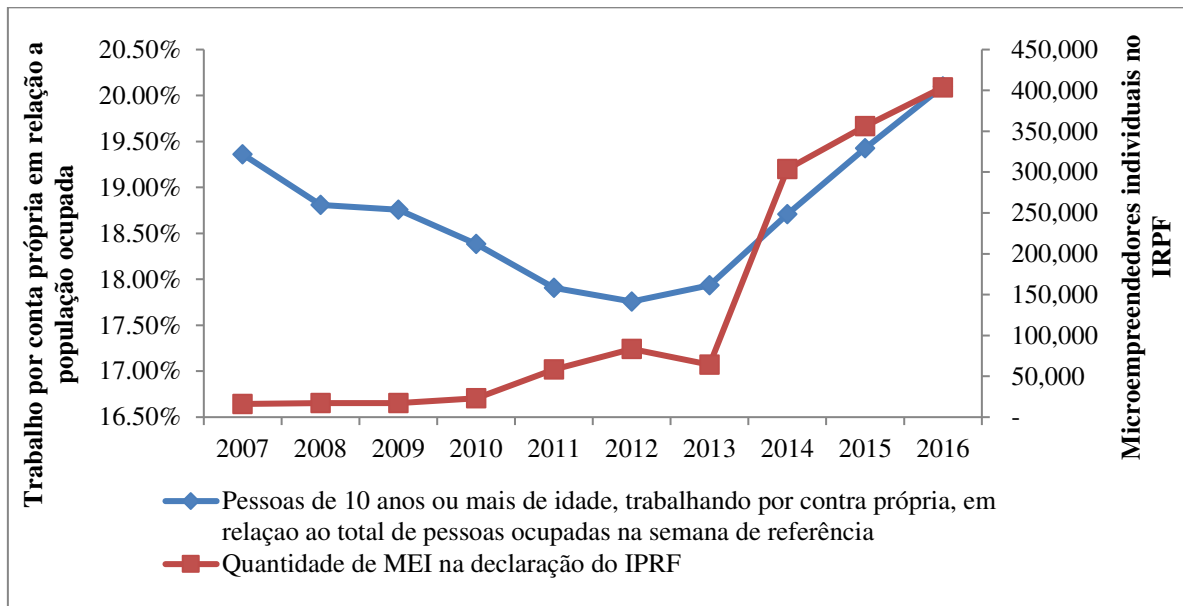
Assim está cada vez mais claro que as ocupações da classe emergente analisada estiveram ligadas num primeiro momento a ocupações técnicas, mas no segundo ciclo compreendido entre 2012 e 2016 essa classe recorreu ao trabalho por conta própria como trabalho principal.

Para embasar essa hipótese foram retomados outros indicadores da DIRPF, mas especificamente os dados sobre a natureza de ocupação do declarante. Essas informações são semelhantes as indicadas pela PME e PNAD, elas indicam a atividade econômica na qual a renda do entrevistado é obtida; no caso da DIRPF o entrevistado é o contribuinte, que declara o imposto de renda.

Os dados sobre o número de Microempreendedores Individuais (MEI) foram retirados da tabela 13 dos grandes números DIRPF, que apresenta um resumo sobre a natureza de declaração dos contribuintes, ou seja, refere-se a atividade econômica na qual a renda do contribuinte está atrelada. O objetivo de apresentar esta tabela é da o primeiro reforço na pilastra da hipótese de que a nova classe média esteve ligada ao trabalho autônomo, pós 2012, como forma de trabalho principal, devido a queda no setor de serviços.

²¹ Essas diferenças foram extraídas de: Nota técnica: principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME e PNAD Contínua, fornecidas pelo IBGE.

GRÁFICO 4: Série Histórica entre a quantidade de Microempreendedores individuais declarantes no IPRF e o percentual de pessoas trabalhando por conta própria



Fonte: Receita Federal (Grandes Números DIRPF), Elaboração Própria

Através do gráfico foi possível observar que entre 2007 e 2012 a curva do trabalho por conta própria apresentou um declive em sua trajetória, explicando a queda no trabalho por conta própria em relação as demais ocupações – explicadas possivelmente pelo crescimento do emprego no setor de serviços, o crescimento do trabalho com carteira assinada dentre outras garantias; no entanto a partir de 2012 essa trajetória que era de queda volta a aumentar, já explicadas pela ordem inversa, ou seja, pelo desaquecimento no setor de serviços.

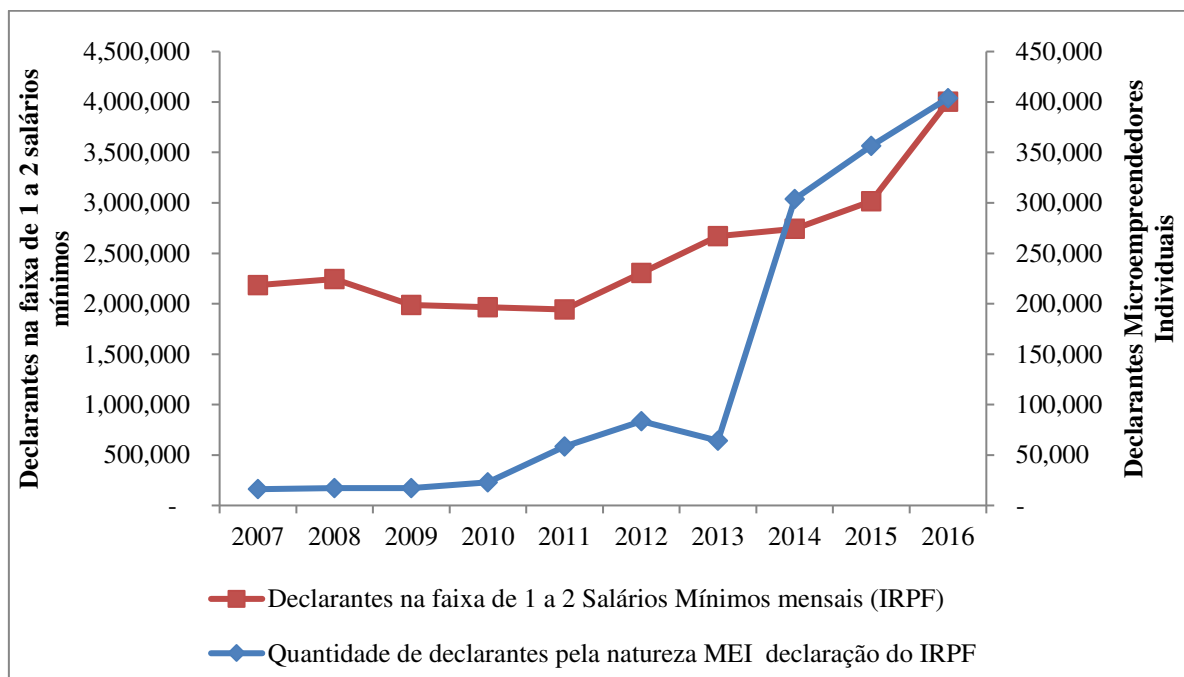
Por outro lado o número de microempreendedores individuais apresentou uma certa estabilidade até 2010 no número de declarantes na DIRPF; entre 2011 e 2012, começou a crescer o número de declarantes - provenientes da medida do governo em reduzir o valor para abertura do capital da empresa, o que possivelmente levou mais pessoas a abrirem; e pós 2013 esse número cresce substancialmente mais de 380%, saindo de valores próximos a 50 mil para mais de 450 mil declarantes. Essas informações substanciam as da tabela quatro, onde mostra que o trabalho por conta própria cresceu entre 2012 e 2016.

Sobre o microempreendedor individual refere-se aos pequenos empresários individuais que tenham os seguintes requisitos: tenha faturamento limitado a 60.000,00 por ano; contrate até um empregado e que não tenha participação como sócio ou administrador

em outra empresa. A lei institucionalizante da categoria microempreendedor foi a Lei Complementar (LC) nº 128/2008²², que dentre outras medidas isentava-os de alguns tributos federais, tais como: Imposto de Renda (IR); Programa de Integração Social (PIS); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O microempreendedorismo possivelmente surgiu como alternativa a classe média emergente, no período pós 2012 frente a queda do número de empregos no setor privado. Como pode ser destacado através do gráfico abaixo:

GRÁFICO 5: Série Histórica entre o número de declarantes na categoria no IPRF e o número de declarantes na faixa de um a dois salários mínimos



Fonte: Receita Federal (grandes números DIRPF); Elaboração Própria

Ambos os dados representados pelas curvas foram retirados das tabelas 6 e 13, respectivamente, da DIRPF, que representam os declarantes por faixa de renda mensal (em salário mínimos) e o número de microempreendedores individuais. A escolha pela faixa de 2 a 3 salários decorre de ela estar contida dentro da classe E, que foi a que mais cresceu o número de declarantes, conforme analisado no tópico 4.2, e , a faixa de renda que mais cresceu entre 2012 e 2016, conforme a tabela, 1 foi justamente ela.

²² O texto integral da lei pode ser encontrado através site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm

Através da análise gráfica foi possível comparar que o crescimento das pessoas que declaravam rendimentos nas faixa entre 1 a 2 salários mínimos mensais começou a ocorrer no mesmo período em que se iniciou o número de microempreendedores individuais, por volta de 2011.

Entre 2007 e 2011 é possível notar, que há uma clara tendência de queda do número de pessoas com renda entre 1 a 2 salários mínimos mensais; por outro lado o número de microempreendedores dentro da declaração do IPRF apresentou uma trajetória bem discreta de crescimento, entre 2007 e 2010, a partir de 2011 começa um início de crescimento do número de declarantes, decorrente das alterações na LC N°139/2011²³, que dentre outras medidas simplificou o processo de abertura do MEI, bem como diminui o valor do faturamento individual do empresário de 81.000,00 R\$ para 60.000,00 R\$, o que levou a mais pessoas ingressarem como MEIs na declaração do Imposto de renda.

As trajetórias tanto dos declarantes como microempreendedores individuais e dos declarantes nas faixas entre 1 a 2 salários mínimos mensais iniciaram um processo de crescimento acelerado depois de 2013 – enquanto o primeiro sai de valores próximos a 50 mil para mais de 400 mil, o segundo sai de aproximadamente 2,5 milhões para 4 milhões.

Através dos dados contidos neste tópico foi possível notar que há duas trajetórias bem definidas das ocupações dentro da classe média emergente. A primeira mostra um crescimento das ocupações técnicas ligadas ao setor de serviços, mais especificamente no período que vai de 2007 a 2012. Depois desse primeiro ciclo expansivo no setor privado foi possível notar o crescimento do trabalho por conta própria na figura dos microempreendedores individuais, pós 2012.

O próximo tópico buscou indicadores que retratassem o cenário econômico pelo qual o Brasil passou, e, que, possibilitaram a ascensão dessa classe social.

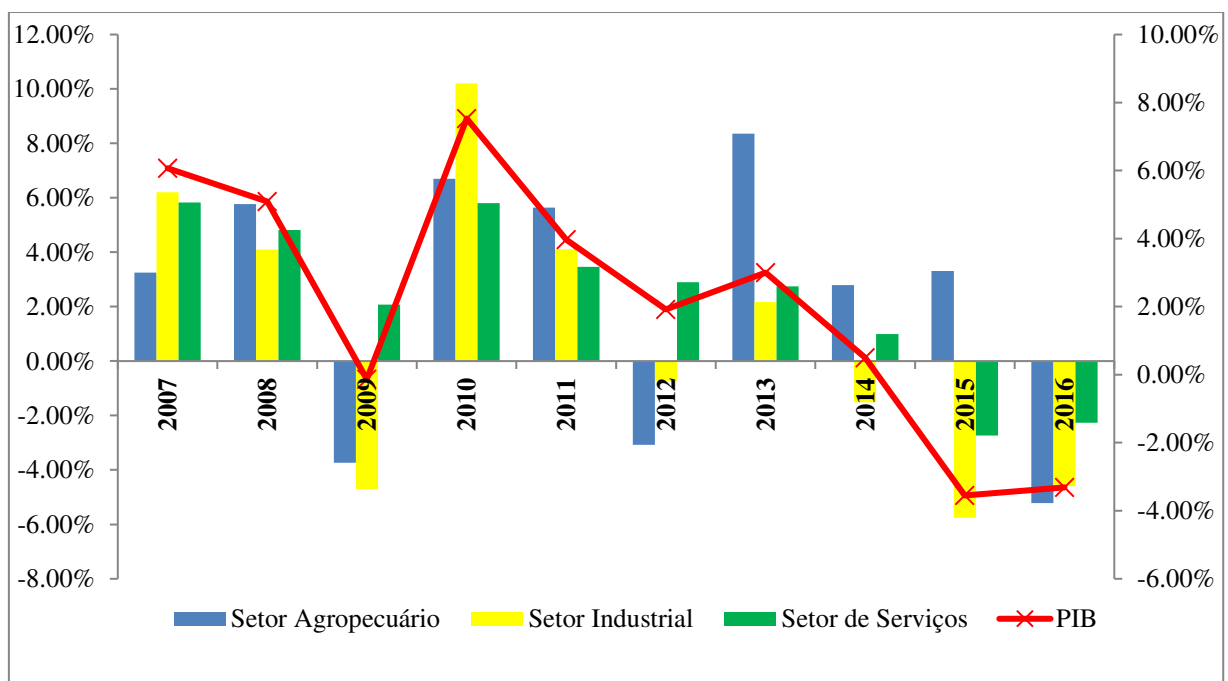
²³ Essa lei complementar pode ser encontrada no site:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm

4.4. FATORES MACROECONÔMICOS EXPLICATIVOS PARA A ASCENSÃO DA CLASSE E:

A ascensão da classe E foi possível graças a um *mix* entre medidas macroeconômicas internas e por conjunturas externas favoráveis. Assim não foi possível apresentar apenas um indicador, como único, para o desencadeamento do processo, da mesma forma que não foi possível elencar todos os que afetaram direta ou indiretamente o processo. Desse modo este trabalho elencou os principais fatores que contribuíram para o fenômeno, bem como aqueles que foram afetados indiretamente pelo processo.

O primeiro indicador que mereceu ser apresentado é o do crescimento real do PIB. Embora não tenha sido um crescimento com taxas muito elevadas, mas a retomada do crescimento econômico foi o primeiro passo para que houvesse o crescimento do emprego e a valorização dos salários. O destaque nesse período vai para o setor de serviços que obteve uma taxa regular de crescimento econômico; por outro lado a indústria apesar de ter obtido uma taxa de crescimento bem alta em 2010, no período todo o crescimento foi quase ínfimo alternado entre crescimento e recessão.

GRÁFICO 6: Série Histórica da taxa de variação real anual (%) do PIB agregado e por setores.



Fonte: Sistema Gerenciador de Séries Temporais / Bacen, Elaboração Própria

Através da análise gráfica é possível notar que houveram três momentos dentro da economia brasileira no período. Entre 2007 e 2008 o crescimento econômico é notável em todos os setores econômicos, com destaque para o setor industrial e de serviços, representadas pelas barras amarela e verde respectivamente, que tiveram variações reais próximos a 6% em 2007 com relação a 2006; no ano seguinte quem mais cresceu foi o setor agropecuário (barra azul) com taxa de variação real próxima a 6%, enquanto os outros setores tiveram crescimentos próximos a 4,5 %.

O ano de 2009 marca um ponto de inflexão na trajetória de crescimento econômico. A crise norte americana impactou diretamente na economia brasileira, sendo o princípio de uma recessão a atividade econômica. Os impactos atingiram mais diretamente a demanda por crédito, exportações e câmbio. A escassez do crédito internacional fez com que os bancos nacionais reagissem contraindo a oferta de crédito internamente, que vinha em processo de expansão nos anos anteriores, com isso a demanda interna se contraiu, o que diminuiu o nível da atividade econômica, principalmente, no setor industrial²⁴. Por outro lado a forte desvalorização do real frente ao dólar fez com que as exportações também caíssem, o que explica a queda do nível no setor agropecuário. Entretanto mesmo com os outros dois setores em crise, o setor de serviços se manteve estável, tendo em vista que ele depende mais da demanda interna do que externo o que acabou blindando da volatilidade externa.

Como medidas para a crise, o governo brasileiro atuou junto ao mercado financeiro; diminuindo o compulsório dos bancos e facilitando as operações de redesconto, o que injetou mais dinheiro na economia. Por outro lado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social lançou linhas creditícias junto as empresas da construção civil, Agropecuária e setor industrial; e no âmbito das famílias o governo atuou reduzindo a taxa básica de juros em 2009, o que ensejou ao consumo²⁵.

Assim em 2010 a economia voltou a trajetória de crescimento, puxada pelo crescimento da indústria que apresentou variação real de 10%, seguido da agropecuária (6,7%) e serviços (5,8%). Em 2011 a taxa de crescimento das atividades econômicas ainda dava indícios de crescimento, porém o PIB iniciava uma nova trajetória recessiva (linha vermelha), que seria culminada em 2012.

Em 2012 as alterações na taxa de câmbio e a elevação dos juros internos ensejaram o início da recessão na atividade econômica brasileira. Os dois principais setores

²⁴ FREITAS (2009),

²⁵ Ler mais a respeito em: (PAULA e PIRES, 2017): Crise e Perspectivas para a economia brasileira. Estudos Avançados 31 (89), 2017

econômicos, industrial e serviços (linhas azul e amarela), passaram a apresentar taxas de variação negativa; entretanto que seguiu a recessão foi o setor de serviços que variou positivamente.

Em 2013 o crescimento da produção agrícola, proveniente ainda das super safras de soja em 2012, fez com que o volume de exportações apreciasse o câmbio, em taxas abaixo de 2,00 R\$, o que possivelmente fez com que a indústria tivesse um novo fôlego, porém insuficiente para manter o crescimento nos anos seguintes.

A partir de 2014 a economia entrou no processo de parafuso da recessão econômica; com destaque negativo do setor industrial que manteve uma taxa recessiva, entre 2014 e 2016, de -3,95%; o setor agropecuário ainda conseguiu manter uma taxa de crescimento positivo em 2014 e 2015, o que planou a queda da produção.

Pela análise gráfica é possível notar que o setor econômico que menos sofreu com as oscilações macroeconômicas externas foi o setor de serviços. Observada a série toda é possível notar que apenas nos dois últimos anos o setor apresentou cenário recessivo, com variação negativa da produção; nos demais anos anteriores a produção foi sempre positiva, embora que em taxas menores que os demais setores.

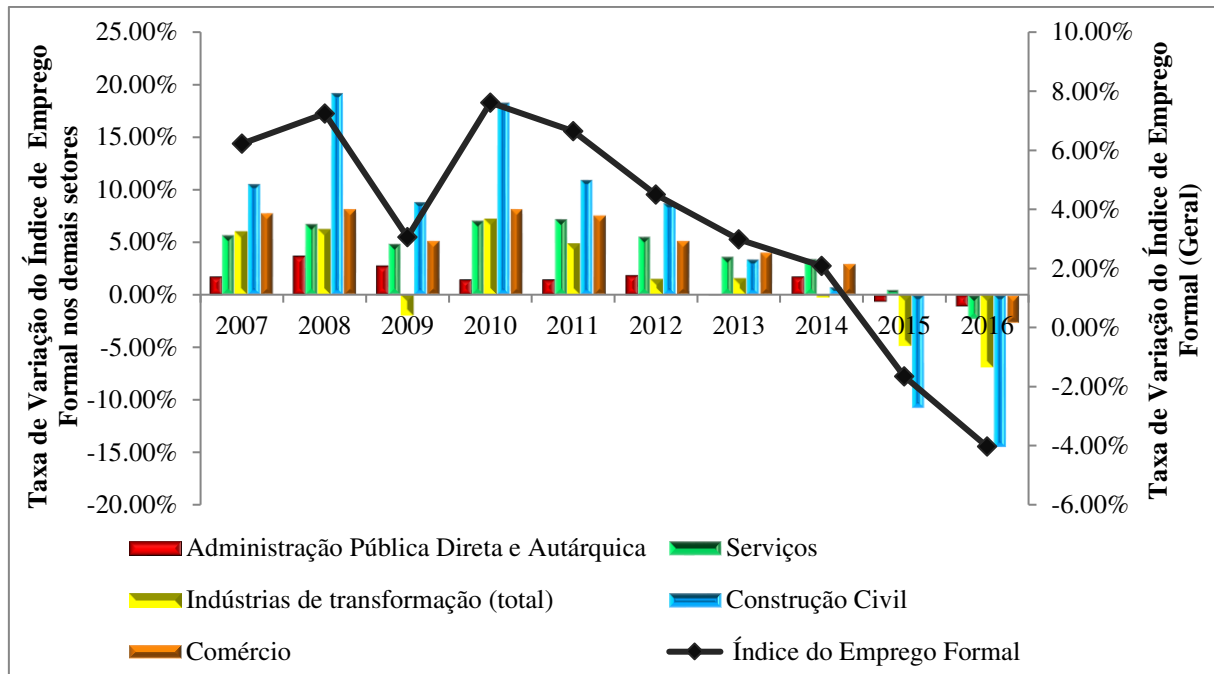
Dentro da série histórica a produção do setor de serviços somou crescimento de 23,63% ficando atrás apenas do setor agropecuário que somou crescimento de 23,79%. O setor industrial que, nos momentos de crescimento econômico, apresentou as maiores variações da produção, como em 2010, somou crescimento de apenas 9,5 % dentro da série. Isso é explicado pelos picos alternantes entre crescimento e recessão nesse setor, ou seja, os momentos recessivos anularam os momentos de crescimento— na série o PIB Industrial apresentou taxas de crescimento em cinco momentos e também em cinco momentos apresentou taxas negativas, ou seja, não foi possível manter a estabilidade do crescimento econômico.

Assim a manutenção de uma taxa de crescimento estável no setor de serviços explica o crescimento das ocupações no setor mostradas nas tabelas 3,4,4.2 e 5, conforme visto no tópico anterior deste trabalho. O setor agropecuário que somou a maior taxa de crescimento dentro da série também pode explicar o crescimento do número de operadores de máquinas na declaração do imposto de renda, como mostrado na tabela 3.

Após os dados sobre crescimento da produção foi necessário expandir a análise para o mercado de trabalho, com o objetivo de corroborar os dados sobre as ocupações que mais variaram no período, evidenciadas no tópico anterior.

O primeiro indicador que será analisado é a variação do índice formal de empregos, fornecido pelo IBGE e que apresenta variação mensal. Em virtude da extensão dos dados foram calculadas as médias anuais para cada setor.

GRÁFICO 7: Taxa de Variação (%) do Índice de Emprego Formal agregado e por setores econômicos



Fonte: Ministério do Trabalho e CAGED, Elaboração Própria

Os dados acima foram extraídos do Ministério do Trabalho (MTB) em parceria com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), tendo como base as declarações de movimentações sobre contratados e desligados das empresas, e, a partir disso foi calculado um índice que relaciona a movimentação do mês com o estoque de empregados que se tinha no começo do ano.

Através do gráfico acima foi possível notar que os setores da construção civil, comércio e serviços foram os que mantiveram os maiores índices de emprego formal durante a série histórica, como pode ser observado pelas barras azul, laranja e verde respectivamente. A parte mais relevante é notar que as variações no emprego formal (representada pela linha preta) acompanharam os picos na variação do setor da construção civil.

Pela análise gráfica também foi possível notar que houve uma consistência nos mercados de trabalho dos setores de comércio e serviços. Com exceção dos dois últimos anos, a trajetória nesse setor foi sempre positiva. O que corrobora as informações no gráfico 6, onde esses setores estiveram protegidos das externalidades negativas na conjuntura econômica internacional.

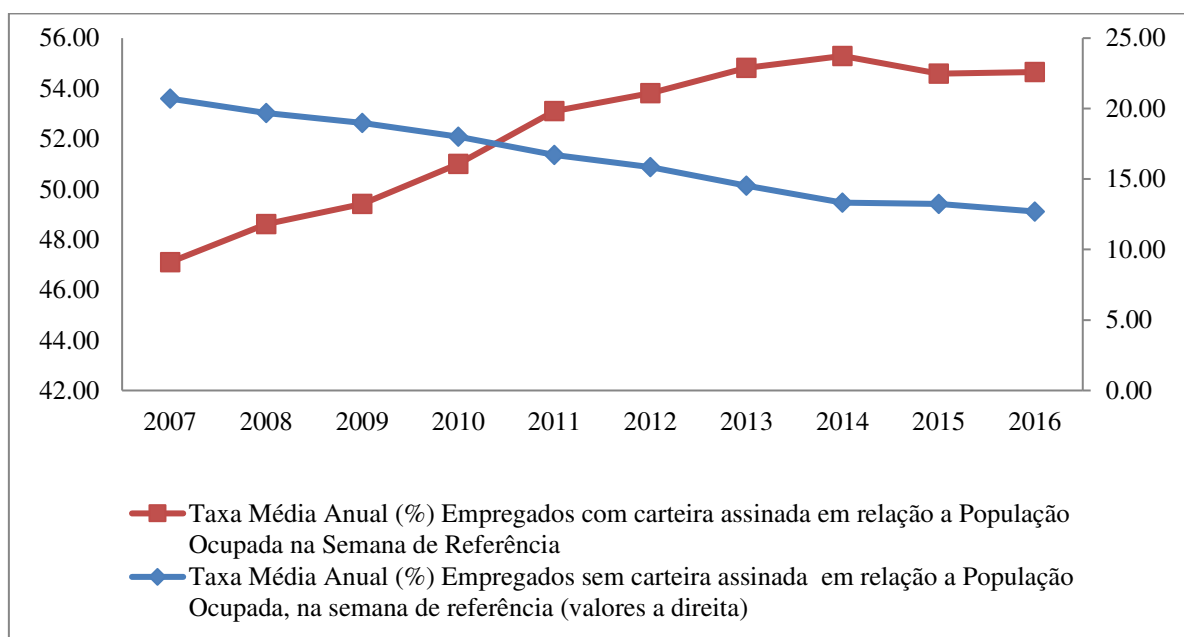
Ao contrário dos setores de comércio e serviços a indústria apresentou uma trajetória muito oscilante, de forma que houveram seis momentos de variação positiva do emprego formal e quatro de queda do emprego formal, como pode se perceber através da barra amarela. Essas informações revigoram as informações do gráfico 6, nos quais foi possível notar a mesma oscilação da indústria.

Tais informações notadas neste gráfico acercam ainda mais a hipótese de que a classe emergente teve como ocupações principais os setores de serviços e comércio. A informação adicional é que o setor da construção civil pode ter sido também um nicho de empregabilidade importante para esta classe.

Mas não foi apenas a volta do crescimento econômico e crescimento do mercado de trabalho nos setores de comércio, serviços e construção civil que favoreceram a ascensão da nova classe média, o aumento das garantias dos trabalhadores também favoreceram, dentre os quais cabe destacar: valorização do salário mínimo com correção da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), aumento real do salário conforme crescimento do PIB no último ano anterior; definição de pisos e tetos salariais para algumas profissões.

Mediante essas informações este trabalho buscou informações sobre o mercado de trabalho que constatassem essas informações. O primeiro gráfico que mereceu análise foi o crescimento do trabalho com carteira assinada em relação ao sem carteira assinada.

GRÁFICO 8: Taxa média de variação anual (%) dos empregos com e sem carteira trabalho de trabalho assinada



Os dados contidos no gráfico acima foram extraídos da PME. A metodologia foi a mesma que a realizada para a coleta dos dados da tabela 4.

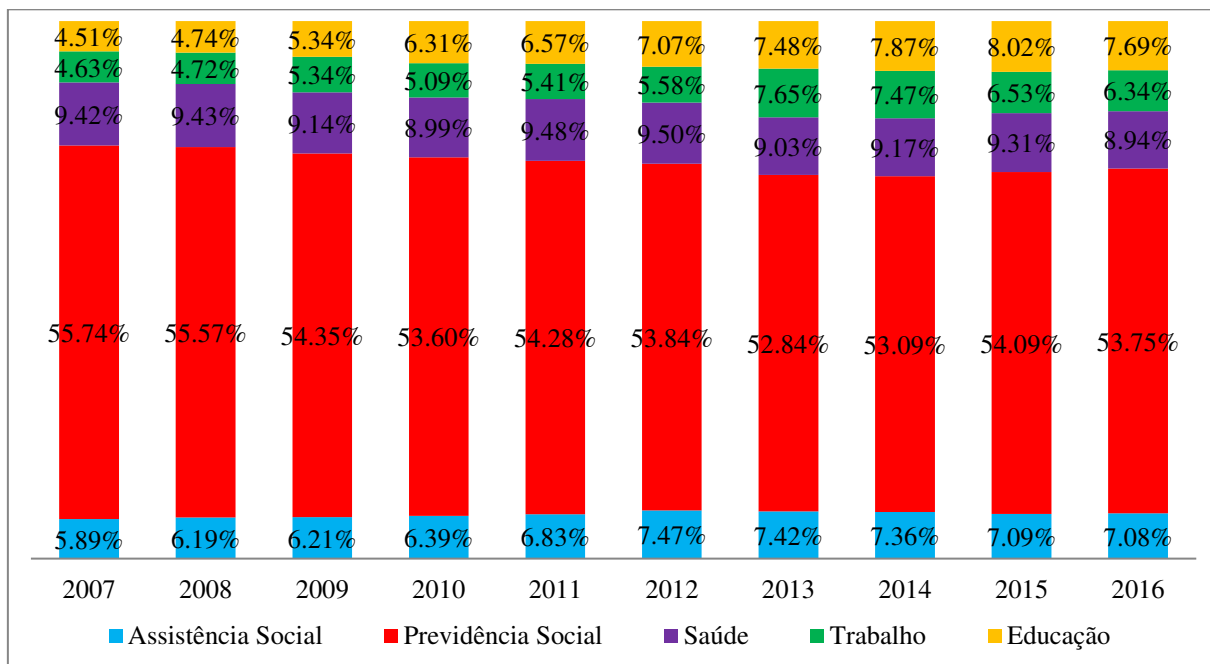
Através do gráfico podemos perceber que desde 2007 é notório o crescimento do trabalho com carteira assinada em relação ao sem carteira assinada. Enquanto o primeiro manteve taxas de crescimento anual de 0,84% dentro do período, o sem carteira assinada decaiu a uma taxa média de 0,89 % ao ano, isso significa que o trabalho informal decresceu mais depressa que o crescimento do trabalho formal; por conseguinte embora o trabalhador não tenha encontrado emprego com carteira assinada, ele pode ter assumido outras condições de trabalho, como autônomo, microempreendedor, empreendedor.

Vale destacar dois momentos dentro do gráfico cinco de relevante análise: O primeiro é a subida mais acentuada da curva vermelha (representa os empregados com carteira assinada em relação a população ocupada) entre os anos de 2009 e 2011, no qual o crescimento do emprego formal foi de 7,5%; por outro lado a curva azul (representa os empregados sem carteira assinada) decresceu mais acentuadamente nos anos de 2009 a 2012, chegando a decair 11,09%. Por outro lado é possível observar a descontinuidade da trajetória de crescimento e decréscimo do trabalho com e sem carteira assinada, respectivamente, nos dois últimos anos da série 2014 e 2015, devido principalmente ao arrefecimento da atividade econômica.

Além da volta do crescimento econômico e o aumento da demanda no mercado de trabalho, sobretudo serviços, comércio e construção civil; a atuação do governo foi fundamental para que a ascensão dessa camada fosse possível, por meio da elevação nos gastos sociais e valorização do salário mínimo como será visto mais adiante.

O próximo gráfico a ser analisado contempla a série histórica dos gastos sociais em termos absolutos dentro do período de 2007 a 2012, divulgados pelo Tesouro Nacional. Os valores foram deflacionados pelos valores do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), tomando como ano base 2016.

GRÁFICO 9: Série histórica do percentual dos gastos sociais em relação ao gasto corrente, exceto despesas com juros e amortizações da dívida pública.



Fonte: Tesouro Nacional, Elaboração Própria

Os dados contidos no gráfico têm como fonte estatística os relatórios de gestão fiscal do Tesouro Nacional, com a discriminação dos gastos por função. Em relação a elaboração gráfica foram calculados os percentuais de cada função, em relação ao gasto total excetuado dos gastos com juros e encargos da dívida.

Através do gráfico é possível notar um nítido crescimento na base do gráfico, representado por meio da cor azul, dos gastos com Assistência social no período. Essa função tem como principais gastos a Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) entre outros. Entre 2007 e 2012 o gasto cresceu em termos percentuais 1,20%, o que representa em termos absolutos 37 bilhões de reais em relação ao primeiro ano; que como foi mencionado nos capítulos anteriores possibilitaram a ascensão das camadas mais baixas, de até 1 salário mínimo; uma vez que as pessoas que não possuíam renda passaram a ter.

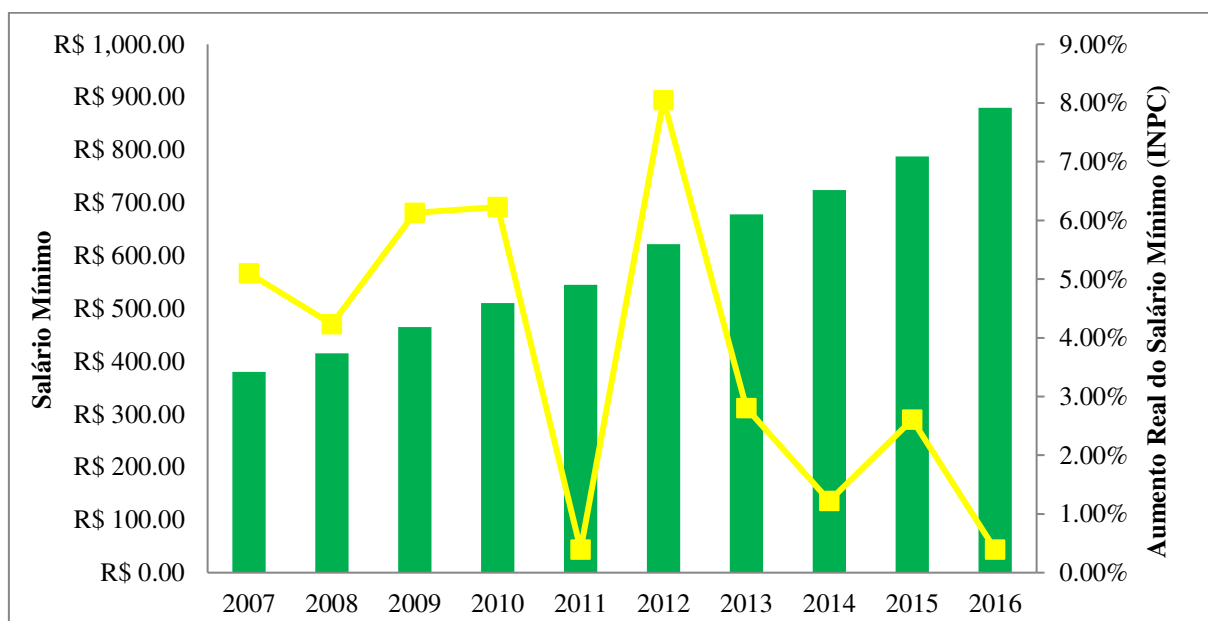
O gasto com educação também apresentou trajetória de crescimento dentro do período, principalmente a partir de 2012, como é possível notar através da barra em laranja. A respeito da educação os maiores valores, a despeito de 2016, foram direcionados a educação superior (29 bilhões), sendo as principais subáreas as de pagamento dos vencimentos dos funcionários e auxílio financeiro a estudantes por meio dos programas governamentais; Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento Estudantil (FIES).

Entretanto como pode se perceber os maiores gastos no período foram destinadas as funções do trabalho e da previdência social. Em termos absolutos a variação do gasto anual, entre 2007 e 2016, aumentou em aproximadamente 38 bilhões com a primeira e 211 bilhões com a segunda função, bem abaixo das variações de Educação e Cultura e Saúde, que aumentaram os gastos anuais em 54 e 34 bilhões de reais respectivamente, em relação a 2007.

As principal causa da elevação dos gastos com previdência e trabalho decorrem de dois fatores: primeiro o aumento da longevidade; o povo brasileiro passou a viver mais – a expectativa de vida, segundo o IBGE 2010, é de 73 anos de idade, o que implicou em mais custos com a previdência social; e o segundo motivo é a elevação do custo trabalho.

O aumento real salário do trabalhador foi outro importante indicador que possibilitou a ascensão das camadas mais pobres, como visto nos capítulos anteriores. Assim o próximo gráfico buscou informações a esse respeito.

GRÁFICO 10: Série Histórica do Salário Mínimo e o seu Aumento Real anual (%)



Fonte: DIEESE, Elaboração Própria

Os dados contidos no gráfico acima tiveram como fonte estatística o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE). Os valores do eixo esquerdo, representados pelas barras na cor verde, representam a evolução do salário mínimo, nominal, ao longo da série histórica; enquanto a linha amarela representa a variação real do salário ao longo dos anos.

Para calcular a variação real do salário mínimo foi calculada a variação nominal do salário mínimo entre um ano e outro, e, descontado a inflação para o período anterior. O indicador utilizado para medir a inflação foi Índice Nacional de Preços (INPC) de metodologia do IBGE.²⁶

Através do gráfico é possível notar que na série histórica o salário mínimo foi corrigido acima da inflação em todo período, embora que alguns momentos tenha crescido mais e outro menos, em virtude do crescimento anual anterior ao último – exemplo para calcular o reajuste de 2016 usou-se a variação acumulada do INPC de 2015, e, o acréscimo de produtividade foi tomado como base o PIB de 2014.²⁷

Os movimentos das centrais sindicais, através dos movimentos de Marchas para Brasília realizadas entre 2005 e 2006 foram um importante marco para a institucionalização dessas leis, uma vez que os líderes sindicais passaram a ser mais atuantes nas negociações sobre o salário mínimo com o ministro do trabalho.

Entre 2007 e 2010 a trajetória do salário mínimo teve um notável aumento real variando entre cinco e seis por cento, explicadas pela inflação baixa do período e também pelo crescimento de 5,09% e 6,07% do PIB, como visto no gráfico 11.

Em 2011 houve uma queda do ganho real – mas essa queda não significa que houve perdas no salário mínimo, mas sim que a valorização foi menor em relação ao ano anterior, explicada pela queda no crescimento real do PIB em 2009. Em 2012 o salário mínimo teve a maior valorização dentro do período, próximo a 8%, explicado pelo maior do crescimento do PIB em termos reais em 2010.

A partir de 2013 iniciou-se uma trajetória de queda do aumento real do salário mínimo, provocada pela queda na taxa de crescimento real da atividade econômica a partir de 2011. Nesse período o salário mínimo foi corrigido apenas pela inflação do período, tendo em vista que a partir de 2012 inicia-se um ciclo de estagflação na atividade econômica no país, marcada por baixo crescimento econômico, conforme visto no gráfico 6.

Entretanto não foram somente as pessoas ocupadas recebendo salário mínimo que obtiveram crescimento real da renda. Foi possível notar que a população ocupada comum

²⁶ A metodologia utilizada é amplamente utilizada, sendo realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

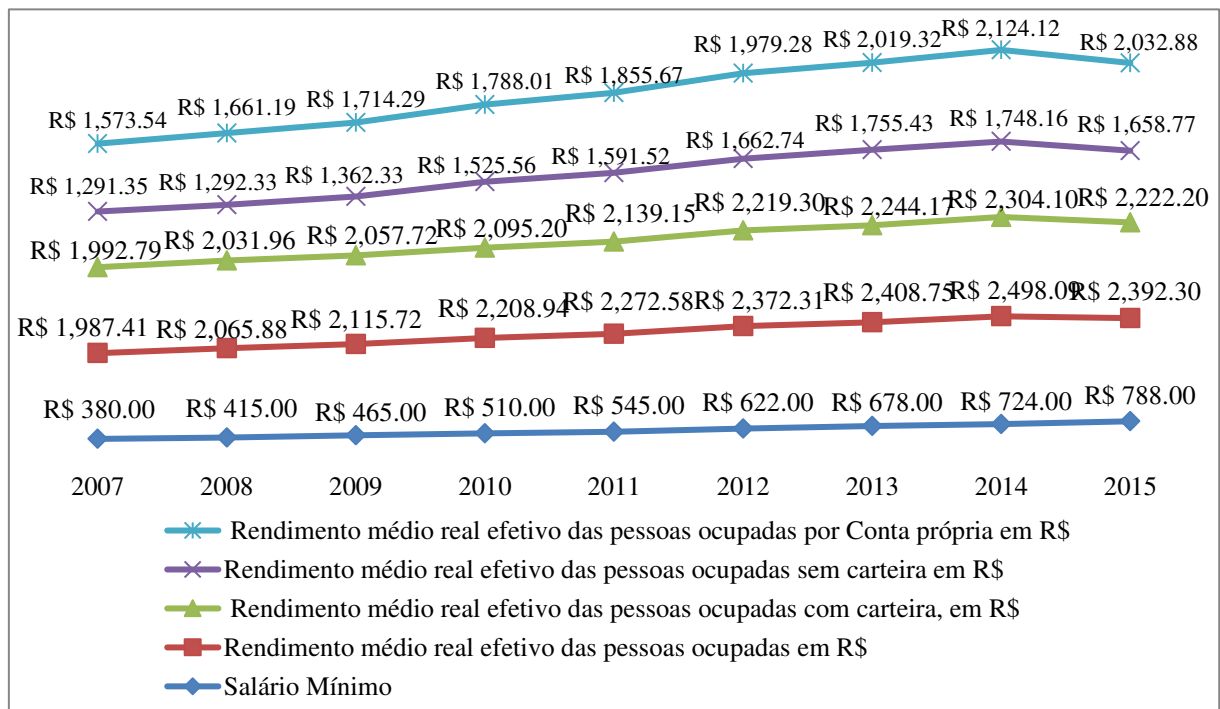
²⁷ Essa medida foi instituída a partir da Lei nº 13.152, de 29 de Julho de 2015, que converteu em lei a Medida Provisória nº12.382, de 25 de Fevereiro de 2011.

todo obteve aumento do rendimento real, tendo em vista que dentro do período de 2007 a 2016 a inflação, tanto medida pelo INPC quanto pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) manteve uma trajetória de queda, o que possibilitou ao aumento do poder de compra real do salário.

Assim este trabalho buscou informações a respeito do rendimento real efetivo para o período de análise em todas as ocupações. Para isso foram retomadas as informações sobre a PME, sobre o rendimento.

O próximo gráfico a ser apresentado tem como base os dados da PME sobre os rendimentos das pessoas ocupadas; em relação a este tem como base o rendimento real efetivo das pessoas ocupadas nos diversos tipos de trabalho. Essa informação diz respeito a média do rendimento bruto recebido pelo trabalho principal em que as pessoas ocupadas tinham recebido no mês anterior a pesquisa deflacionados para preços do IPCA do mês do meio do trimestre mais recente em que esta sendo divulgado – Se o trabalho está sendo divulgado em Maio toma-se como base o IPCA do mês de Fevereiro.

GRÁFICO 11: Série Histórica do Rendimento Real Efetivo das pessoas ocupadas, entre 2007 e 2015



Fonte: SGS / Bacen, Elaboração Própria

Esse gráfico deriva dos dados coletados da extinta Pesquisa Mensal do Emprego e do Trabalho (PMET), eles revelam a média dos rendimentos mensais da população ocupada,

sua coleta tinha periodicidade mensal e era realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas principais capitais do país (Rio de Janeiro, Bahia, Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre). Em virtude do seu último valor constar em janeiro de 2016, esse ano foi descartado da série, sendo considerados os valores até dezembro de 2015. Os valores estão deflacionados tendo como base o ano de 2016.

Devido ao fato dos valores serem coletados por mês o gráfico com as informações ficaria muito extenso, o que inviabilizaria uma análise mais apurada. Por esse motivo foi calculado a média simples anual dos valores dos rendimentos, ou seja, foi somado todos os rendimentos, separadamente para tipo de rendimento, e dividido por 12 que é o total de meses do ano.

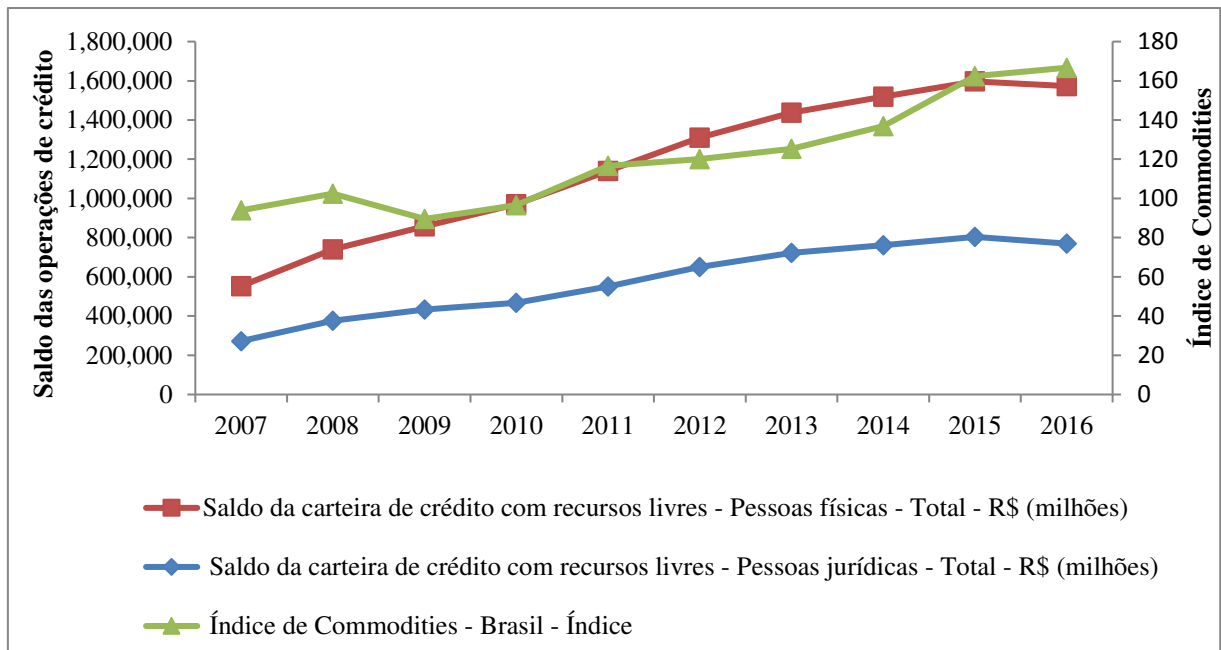
Através do gráfico 11 podemos perceber que a população ocupada que obteve maior crescimento do rendimento real efetivo foram as populações que trabalham por conta própria e os autônomos sem carteira assinada; em relação ao primeiro o crescimento do seu rendimento real foi, em termos relativos, de 29,19% em relação a 2007, o que significa 459,34 R\$ a mais, já em relação ao segundo o crescimento foi de 28,44% ou 367,45R\$ em relação ao primeiro ano da série.

Isso não invalida a afirmação que o rendimento da população ocupada com carteira assinada não cresceu, mas sim que o mesmo cresceu, em termos absolutos, em menor proporção que a população ocupada de autônomos e trabalhadores por conta própria. O trabalho com carteira assinada ainda é mais bem mais remunerado que estes dois últimos, como revela o gráfico acima.

A partir do crescimento da renda foi possível notar maior participação das famílias no mercado de consumo, por meio do acesso ao crédito, que foi possível graças a maior atividade bancária, que foi puxada pela onda de liquidez disposta no mercado, fruto da valorização do mercado de commodities, como visto no começo do capítulo anterior. Atrelado a isso somou se também a flexibilização da autoridade monetária das operações de redesconto e diminuição dos compulsórios junto aos bancos comerciais.

Assim o próximo gráfico que mereceu ser destacado foi o que contempla a relação entre o preço internacional de commodities e o saldo total das operações de crédito no período analisado, ou seja, 2007 a 2012:

GRÁFICO 12: Relação entre o índice internacional de commodities e crédito liberado para pessoas físicas e jurídicas pelos bancos comerciais.



Fonte: SGS/ Bacen, Elaboração Própria

O termo *commodities* designa o grupo de matérias primas brasileiras que são exportáveis para o. Em relação ao indicador, o parâmetro de análise são os preços das commodities agrícolas, metálicas e energéticas no mercado, ou seja, esse indicador mede a valorização ou desvalorização desses produtos no mercado externo.

A análise desse indicador é de extrema importância, devido ao seu impacto na vida cotidiana da população brasileira devido aos seus impactos nos preços, que variam desde o preço da passagem de ônibus ao preço dos remédios. Em relação a análise contemplada neste trabalho, as commodities foi um dos fatores que contribuíram para a ascensão da classe E, tanto pela elevação dos gastos sociais como foi visto no capítulo anterior, quanto pela liquidez proporcionada no mercado financeiro nacional que acabou aumentando a oferta por crédito para consumo das famílias de baixa renda, que abasteceu a engrenagem do crescimento econômico.

Segundo o conceito do Banco Central o indicador do saldo da carteira de crédito com recursos livres diz respeito ao saldo no final de cada período das operações de crédito contratadas com taxas de juros acordadas entre tomadores de crédito e instituições financeiras; exceto as operações lastreadas em recursos compulsórios ou governamentais, ou

seja, significa a quantidade de crédito lançada ao mercado pelos bancos comerciais. Em relação as pessoas físicas diz respeito diretamente a crédito para as famílias, em relação a pessoa jurídica refere-se ao crédito direcionado para as empresas

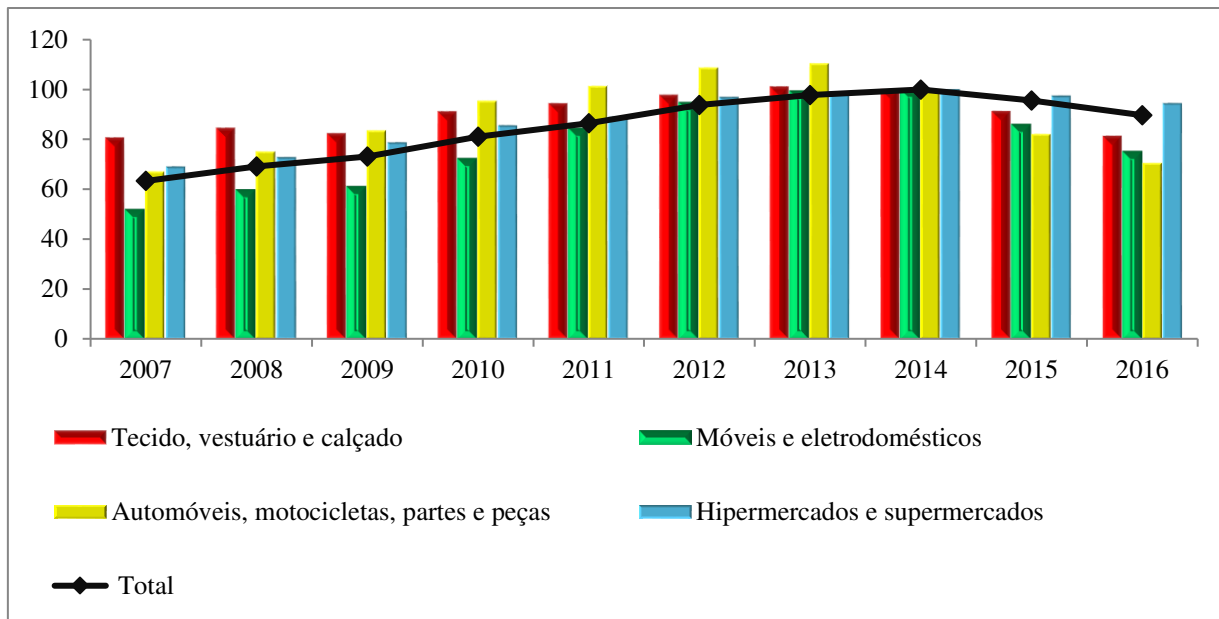
Através do gráfico foi possível notar que tanto o índice de commodities, quanto as operações de crédito, observadas a partir do saldo na carteira de crédito, apresentaram trajetórias de crescimento dentro do período. Entre 2008 e 2009 é possível notar que houve uma queda no índice de *commodities* – explicadas pelo cenário externo conturbado, entretanto a oferta de crédito continuou uma trajetória de crescimento.

O gráfico também mostra que o saldo das operações de crédito foi maior para as pessoas físicas do que para jurídicas. Isto significa que o crédito para consumo foi mais direcionado para abastecer o consumo das famílias, do que para novos investimentos.

Essas informações atestam as apresentadas nos gráficos 11 e 12, onde foi possível notar que nesse mesmo período a indústria e o setor de serviços apresentaram as maiores taxas de crescimento econômico e o maior volume de empregos formais. Essas afirmações certificam a hipótese de que o aquecimento no comércio internacional serviu para ampliar a oferta de crédito no mercado nacional e este por sua vez serviu de combustível para o crescimento da produção e do emprego nacional.

Para atestar essa informação foram retomados os indicadores a respeito do volume de vendas do varejo para os principais subsectores. As informações foram extraídas da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), que tem como alvo as Empresas cadastradas no Cadastro Nacional de pessoas jurídicas, com 20 ou mais pessoas ocupadas e que a receita bruta seja proveniente, predominantemente, da atividade comercial varejista. O indicador do volume de vendas mensura o total de bens e serviços vendidos por uma empresa, no caso da pesquisa os valores do mês são comparados em relação ao anterior.

GRÁFICO 13: Média anual do Índice de volume de vendas no Varejo total e por subsetores



Fonte: PMC/IBGE, Elaboração Própria

Através do gráfico foi possível observar que o setor que apresentou os maiores índices de vendas foi o setor de vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças. Na maior parte da série histórica o volume de vendas foi o maior para o segmento de varejo. Esse aquecimento no setor de automóveis foi proveniente tanto pelo aquecimento do setor industrial, quanto pelas políticas adotadas pelo governo para incentivar a indústria automobilística – a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e os incentivos a produção de carros *flex* foram os principais adotados pelo governo para esse setor.

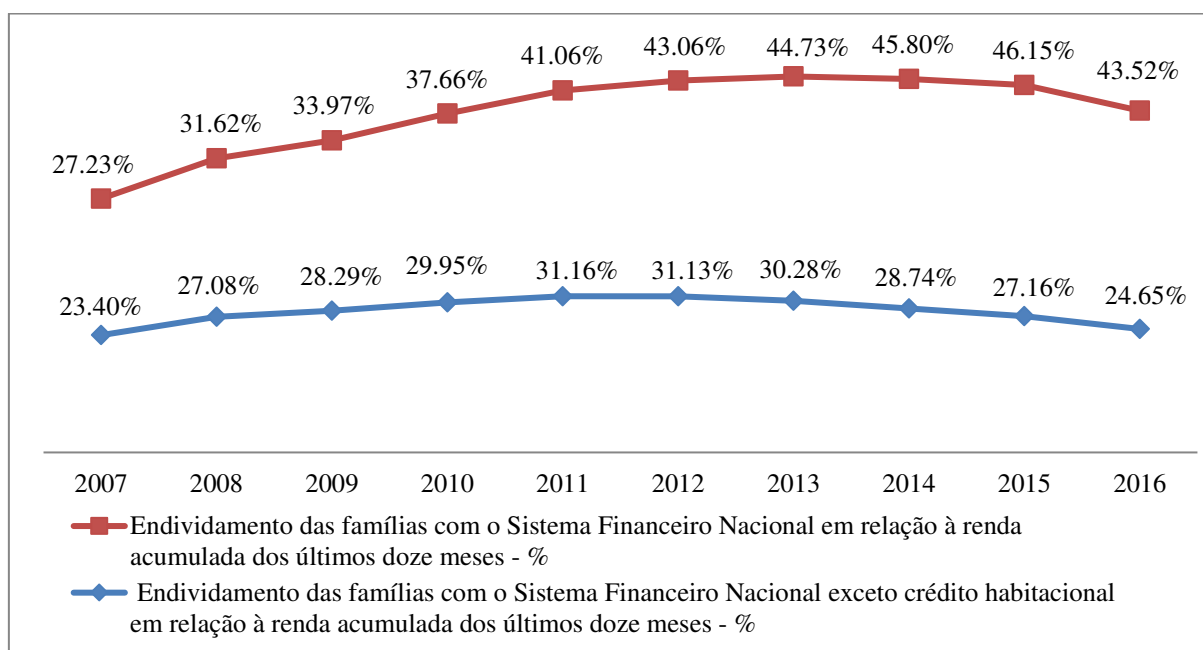
Além do setor automobilístico, o destaque positivo foi o setor de eletrodomésticos que dentro do período de 2007 a 2013 apresentaram uma média anual de vendas acima da média para o segmento de varejo; e assim como no setor automobilístico, as políticas governamentais de apoio as indústrias, com a acessibilidade de compra pela classe E possibilitou o aquecimento desse segmento.

O último gráfico que mereceu ser destacados é a trajetória do endividamento das famílias com o sistema financeiro nacional. A relevância da apresentação deste indicador, para este trabalho, é embasar a argumentação de que a política de oferta de crédito apresentada nos capítulos anteriores de que a nova classe média seria composta por pobres consumidores endividados.

Sobre o indicador, Endividamento, o Banco Central do Brasil define como: A Relação entre o valor atual das dívidas das famílias com o Sistema Financeiro Nacional e a renda das famílias acumulada nos últimos doze meses, ou seja, relaciona o estoque de dívidas das famílias e a capacidade para pagar das mesmas²⁸.

A seguir é apresentado o gráfico que contém duas curvas: A que está em cor vermelha representa o endividamento das famílias em relação a sua totalidade, ou seja todos as dívidas; e curva em azul excetua dos gastos totais os créditos com o sistema financeiro nacional. Essa distinção é importante pois visa a mostrar o perfil das dívidas das famílias – se ele é de curto ou longo prazo.

GRÁFICO 14: Série Histórica do Endividamento das famílias total e excetuado as despesas com crédito habitacional, em relação a renda acumulada nos últimos 12 meses (%)



Fonte: SGS/ Bacen, Elaboração Própria

Através do gráfico é possível notar um crescimento notório do endividamento das famílias em sentido mais amplo. Através do gráfico é possível notar uma variação positiva de 16,29% entre 2007 e 2016. Assim como nas análises das outras análises mencionadas neste capítulo é possível notar duas trajetórias de crescimento do endividamento; Entre 2007 e 2012 o crescimento percentual foi de 15,83%, ao passo que nos anos seguintes a variação foi de

²⁸ Essa informação foi retirada do site: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/19881-comprometimento-de-renda-das-familias-com-o-servico-da-divida-com-o-sistema-financeiro-nacion>; acesso em: 09/04/2019, às: 09:54

apenas 0,46%. Essa trajetória diferente é explicada pelo gráfico 17 - após a estabilidade do crescimento no índice de commodities, pós 2012, a torneira da liquidez no mercado de crédito fechou e o endividamento das famílias já estava num patamar alto (43,06% da renda), com isso os bancos começaram a racionar a disponibilidade de crédito.

Entretanto a análise gráfica traz outra informação importante, através da curva azul é possível perceber que o maior percentual do endividamento das famílias não é com o crédito habitacional, ou seja, não é com despesas de longo prazo, mas sim com despesas de médio e curto. Isso significa que o crédito destinado as famílias esteve direcionado em maior parte a indução do consumo.

Os dados apresentados neste capítulo não encontraram evidências que atestassem para o surgimento de uma nova classe média, de acordo com os conceitos de classe média apresentados nos dois primeiros capítulos – como uma classe tecnoburocrática, formada por gerentes, supervisores, engenheiros, arquitetos ou profissionais liberais.

O que ficou constatado foi a ascensão de uma classe emergente entre a classe média tradicional e a classe de baixa renda, com renda mensal compreendida entre 1 a 3 salários mínimos. As profissões que tiveram notório crescimento são técnicas, porém ao contrário dos colarinhos brancos estas estão mais ligadas ao setor de serviços. No ciclo econômico recessivo, pós 2012, essas ocupações estiveram marcadas pelo caráter autônomo, com o crescimento dos microempreendedores dentro do escopo dessa classe média.

Também foi possível verificar que os fatores que permitiram a ascensão dessa classe decorrem da lógica de crescimento econômico que se optou pelo governo brasileiro a época em incentivar o crédito para consumo, a partir das melhorias no mercado de trabalho e na valorização do salário mínimo, como forma de abastecer a indústria e o setor de serviços. Quando o ciclo expansivo cessou, por volta de 2012, foi possível notar a queda do crescimento e do emprego no setor de serviços o que levou a derrocada do processo dessa classe.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou fazer uma análise a respeito do fenômeno da ascensão da classe C no Brasil, durante o período de 2007 a 2016, comparando-a com a classe média tradicional, sob a perspectiva das ocupações e da renda, para se chegar a um diagnóstico sobre esse fenômeno – uma nova classe média ou uma classe pobre renovada.

É importante destacar que a conclusão que se chegará neste trabalho não constitui um ponto final a discussão sobre a classe média brasileira. A dinâmica do conhecimento é efervescente, deve ser sempre reavaliada e reconstruída sobre suas próprias bases. Assim a conclusão que se chegará a este capítulo diz respeito apenas a compreensão sobre o período de 2007 a 2016; será necessário novas avaliações para períodos posteriores.

O primeiro capítulo nos mostrou a evolução da classe média conforme o desenvolvimento dos sistemas de produção do capitalismo. Num primeiro momento a classe média apareceu ligada a agricultura, formada por agricultores independentes e mais concentrada sob o ponto de vista da camada social. No segundo momento essa classe esteve mais dissipada em relação as suas ocupações, mas primordialmente atrelada ao setor industrial, nesse período a classe média se firmou como uma classe tecnoburocrática, com profissões de gestão, administração e atividades comerciais. No terceiro momento, ela aparece como uma classe mais heterogênea do ponto de vista das ocupações, formada por profissionais autônomos (advogados, especialistas financeiros e consultores) que sofreram um rebaixamento das ocupações devido ao enxugamento do quadro de ocupações dentro da burocracia das empresas e do estado. No último momento, o surgimento de uma nova classe média no século XXI, nos países emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China), que para alguns autores foi a continuação do processo iniciado durante a implementação do neoliberalismo, na década de 90; de certo é que o fenômeno da ascensão dessa classe foi tipicamente dos países emergentes, e foi marcada por diferentes quadros profissionais.

O mais relevante desse capítulo é extrair a essência do que foi a classe média tradicional, entendendo-a como: uma classe estável, sob o ponto de vista dos empregos, que estavam mais diretamente ligadas a indústria; privilegiada, pelo fato de trabalhar e se dedicar ao estudo; possuir tempo para se dedicar ao lazer; e derivado disto ter a ética do estudo como estilo de vida, o que explica a sua melhor posição, sob o ponto de vista dos empregos e da renda, em relação a enorme maioria da classe trabalhadora.

O primeiro capítulo também foi importante para constatar que as ocupações de classe média passaram a ser mais instáveis com o advento do neoliberalismo. A redução do quadro de empregados, no auge do sistema toyotista de produção, fez com que diminuíssem a oferta de empregos ligados a gerência e administração, que eram a marca da classe média no fordismo. Assim a classe média passou de tecnoburocrática a *service class*, com profissões de advogados, economistas e vendedores autônomos.

No primeiro capítulo também foi de grande relevância a retomada da passagem de Pochmann (2015) quando o autor discutiu a formação das chamadas sociedades *Low Cost*; uma sociedade formada pelo tripé entre: transnacionalização da produção; domínio do mercado financeiro expresso pelo crescimento da atividade bancária com financiamento de crédito para consumo; e, a presença de um *Welfare State* com transferência de renda as classes mais baixas da população. Essa passagem foi chave para entendermos o contexto em que a nova classe média ascendeu economicamente.

Através do segundo capítulo podemos perceber que a ascensão da classe média tradicional brasileira foi semelhante à classe média de colarinhos brancos norte americana. Uma classe tecnoburocrática, que ascendeu economicamente graças a implementação do processo de industrialização, dentro do sistema fordista de produção, iniciado ainda no governo de Kubistchek em 1956, e, teve o seu auge durante a ditadura militar.

Nesse capítulo foi de extrema relevância a contribuição de Quadros (1991), com a sua análise sobre as principais ocupações da classe média tradicional brasileira durante as décadas de 60 a 80. Dentre as principais, o autor destacou: Auxiliares de Escritório; Administradores e Gestores; Mestres e Contramestres; Profissionais da Área da Saúde e Ocupações Burocráticas. Essa retomada serviu de referência para uma comparação com as ocupações da chamada nova classe média dos anos 2000.

A retomada do processo que possibilitou a ascensão da classe média tradicional brasileira, no começo do segundo capítulo, serviu para analisarmos a diferenciação entre o que foi a classe média tradicional e quem seria a nova classe média nos anos 2000. A inserção do fordismo no Brasil ocorreu de maneira desigual, de forma que apenas uma parcela diminuta da população obteve acesso as ocupações e as benesses em geral (automóveis, casa própria, etc...), a enorme maioria da população – denotada por Pochmann (2015) como classe trabalhadora- restou apenas se conformar com pequenas ocupações – doméstica, motorista, auxiliares, etc... Assim ao passo que a primeira classe gozou de privilégios expressados pela

sua posição social, pelos bens que possuía e pela renda; a segunda foi vista como excluída e rebaixada socialmente.

Dentro dessa configuração social que se formou no Brasil, durante a ditadura militar, é que os anos 2000 marcam a inflexão desse processo. A Classe Trabalhadora excluída num primeiro momento do acesso às benesses do fordismo passou a ter acesso aos bens de consumo (automóveis, casa própria, eletrodomésticos), graças, principalmente, às melhorias no mercado de trabalho; o aumento real do salário mínimo; e os gastos sociais. Todos esses fatores dentro da chamada sociedade *Low Cost* observada por Pochmann (2015), ainda no primeiro capítulo; assim a ascensão da nova classe média nada mais foi do que o subconsumo tardio da classe trabalhadora, não houve nova classe média.

Ademais o ponto máximo do segundo capítulo foi a retomada dos pensamentos de Calgaro, *et. ali* (2014) e Grzybowski (2013), no qual a nova classe média é apresentada como uma classe pobre e endividada, que cresceu graças ao aumento do mercado de trabalho no setor de serviços, com ocupações instáveis, e que fazem parte de um projeto político em mascarar a lógica consumista que há por trás, onde todas as necessidades pessoais se satisfazem através do consumo.

Em vista o diagnóstico preliminar apresentado no segundo capítulo, a terceira sessão veio para atestar essa hipótese através dos dados do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. A primeira informação deste relevante foi que a faixa de renda que mais cresceu não foi a faixa intermediária de renda, mas sim duas faixas de rendas compreendidas acima das últimas faixas e o estamento mediano da renda, com renda mensal variando entre um a três salários mínimos – Entre 2007 e 2012 quem mais cresceu foi a faixa de renda mensal entre dois a três salários mínimos; e entre 2012 e 2016, a faixa que vai de um a dois salários mínimos. Essa informação rebateu a opinião de Quadros, *et ali* (2012) na qual o autor afirmou que o estamento mediano da renda cresceu, entretanto, como visto, não foi esse estamento quem cresceu, mas sim uma classe abaixo dela.

Na terceira sessão também foi possível identificar que as profissões que mais cresceram no período apresentam apenas o caráter técnico como fator comum em relação à classe média tradicional. Entretanto sob o ponto de vista dos setores econômicos, a enorme maioria esteve mais ligada ao setor de serviços do que à indústria, com ocupações que aparentam ser mais instáveis, sob o ponto de vista contratual.

Outra descoberta importante foi o crescimento vertiginoso do número de Microempreendedores Individuais (MEI), durante o período de 2012 a 2016. Esse crescimento ocorreu *pari passu* ao crescimento da faixa de renda entre um a dois salários mínimos no mesmo período, faixa esta que está dentro da classe E, que foi convencionalizada. Assim a nova classe média teve suas ocupações ligadas ao setor de serviços num primeiro momento, no auge do crescimento econômico, e, no segundo momento, com o início da recessão econômica, as ocupações se refugiaram na figura dos microempreendedores.

Portanto a conclusão que pôde se chegar é que no Brasil, durante 2007 e 2016, não se teve uma nova classe média, mas sim uma classe pobre renovada através da maquiagem do consumo encontrada pelo governo. Entretanto a conclusão deste trabalho não encerra a discussão sobre o tema, essa classe pobre renovada, embora não tenha se configurado como uma nova classe média dentro desse período, não inviabiliza que futuramente esse processo venha a se configurar como uma nova classe média.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Org. Ricardo Antunes. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000.

ABDALA, Paulo. **A nova Classe Média e a Dialética do Consumo**. PPGA/UFRGS REBELA, v.2, n.2, out. 2012.

BARROS, de P. Ricardo. Expansão da **Classe Média e Etapas do Processo** de Transformação da Distribuição de Renda. Relatório Poverty in Focus, Brasília, n.26, p. 19-20, 2014.

BHALLA, Surjit; KHARAS, Homi. **A angústia da Classe Média Transborda**. Focus Relatório Poverty in Focus, Brasília, n.26, p. 6-7, 2014.

CALGARO, Cleide; RODRIGUES, Lamas A.; PEREIRA, K. Oli Agostinho, **Conquistando Direitos: Ascensão da nova classe média no Brasil e aumento do consumo**. II congresso de Pesquisa e Extensão da FSG, Caxias do Sul – RS, Maio 2014.

CAVALCANTE, M. Sávio. **Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente**. 39º Encontro Anual da ANPOCS. GT-3- As classes sociais no Brasil Contemporâneo. Caxambu – MG. Outubro, 2015.

CEPAL. **Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe 2015 – Dilemas y espacios de políticas**. Santiago de Chile: Comisión econômica para la América Latina y el Caribe (Cepal), 2015.

CHUN, Natalie. Oportunidades e Desafios da **Ascensão da Classe Média na Ásia**. Banco Asiático de Desenvolvimento (ABD) – 2012. Relatório Poverty in Focus, Brasília, n.26, p. 34-35, 2014.

COCCO, Giuseppe. **Nova classe média ou nova composição de classe?**. Chronos: R. Pós-Grad. Ci.Soc. UFRN, Natal, v.13, n.1; p.66-80, jan./jun. 2012, ISSN 1982 – 5560.

CORRÊA, C. Elisa Ana. **Classe média e reformismo altermundialista**. Cadernos cemarx, nº5, 2009

DIEESE Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.html>> Acesso em: 09 de Março de 2019

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2007.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2008.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2009.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2010.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2011.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2012.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2013.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2014.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2015.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

DIRPF Disponível em:
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2016.pdf>>. Acesso em: 12 de Novembro de 2018.

FLEURY, Sônia. **A fabricação da classe média:** projeto político para nova sociabilidade. A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. Págs. 69-84, 2013.

FOGUEL, Miguel. Classe Média e **Vulnerabilidade a Flutuações Econômicas**. Relatório Poverty in Focus Relatório Poverty in Focus, Brasília, n.26, p. 26-27, 2014.

FREITAS, Penido M. Cristina. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco a preferência pela liquidez no mercado de crédito. Estudos Avançados, v. 23, n.66, 2009

GIAMBIAGI, Fabio. Economia brasileira contemporânea: 1945-2010; Elsevier; Rio de Janeiro, 2011.

GOLDTHORPE, J. *On Sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. Oxford University Press, 2000.

GRÜN, Roberto. **A classe média no mundo do neoliberalismo**. Tempo social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 143-163, maio de 1998.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Que Brasil estamos construindo?** A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. Págs. 96-106, 2013.

HASAN, Zoya. **A expansão das Classes Médias e a Mudança de Poder na Índia**. Relatório Poverty in Focus, Brasília, n.26, p. 31-33, 2014.

HOFFMANN, Rodolfo. **Queda da desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005**. *Econômica* v.8, n-1, 2006

KOPPER, Moisés. **A emergência e evanescência da nova classe média brasileira**. Horiz. Antropol. Porto Alegre, ano 24, n.50, p.335-376, jan./abr.2018.

LEITE, P. Fabrício. **Como o grau de desigualdade afeta a propensão marginal a consumir? Distribuição de renda e consumo das famílias a partir dos dados da FOB 2002-2003 e 2008-2009**. *Economia e Sociedade*, v.24, n.3 (55), p.617-650, Campinas, dez. 2015.

LÓPEZ-CALVA, Felipe L. Uma nova abordagem Econômica para Analisar a Classe Média na América Latina, 2012. Relatório Poverty in Focus, Brasília, n.26, p. 14-16, 2014.

LÓPEZ-CALVA, Felipe L.; FERREIRA, Francisco H.G.; MESSINA, Julian; RIGOLINI, Jamele; LUGO, A. Maria; VAKIS, Renos. **Visão Geral: mobilidade econômica e a ascensão da classe média latino-americana**. Washington, DC.: *World Bank*. Licença: *Creative Commons Attribution* CC BY 3.0. 2013

MILLS, C. Wright. **A nova classe media: White collar**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

NERI, Cortês M. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010

NERI, Cortês M. **A educação Profissional e Você no mercado de Trabalho** - Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

OLIVEIRA, Ualace Roberto de Jesus. Novos tempos e a emergência de uma nova classe média na periferia do capitalismo. *Estação Científica (UNIFAP)*, Macapá, v.6, n.3, p.63-73, set./dez. 2016.

PAULA, Fernando L.; PIRES, Manoel. Crise e Perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados* 31 (89), 2017.

PEREIRA, B.C.Luiz. **Classe média sem poder**. *Folha de São Paulo*, 11 de jan. 1983

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI* / Thomas Piketty; tradução Monica Baumgarten de Bolle. – I. ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. **O mito da grande classe média [recurso eletrônico]: capitalismo e estrutura social**. 1º edição. São Paulo. Boitempo, 2015.

PMC Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9227-pesquisa-mensal-de-comercio.html?=&t=resultados>> Acesso em: 13 de Março de 2019.

PME Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=microdados>> Acesso em: 05 de Março de 2019.

PME Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultt_ab_hist.shtm> Acesso em: 05 de Março de 2019.

PNAD Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads> >. Acesso em: 04 de Março de 2019.

SGS Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>> Acesso em: 12 de Março de 2019.

QUADROS, W. José. **O “Milagre Brasileiro” e a Expansão da Nova Classe Média**. 234. Tese de Doutorado – Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

QUADROS, J. Waldir; GIMENEZ, M. Denis; ANTUNES, Daví. **O Brasil e a nova classe média dos anos 2000**. FACAMP – Unicamp, Outubro 2012, disponível online em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/48927/>

ROUGIER, U. *The endangered middle class? A comparative analysis of the role played by income redistribution*. **Journal European Social Policy**, 2015. Disponível: <https://www.unitrier.de/fileadmin/fb4/prof/SOZ/SZP/Dallinger_2013_The_endangered_middle_class_JESP_23_1.pdf>. Acesso em: 12 dezembro. 2018.

SALAMA, Pierre. **As classes médias podem dinamizar o crescimento do PIB nas economias emergentes?**. Estudos Avançados 28 (81) – IEA-USP. 2014

SALATA, R. André. **Quem é Classe Média no Brasil? : Um Estudo Sobre Identidades de Classe**. PUC- RS, Porto Alegre, 2015.

SALM, Cláudio. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: Uma leitura crítica**. IE-UFRJ, 2006.

SCALON, Celi; SALATA, André. **Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica**. Revista Sociedade e Estado- Volume 27 Número 2 – Maio/Agosto, 2012.

SOLIMANO, Andrés. Neoliberalismo, **Globalização** e a Classe Média. Relatório Poverty in Focus Relatório Poverty in Focus, Brasília, n.26, p. 12-13, 2014.

SOUZA, Jessé; *et al.* **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? UFMG, 2010

_____. “Nova Classe Média” ou “Nova Classe Trabalhadora”? **Quem são os “Batalhadores” Brasileiros?**. Relatório Poverty in Focus, Brasília, n.26, p. 24-25, 2014

_____. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. rev. E ampl. / Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari... [et al.]. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TESOURO NACIONAL Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>> Acesso em: 12 de Março de 2019.

VICENTE, Eliana. **Nova classe média**: um delírio coletivo? . A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013. Págs. 84-96, 2013.

WHEARY, J. *The global middle class is here: now what?* *World Policy Journal*, v.26, n.4, p.75-83, 2009.

WRIGHT, E.O. *What is Middle About the Middle Class?* In: Roemer, John (org) *Analytical Marxism*. Cambridge University Press, 1986.